

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**KARINA PECIS VALENTI**

**A REVOLUÇÃO CUBANA NA ENCRUZILHADA:  
UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA À LUZ DOS PROTESTOS DO 11J**

**Porto Alegre**

**2022**

**KARINA PECIS VALENTI**

**A REVOLUÇÃO CUBANA NA ENCRUZILHADA:  
UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA À LUZ DOS PROTESTOS DO 11J**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Pâmela Marconatto Marques

**Porto Alegre**

**2022**

### CIP - Catalogação na Publicação

Valenti, Karina Pecis

A Revolução cubana na encruzilhada: uma análise de conjuntura à luz dos protestos do 11J / Karina Pecis Valenti. -- 2022.

128 f.

Orientadora: Pâmela Marconatto Marques.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Cuba. 2. Revolução. 3. Análise de conjuntura. 4. Protestos do 11J. 5. América Latina. I. Marques, Pâmela Marconatto, orient. II. Título.

**KARINA PECIS VALENTI**

**A REVOLUÇÃO CUBANA NA ENCRUZILHADA:  
UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA À LUZ DOS PROTESTOS DO 11J**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 05 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Pâmela Marconatto Marques – Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Fernando Frota Dillenburg  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Oliveira  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

## AGRADECIMENTOS

Fico imensamente agradecida por todos que estiveram de alguma forma na minha trajetória profissional, acadêmica, social e espiritual não só enquanto escrevia esse trabalho, mas nos momentos anteriores que me permitiram trilhar essa caminhada.

Queria agradecer meus pais, Miriam e Tiago, à Luiza e à Titi, que são as bases da minha formação e me proporcionaram tudo que tenho de matéria, amor, dedicação e compromisso. Muito obrigada por sempre me aceitarem e tentarem entender os caminhos que acabo tomando, mesmo que não seja de tão fácil tradução pra vocês.

Sou profundamente feliz e agradecida por ter as minhas amigas, que eu tanto amo juntar e fazer parte do cotidiano, por estarem sempre comigo e me darem a oportunidade de compartilhar a beleza e dureza da vida com vocês. Primeiro minha esposa de aluguel, Isabela, por aceitar o desafio de dividir o teto comigo por esses anos e estar aberta pra chegar a níveis de intimidade que eu às vezes não acredito de tão lindos. Muito obrigada pela parceria e por trazer a Guria na minha vida! Seguindo a localização geográfica, quero agradecer muito vocês que hoje são minhas vizinhas de casa e da vida, Soko, Cici e Laura, mas que já foram tantas coisas na minha vida e espero termos muitos outros formatos de relação daqui em diante. Obrigada pelas cervejas e café no fim da noite pra emendar a escrita, foram essenciais e marcaram uma nova modalidade de rolê temos que manter! Jonas, meu irmão, te amo profundamente, tu é minha catarse artística e meu amparo inesgotável. Bibs e Celso, vocês são meu alicerce, trilharam grudadinhos em mim a minha vivência da UFRGS e vocês têm todo meu coração. Pim, Ferri, Aline e Vivi, minhas companheiras de muitos carnavais, que me acompanham com muita leveza e parceria, que alegria acompanhar cada conquista de vocês! Djow, minha irmã transatlântica, te amo e faço tudo isso pra gente envelhecer juntas em Cuba! Fe, obrigada por trazer essa portoalegria que só tu nos proporciona, e com tanta originalidade. Stéphanie, Ana, Gabe, Yaskara e Marina, vocês são históricos e talvez nem saibam o quão importantes são na minha vida, todo meu amor à distância pra cada um. Por fim, Cristina, te agradeço por ser minha parteira, minha guia para viver com olhos de quem está na encruzilhada.

Quero agradecer meus camaradas do Subverta, que me fortalecem e me confortam nessa difícil e muito complexa conjuntura política que estamos enfrentando, e que me dão ar e força pra acreditar e lutar pela Revolução ecossocialista brasileira, tão necessária e urgente. Tive o prazer de encontrar verdadeiras amigas no espaço de luta, a quem tenho muito que exaltar: Clarinha, Josi, Ale, Júlia e Estelina. Que apresentação que o ódio ao capital e aos sectários me

proporcionou, como amo dividir o dia a dia e os dias especiais com vocês. Obrigada por me aguentarem nesse período de escrita, me respeitarem com tanto carinho e abrir esse canal livre que a gente é. Toda confiança de vida e de morte nessas mulheres potência!

Não podia deixar de agradecer o Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados do SAJU/UFRGS, o qual tive o prazer de compor por quase quatro anos. Não imagino minha graduação sem trabalhar no GAIRE. Pude conhecer, ter o prazer de trabalhar junto e de aprender imensamente ao lado de pessoas como o Vanito, a Bárbara, a Bibiana, o João, a Ana Júlia, a Carmel, a Clarícia, a professora Roberta, o Gabi Pareja, a Clari, a Marília, a Lisi, a Moara, a Léa, a Mari Pedroso, a Laura, a Ju Silveira, entre outros. Agradeço especialmente à Gabi Penna, que, além de trilhar o GAIRE comigo, me acompanhou nesses últimos semestres como minha colega no Departamento de Justiça da SJSPS e na reconstrução do COMIRAT/RS, numa equipe maravilhosa que agora conta com a elegante presidência da Bibiana. Que privilégio poder trabalhar com vocês, minhas amigas e confianças, e poder fortalecer esse espaço como só nós poderíamos!

Agradeço muito à minha maravilhosa orientadora, professora Pâmela, icônica no Departamento de Economia e Relações Internacionais, que vem trazendo a decolonialidade tão necessária pro nosso curso, fazendo com que quem passe por ela se sinta encorajado e convocado a repensar as bases ontológicas e epistemológicas da nossa jornada na academia, e a nos implicarmos nesse processo tão importante que é a produção acadêmica. Tu és só o início da nova geração deste curso, muito obrigada por ser nosso respiro. Também agradeço à professora Joana Salém Vasconcelos, por toda tua contribuição científica sobre esse país tão apaixonante e enigmático que é Cuba, e por ter sido tão solícita quando estabeleci contato contigo. Como é evidente, as tuas referências foram a espinha dorsal dessa análise de conjuntura, ela não poderia ter acontecido sem tua atenção. Ademais, queria muito agradecer a Michael Santovenia Mendoza, que, além de ter me indicado ótimas referências para entender melhor os impasses econômicos cubanos, me deu a oportunidade de, por meio de sua entrevista, assistir a uma verdadeira aula sobre a economia e a atual conjuntura de Cuba. Também agradeço a Juán pelo encontro e por poder conhecer a potência cultural que Cuba pode produzir.

Por fim, queria te agradecer, Javier, meu amor, que me imergiu em uma Cuba sincopada, gingada, fervente, artística, trabalhadora, obstinada, sensível, contemplativa, calma e com muita presença. Só posso ser porque tu és. Sou profundamente agradecida a ti.

*“Marx pensava na libertação do homem e encarava o comunismo não só como a solução das contradições que levavam à sua alienação, mas também como um ato consciente (...). É o homem que é o ator consciente da História. Sem essa consciência, que engloba a do seu ser social, não pode existir comunismo”.*

***Ernesto Che Guevara***

*“A libertação da humanidade da alienação é autêntica somente quando ela é ‘humanização em processo’, ao invés de algo que pode ser ‘depositado’ em indivíduos passivos”.*

***Paulo Freire***

*“A noção de encruzilhada emerge como disponibilidade para novos rumos, poética, campos de possibilidades, prática de invenção e afirmação da vida, perspectiva transgressiva à escassez, ao desencantamento e à monologização do mundo”.*

***Luiz Rufino***

## RESUMO

A presente análise de conjuntura pretende desvendar e explorar as contradições e dilemas que emergem hoje na sociedade cubana, como fruto do processo revolucionário vigente há mais de 60 anos na Ilha, e foram exacerbadas com os protestos ocorridos em 11 de julho de 2021. Partiu-se do marco teórico-analítico do Marxismo Humanista, revestido dos ensinamentos da Pedagogia das Encruzilhadas, entendendo serem ferramentas potentes para observar e analisar a atual conjuntura cubana. A análise se divide em seis partes: **i)** introdução; **ii)** o que é uma análise de conjuntura Marxista Humanista?; **iii)** as condições materiais da sociedade cubana e as formas de produzir a vida na Ilha; **iv)** a conexão off-line, a burocracia cubana e o prelúdio da mobilização popular; **v)** 11J: estalido social e as encruzilhadas latino-americanas, **vi)** considerações finais: quais os caminhos possíveis para atravessar as contradições?. Os principais resultados obtidos dizem respeito aos entraves da economia cubana, marcada pela dependência a qual a América Latina foi historicamente relegada, e que em Cuba é fortemente agravada pelo bloqueio econômico imposto pelos EUA. Diagnosticamos que este é um dos fatores que impede o desenvolvimento das forças produtivas de forma criativa e pujante na Ilha, unido a uma inédita e ainda incipiente sequência de reformas econômicas. Ademais, averiguou-se o descompasso entre a política cubana, fortemente marcada por uma estrutura burocrática, e as novas expressões e inventividades sociais emergentes na sociedade cubana, que clamam por novos mecanismos de participação popular e renovação política. Por fim, entendemos os protestos do 11J como a irrupção de uma série de contradições que se desdobraram ao longo do processo revolucionário e que foram agravadas nas últimas décadas, em que a Ilha se encontrou em profundas crises. Ademais, foi desvelada a importância das esquerdas latino-americanas na participação da Revolução socialista mais duradoura no continente, e os cuidados que se deve ter para produzir opiniões que contemplem não apenas o sentido simbólico da Revolução, mas também as consequências práticas que este processo produziu no tecido social cubano. Foram usadas referências de analistas cubanos e da militância latino-americana, bem como foram realizadas duas entrevistas e conversas não estruturadas com imigrantes cubanos residindo no Brasil.

**Palavras-chave:** Cuba. Revolução. Análise de conjuntura. Protestos 11J. América Latina.



## RESUMEN

El presente análisis de coyuntura busca explorar las contradicciones y dilemas que emergen hoy en la sociedad cubana, producto del proceso revolucionario vigente desde hace más de 60 años en la Isla, y se agudizaron con las protestas ocurridas en el 11 de julio de 2021. Fue basado en el marco teórico-analítico del Marxismo Humanista, amparado en las enseñanzas de la Pedagogía de las Encrucijadas, las comprendiendo como herramientas potentes para observar y analizar la actual coyuntura cubana. El análisis se divide en seis partes: **i)** Introducción; **ii)** ¿Qué es un análisis de coyuntura Marxista Humanista?; **iii)** Las condiciones materiales de la sociedad cubana y las formas de producir la vida en la Isla; **iv)** La conexión off-line, la burocracia cubana y el preludio de la movilización popular; **v)** 11J: Estallido social y las encrucijadas latinoamericanas; **vi)** Consideraciones finales: ¿Cuáles son los caminos posibles para pasar por las contradicciones?. Los principales resultados fueron sobre las trabas de la economía cubana, marcada por la dependencia a que históricamente estuvo relegada América Latina, y que en Cuba se ve fuertemente agravada por el bloqueo económico impuesto por los EE.UU. Diagnosticamos que este es uno de los factores que impide el desarrollo de las fuerzas productivas de forma creativa y pulsante en la Isla, junto con una inédita y aún incipiente secuencia de reformas económicas. Además, se encontró que el descompaso entre la política cubana, fuertemente marcada por una estructura burocrática, y las nuevas expresiones e invenciones sociales emergentes en la sociedad cubana, que urgen por nuevos mecanismos de participación popular y renovación política. Por fin, entendemos las protestas del 11J como la irrupción de una serie de contradicciones que se desarrollan a lo largo del proceso revolucionario y que agravaron en las últimas décadas, en que la Isla se encontró sometida a profundas crisis. Además, fue desvelada la importancia de las izquierdas latinoamericanas en la participación de la Revolución socialista más duradera del continente, y los cuidados que se debe tener para producir opiniones que contemplen no solo el sentido simbólico de la Revolución, sino también las consecuencias prácticas que ese proceso produjo en el tejido social cubano. Se utilizaron referencias de analistas cubanos y de la militancia latinoamericana, así como se realizaron dos entrevistas y conversaciones no estructuradas con inmigrantes cubanos en Brasil.

**Palabras clave:** Cuba. Revolución. Análisis de coyuntura. Protestas del 11J. América Latina.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>O QUE É UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA MARXISTA HUMANISTA? ..</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>AS CONDIÇÕES MATERIAIS DA SOCIEDADE CUBANA E AS FORMAS DE PRODUZIR A VIDA NA ILHA.....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>A CONEXÃO OFF-LINE, A BUROCRACIA CUBANA E O PRELÚDIO DA MOBILIZAÇÃO POPULAR.....</b>	<b>65</b>
<b>5</b>	<b>11J: ESTALIDO SOCIAL E AS ENCRUZILHADAS LATINO- AMERICANAS.....</b>	<b>87</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUAIS OS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA ATRAVESSAR AS CONTRADIÇÕES? .....</b>	<b>109</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Cuba enfrenta hoje uma série de contradições que dizem respeito aos caminhos tomados pelo processo revolucionário iniciado em 1959, e no seu conflito constante com o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos. Muitas delas acabaram nunca sendo trazidas à tona devido ao grau de consolidação do consenso social, e às conjunturas internacionais que fomentavam a solidez deste consenso. No entanto, as últimas décadas foram marcadas por crises no Estado, na economia e no tecido social da Ilha, processo que foi cada vez mais escancarando tais contradições, culminando no estalido social do dia 11 de julho de 2021, conhecido como protestos do 11J.

Com o fervor do debate instaurado pela repercussão internacional dos protestos, surgiram as perguntas que estruturam a presente análise: quais as principais contradições e dilemas da sociedade cubana contemporânea hoje na manutenção de seu projeto revolucionário, tomando como referência os protestos travados em 11 de julho de 2021? Como as diferentes vozes da população cubana - residente ou emigrada - e da esquerda latino-americana entendem esses desafios? Para realizar tal investigação, estruturamos como principal objetivo a montagem de um cenário analítico que contemple os principais gargalos e sufocos da atual conjuntura em Cuba, fundamentado a partir das distintas vozes afetadas por este processo revolucionário, sendo elas tanto das pessoas que vivem na Ilha ou que dela emigraram, quanto das que compõem as esquerdas latino-americanas. Nesse sentido, temos como objetivos específicos: a testagem da análise de conjuntura como metodologia potente nas Relações Internacionais para pesquisadores que não se coloquem como passivos à existência do dito Sistema Internacional; analisar diferentes análises de conjuntura da Cuba atual sobre os protestos do 11J, buscando entender as diferentes linhas discursivas empregadas para narrar o que acontece em Cuba e verificando como os corpos e coletividades são tanto impactados quanto construtores do projeto revolucionário na Ilha; por fim, ponderar elementos estruturais e conjunturais da Revolução Cubana de 1959 e suas reverberações enquanto experiências de base para a propulsão de novos processos revolucionários sob terras latino-americanas e caribenhas.

A partir desta proposta investigativa, produzimos uma análise de conjuntura sobre esse período recente da história de Cuba, dada a potência que esta metodologia essencialmente latino-americana possui para produzir reflexões e elaboração de novos porvires. Assumimos como marco-teórico o Marxismo Humanista, bem como a expressão afro-brasileira da corrente decolonial denominada “Pedagogia das Encruzilhadas”, ao entendermos que dialogam com as

bases da Revolução, e que se tratam de ferramentas que ajudam a entender os principais dilemas com que a sociedade cubana se depara hoje.

Para isso, dividimos o trabalho em seis partes, incluindo esta introdução: o segundo capítulo busca explorar as fundamentações da metodologia de análise de conjuntura e estabelecer o debate que fundamenta o marco-teórico abordado na análise. O terceiro capítulo tem como objetivo entender as bases estruturais da economia cubana, refletindo sobre os efeitos do bloqueio, das reformas econômicas e da forma de produção empreendida historicamente, e como elas remontam às condições materiais da população da Ilha atualmente. Em seguida, no quarto capítulo, abordou-se os dilemas políticos estruturais que Cuba enfrenta, os impactos da conectividade e da internet nesta sociedade e as particularidades de dois setores determinantes dos atuais confrontos: a juventude e o setor artístico. O quinto capítulo buscou montar os principais elementos do cenário dos protestos do 11J, propondo o debate para as repercussões nacionais e internacionais deste estalido social e, nesse sentido, explorando a implicação das esquerdas latino-americanas nos acontecimentos na Ilha. Por fim, no sexto e último capítulo, encaminhamos as considerações finais, organizando as propostas e apontamentos de novos devires indicados pelos analistas que foram usados como referência.

Buscando ouvir as vozes da Ilha sobre o atual cenário de seu país, estruturamos este estudo em torno de textos e análises de conjuntura produzidas por cubanos, residentes no país ou emigrados, assim como acadêmicos e militantes latino-americanos que refletem sobre os últimos acontecimentos e os rumos do farol da Revolução no continente. Para que o foco do debate deste trabalho fosse atendido, foram selecionadas análises que partem do mesmo ponto de defesa da Revolução, do repúdio ao imperialismo e ao nefasto bloqueio econômico. As fontes que mais engajaram esta análise foram a revista cubana *Sin Permiso*, a plataforma digital cubana *La Joven Cuba*, o blog de juventude organizada cubana *Los Comunistas* e a revista internacional *Jacobin*. Ademais, foram realizadas duas entrevistas e outras conversas não estruturadas com imigrantes cubanos no Brasil, que auxiliaram a contextualizar tanto a temática da diáspora, como entender a atual conjuntura sobre outros vieses para além das produções textuais.

## 2 O QUE É UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA MARXISTA HUMANISTA?

Citando Drummond, alguém encontra uma pedra no meio do caminho, e pede uma análise por conta disso. (...) Quem busca uma análise geralmente pede para o analista que ele tire essa pedra do meio do caminho, ou que ensine como tirar a pedra do meio do caminho. (...) Essa pedra no meio do caminho (...) não é outra coisa se não uma pedra em torno da qual a gente repete. É uma pedra da repetição, a gente fica girando em torno dela. Essa pedra geralmente é aquilo que, no fim da análise, singulariza (MESA DA VIDA 6, 2022, s/p).

Damos início a esta análise com a transcrição da fala de um profissional da psicologia no podcast “Mesa da Vida”, em episódio cuja temática debatida é a originalidade e a repetição. Por mais que a metáfora acima se refira à análise psíquica, ela serve perfeitamente para retratar a demanda e possível motivação da elaboração de qualquer tipo de trabalho analítico.

Como podemos interpretar a imagem de um caminhante que, em seu caminhar, depara-se com uma pedra à sua frente, em termos de uma análise de conjuntura? O caminhante - que, na verdade, são múltiplos - aqui representa os distintos atores em disputa na conjuntura analisada, seja um ou mais Estados, uma sociedade circunscrita a um determinado território, uma corporação, ou mesmo um movimento político ou social. Esta coletividade caminha, portanto, em um chão, uma trilha, que podemos interpretar como os aspectos estruturais, os quais delineiam e determinam os contornos e limites que formam e constituem aquele espaço da caminhada. O movimento de caminhada, por sua vez, pode ser retratado como o próprio processo histórico, político e social que esta coletividade vive e constrói. Por fim, o exato instante em que a pedra é deparada e confrontada pelos caminhantes seria, então, o estalar de um acontecimento marcante e disruptivo, um cenário detonador. Este acontecimento ou cenário, apesar de ser o motivo e foco da análise, dada sua iminência e materialidade, acaba por servir como revelador dos elementos que fundam e particularizam esta própria caminhada. Portanto, o que seria esta pedra? É esta a pergunta que guiará a análise de conjuntura sobre a sociedade cubana atual neste trabalho, por meio da investigação de seus dilemas e contradições.

A análise de conjuntura é um método central no fazer político na América Latina, sendo uma das principais ferramentas da militância nestas bandas (SOUZA, 1991). Podemos dizer que se trata de uma forma de meditação da política, uma forma de fazer consciência e estar presente na situação em que se vive e/ou que se analisa, para que se possa melhor visualizar as possibilidades de estratégias a serem elaboradas, táticas a serem aplicadas e caminhos a serem seguidos: é ver uma situação com os olhos de quem está em uma encruzilhada. A partir disso, uma análise de conjuntura é, portanto, um trabalho de situação e reconhecimento do espaço-

tempo em estudo, que será feito por meio da apreensão do movimento da política desta conjuntura (FRONT, 2019); assim, devemos entender como se movimenta a política para realizar uma análise de conjuntura acurada.

Sobre essa dinâmica que define a mudança de conjuntura em conjuntura, a autora chilena Marta Harnecker, em sua obra “Estratégia e Tática” (2004), indica que a política se movimenta de acordo com a variação da correlação de forças sociais<sup>1</sup>. Este conceito diz respeito à “forma como as diferentes forças sociais<sup>2</sup> se agrupam umas em relação às outras e às variações que se produzem nessa situação à medida que a revolução avança” (HARNECKER, 2004, p. 26). Logo, o movimento político, ou a passagem de uma conjuntura para outra, está diretamente relacionado à variação da correlação das forças sociais e das ações dos sujeitos na História. Sendo a correlação de forças sociais essencialmente dinâmica, conforme indica Harnecker (2004), podemos colocar, de outra forma, que cada nova correlação de forças sociais corresponde a uma cena; ao analisar sequencialmente uma porção de cenas, é possível montar um filme, uma conjuntura.

Portanto, para captarmos cada momento histórico da correlação de forças sociais e, então, formar uma sequência coerente das cenas que constitui o filme da conjuntura - o quadro que permite a visualização desta conjuntura - requer-se o frequente e constante estudo de cada movimento político desta delimitação espaço-temporal. Então chegamos em um ponto crucial: como saber quais elementos podem indicar a correlação de forças sociais em um determinado momento histórico? Evidentemente, não há uma resposta pronta, uma vez que isso dependa de um grau de maturidade política, bem como de uma escolha metodológica. No entanto, podemos afirmar que, para captar estes movimentos e arriscar algumas conclusões, vale basear as perguntas - ou passos - formadores da análise em uma série de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que se desenvolvem e podem ser verificados em um mesmo período de tempo: em suma, se trata de uma análise de processos **no** curto prazo<sup>3</sup>. Assim, “a análise de

---

<sup>1</sup> Harnecker alerta que não se deve confundir os termos correlação de forças sociais e correlação de forças, esse último que diz respeito à “força ou capacidade que cada uma das forças sociais tem para impor seus interesses de classe em uma conjuntura determinada. (...) Trata sempre de uma confrontação de forças verificável através de um enfrentamento real e não antes desse enfrentamento: tem que ser diagnosticada no exato momento em que o enfrentamento ocorre” (HARNECKER, 2004, p. 73).

<sup>2</sup> De acordo com Harnecker (2004), o termo “força social” é usado por Lenin para fazer a diferenciação com o termo “classes sociais”, uma vez que não deve ser considerada a mera existência de determinadas classes, ou a situação de classe; o que deve ser considerada é a sua disposição de lutar por seus interesses de classe, ou a posição de classe.

<sup>3</sup> Grifamos a palavra “no” para demarcar que se trata de uma análise de processos **no** curto prazo, e não **de** curto prazo, uma vez que se trata da análise de processos que possuem temporalidades distintas, alguns deles podendo ter longa duração, apesar de se manifestarem na conjuntura imediata (FRONT, 2019).

conjuntura deve ser um exercício rigoroso de análise concreta da situação concreta” (FRONT, 2019, p. 11).

Ao debruçar-se na análise da única expressão temporal viva e existente que é o tempo presente, é necessário saber lidar e conviver com a incerteza, dar espaço a ela. Por um lado, essa incerteza se manifesta pelo fato de que, por se tratar do momento presente, inevitavelmente as informações serão escassas, incompletas e até mesmo enigmáticas, deparando-nos corriqueiramente com inúmeras lacunas. O esforço, portanto, se dá justamente na tarefa de montar uma totalidade com base em informações insuficientes; afinal, ao condicionar a elaboração de uma análise de conjuntura ao acesso de todas as informações disponíveis, o risco é de nunca terminar esta análise (FRONT, 2019).

Outra faceta desta incerteza se dá no fator da imprevisibilidade: conforme Herbert de Souza (1991), falar de uma lógica de ação é também falar do imprevisível. Por mais que se faça um cálculo preciso e minucioso das forças que atuam na conjuntura, e por mais que haja acesso a uma vasta rede de informações, deve-se conceber que fatores não ponderados previamente podem emergir e podem afetar de maneira incontornável o rumo dos acontecimentos. A análise de conjuntura, portanto, não é e nem pretende ser uma previsão do futuro: ela consiste na observação da evolução de um robusto conjunto de variáveis, para tentar construir uma visão mais completa da conjuntura e, a partir de estabelecido este quadro geral, indicar tendências com grande probabilidade de desenvolverem-se (FRONT, 2019). Pode-se, então, sintetizar os processos de análise de conjuntura da seguinte forma:

Análises de conjuntura tentam representar em forma mais ou menos sucinta o enquadramento de uma determinada tensão de forças, de período relativamente curto. Isso, ao contrário de torná-las mais simples, faz delas uma das formas mais depuradas de análise. Expor as grandes linhas da luta de classes através de atores precisos, informações e estatísticas sociais e econômicas e uma dose de “psicologia” das lutas de classes. Identificar o que, em meio ao lodaçal do cotidiano, emerge como definidor das grandes linhas da história. Está aí o grande desafio desse tipo de análise (BITTENCOURT, 2020, s/p).

Nesta linha, a determinação do que é um fato e o que é um acontecimento, é a chave que define as intenções de uma análise de conjuntura: portanto, nenhuma análise é neutra. Conforme indicado por Souza (1991), identificar os acontecimentos é saber pontuar que eventos possuem sentidos impactantes para um país, um Estado, uma classe social ou movimento político, em oposição a eventos que consistem meramente em fatos, que não impactam a correlação de forças. O autor ou coletivo que se dedica a realizar um processo analítico de um contexto social inevitavelmente partirá de um determinado entendimento de mundo, de uma

visão de sociedade e história específica, ou mesmo de um horizonte de objetivos e desejos, por mais que não haja consciência. O local epistêmico do analista determinará, portanto, toda estruturação e execução do estudo: a determinação de qual será o objeto de análise, a forma como será analisado, a seleção dos acontecimentos e fatores relevantes, das fontes a serem consultadas, todos esses são fatores de decisão. Para a metodologia de análise de conjuntura, esse posicionamento é ainda mais enfatizado e determinante, uma vez que, de acordo com Souza (1991), a análise de conjuntura só adquire sentido quando é usada como elemento de transformação da realidade: ela “é não somente parte da arte da política como é em si mesma um ato político. Faz análise política quem faz política, mesmo sem saber” (SOUZA, 1991, p. 8).

O diferencial deste método analítico é, portanto, sua clara filiação teórico-política. Analisar a conjuntura não se limita a meramente entender a realidade que se observa: sua função é, ancorando-se no horizonte de objetivos e desejos da pessoa ou do coletivo, estabelecer as bases de consciência que possibilitarão dar um ponto de partida para a formulação da estratégia para alcançar - ou minimamente se aproximar - os objetivos e desejos desta coletividade e, em seguida, traçar as táticas que darão a chance da concretização desta estratégia na materialidade.

Tendo isso posto, retomamos a metáfora inicial para pontuarmos o perigo de acreditar que a pedra no meio do caminho deva ser simplesmente retirada para seguir a caminhada, pelo único fato de que isso não é concretamente possível. Colocar na mesa a possibilidade de simplesmente retirar a pedra do meio do caminho, ou visar à sua eliminação, acaba por debilmente cair no escopo do idealismo, podendo este expressar-se como ingenuidade, oportunismo ou fatalismo, invariavelmente levando à inação.

A partir do marco teórico-analítico marxista, que fundamenta o presente trabalho, entende-se que os sujeitos que caminham por essa estrada dos processos sócio-históricos estão divididos em diferentes classes, representando forças sociais não só distintas, como opostas. Em uma sociedade de classes, tal qual estabelecida pelo sistema capitalista e expandida globalmente a partir do projeto imperialista, as visões sobre a pedra deparada em cenários devastadores são das mais variadas: cada um a entenderá de uma forma, se relacionará pragmática e afetivamente com ela de uma determinada maneira, podendo surtir diversos interesses a depender das condições, como de que a pedra permaneça ali, ou saia num primeiro momento para, alguns passos adiante, posicionar outra pedra, de outro formato, mas igualmente incômoda, ou mesmo ignorar a pedra e assumir um andar atravancado. À vista disso, podemos estabelecer que existem dois modos de observar a conjuntura: do ponto de vista dominante, e



do ponto de vista dominado (SOUZA, 1991). Por mais heterogêneas que sejam as conclusões de cada um destes campos epistemológicos, a barreira de classe<sup>4</sup> é o diferencial primordial.

A partir desta imagem de elaboração do movimento dos processos sócio-históricos, diagnostica-se que a conjuntura estará, portanto, sempre submetida à estrutura; assim, torna-se incontornável um vigoroso conhecimento prévio da estrutura na qual a conjuntura analisada está inserida. Para tal, o uso do elemento metodológico do materialismo se apresenta como um guia importante, para que trabalhem com aquilo que é concreto, que possui lastro na realidade vivida, que pode ser minimamente verificável pela via factual. Conforme incessantemente demarcado ao longo da obra de Marx e Engels, o materialismo está a serviço de evitar que voemos para observações idealistas, evitar que percamos os elementos que realmente são importantes e determinantes na luta de classes ao eventualmente nos emaranharmos em narrativas alienantes. A materialidade, ou concretude, serve, portanto, para contextualizar e delinear os movimentos sócio-históricos, e de forma alguma deve servir para mecanizar e determinar nossa visão de realidade (MARX, 2004).

Na sequência da concepção materialista, faz-se imprescindível compreender os ritmos dos passos passados; em outras palavras, compreender a história da luta de classes da referida circunscrição espaço-temporal em toda sua complexidade. Sua relevância não reside em buscar ressuscitar esse passado de forma saudosista, tampouco em buscar fórmulas consagradas, mas sim situar os elementos que concretamente formam o instante específico em que os atores se deparam com um referido acontecimento ou cenário. Esta relação está sintetizada já nos primeiros parágrafos da célebre análise de conjuntura “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, em que Marx coloca sua famigerada frase afirmando que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011a, s/p).

Após o posicionamento da inesgotável relevância do materialismo histórico, acrescenta-se mais uma camada metodológica: não basta lograr a já difícil tarefa de apreender profundamente a concretude do movimento histórico, nem o importante autorreconhecimento enquanto pertencente às classes exploradas e oprimidas sistemicamente. Há ainda um elemento chave: é determinante a genuína e profunda compreensão e aplicação da filosofia que desvela

---

<sup>4</sup> Aqui, abordaremos classe, a categoria social tão complexa quanto controversa, objeto de intensa teorização e debate pela tradição marxista e crítica ao marxismo, como uma categoria que não é universalizante: ela deve ser aprofundada, complexificada, e deve ter suas nuances reveladas de acordo com os diferentes graus de opressão que incidem sobre esta categoria social (FERNANDES, 2019).

o movimento dos processos sócio-históricos, para que estes sejam tomados como processos vivos e realizados por nós, sujeitos de nossa própria história. Trata-se da dialética. Ela, unida ao materialismo histórico, dá as ferramentas para concretamente tomarmos os rumos de nossa emancipação e autodeterminação. A dialética possibilita que estes rumos sejam construídos sem a necessidade de dogmatismos – estes, essencialmente coloniais e alienantes -, propondo que seja usado todo nosso potencial humano e nossa criatividade. Este movimento foi base do pensamento e prática do revolucionário Che Guevara, que afirma que “o marxismo é apenas o fio condutor para a atuação [...] Precisa-se atuar dialeticamente [...], utilizar-se do materialismo dialético, mas, em todo momento ser criativo” (GUEVARA, 1970, p. 372 apud SILVA; JOHNSON, 2012, p. 5-6).

Esta conotação libertária, emancipadora e humanista se dá ao unir teoria e prática em que uma esteja sempre retornando à outra, em uma unidade, formando o que Marx nomeou “caráter terreno do pensamento humano” (MARX, 2004, s/p). Esta unidade dialética, que é o fundamento do conceito de práxis revolucionária, é o instrumento central da luta de classes anticolonial. A práxis revolucionária baseia-se, de acordo com o militante tcheco Karel Kosik, numa cognição autêntica da realidade, que permite ao sujeito engajar-se criticamente com uma totalidade, tanto teórica quanto praticamente (ANDERSON, 1986). Portanto, conforme os escritos de Marx em relação ao hegelianismo e, especificamente, a Feuerbach, aqueles que se propõem a fundamentar seus rumos de acordo com a práxis revolucionária devem evitar meramente inebriar-se da poesia da filosofia dialética de forma contemplativa: temos a urgência de uni-la ao materialismo histórico e dar corpo às lutas pela emancipação coletiva do ser humano, a partir da realidade concreta de cada coletividade (MARX, 2011b). Sobre a práxis revolucionária, Aguiar (2017) contribui indicando que:

As mais criativas abordagens marxistas foram aquelas que desenvolvem reflexões justamente a partir de suas realidades concretas, dando relevo também à conquista de consciência do próprio papel histórico, utilizando a educação das massas como ferramenta de um projeto político que culminaria na construção do partido revolucionário sob a hegemonia proletária (AGUIAR, 2017, p. 171).

Atendo-se firmemente aos pressupostos dialéticos, a análise marxista ontologicamente não dá espaço para uma abordagem da História sob um viés etapista e hierarquizante e, por seqüência, colonial, como muito alegado pela crítica. A dialética, por ser oposta a uma visão essencialista da História, jamais irá coexistir com uma análise que se proponha a prever o futuro pontuando verdades naturais, menos ainda se universalizantes, uma vez que o movimento

dialético entende a História não como circular, mas sim espiralada - ou seja, com marcas do passado, porém sempre com a possibilidade de uma nova conjuntura. Em suma, “para o marxismo não existe uma essência que atravessa a história desde seu princípio até seu fim. Desta forma, é preciso atentar para a situação concreta das conjunturas, nesta análise reside a atualidade marxista” (AGUIAR, 2017, p. 185).

É, portanto, o enraizamento nos pressupostos da dialética ao lançar-se sobre uma análise da conjuntura que permitirá que a ação não fique estancada pela inércia do conformismo desinteressado, nem que decorra por solavancos que violentamente atravessam elementos imprescindíveis em um desenvolvimento sócio-histórico emancipatório. O uso do método dialético em uma análise de conjuntura permite que as demandas concretas e contradições do espaço-tempo presente - estas manifestadas na conjuntura - sejam atenta e criticamente observadas, avaliadas e fundantes da formulação do caminho mais adequado a percorrer dali em diante. Desta forma, os porvires sócio-históricos não são entendidos como se se tratassem de um movimento inerente, não intencionado e garantido, mas sim de um empreendimento consciente por parte dos sujeitos da História, de sua própria história.

Outro conceito crucial para o entendimento da práxis revolucionária, e que se faz necessário ao estudarmos o cenário atual em Cuba, é a utopia. A utopia, em seu sentido amplo, é considerada como um:

elemento de crítica social e de negação do mundo dado em prol de uma outra realidade (...), pode-se compreendê-lo como um denominador comum para vários fenômenos políticos que se estabeleceram ao longo da História, com maiores ou menores consequências na ordem prática do mundo (BARROS, 2009, p. 26).

Não à toa, o conceito de utopia se generalizou no senso comum sob uma conotação pejorativa: infantilizar ou romantizar o utópico se torna bastante conveniente num cenário niilista e fatalista, com rastros do pressuposto *There Is No Alternative*<sup>5</sup> (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2015), tal qual a cínica ideia de “fim da História”. Assim, construir uma elaboração coletiva do horizonte de objetivos e desejos - portanto, o horizonte utópico - de uma determinada realidade não só possibilita o otimismo da vontade, em termos gramscianos, como estabelece o objetivo da luta revolucionária, possibilitando a visualização de um cenário possível e, portanto, a formulação de uma estratégia, que poderá dar concretude a esta utopia. Portanto, “o que faz da utopia importante no marxismo será o materialismo histórico, pois, como filosofia da práxis, o

---

<sup>5</sup> Slogan neoliberal, amplamente defendido por Margareth Thatcher, que pressupõe que não há alternativa ao livre mercado e ao capitalismo. Seu acrônimo - TINA - significa “não há alternativa”.

marxismo oferece o caminho material para que se faça a ponte entre a utopia e o lugar concreto” (FERNANDES, 2019, p. 51). O vislumbre, apreensão, e a elaboração de um horizonte utópico é um elemento chave na luta política, que será central na nossa análise dos dilemas que se apresentam atualmente no seio das esquerdas latino-americanas, e especialmente em Cuba.

No entanto, apesar do materialismo histórico-dialético ser a coluna vertebral da teoria marxista, não é raro ver na tão heterogênea obra marxista diversas abordagens que rompem com alguns destes pressupostos basilares. Há a tradição de um marxismo estruturalista que, no afã de afirmar o caráter científico de sua teoria social, se debruça sobre uma interpretação ortodoxa e colonial do materialismo histórico, em que os agentes da História não mais são os humanos, mas sim entidades abstratas como as leis da História, ou inanimadas como os meios de produção (DUNAYEVSKAYA, 1965).

Esta versão positivista do marxismo abandona a dialética, alegando uma ruptura metodológica - essencialmente hierarquizante - do Marx “maduro” com o jovem Marx, em referência à fase em que Marx estabelece as bases filosóficas para construir sua crítica à economia política, linha esta defendida especialmente por Louis Althusser (1964). Conforme abordado por Gramsci, tendo como ponto de partida que o marxismo seja a filosofia da práxis, o desenvolvimento da obra marxiana estabelece a unidade entre a análise econômica e a análise filosófica; a compreensão filosófica da revolução é requisito para sua realização, uma vez que elimine a contradição entre a consciência intelectual e estabeleça utopias a serem testadas (FERNANDES, 2019).

Tendo isso posto, estabelecemos a demarcação do caráter humanista do aporte teórico marxista desta análise de conjuntura. Por mais que as mudanças materiais fundamentalmente aconteçam no campo econômico<sup>6</sup> e não da filosofia, não é correto ou responsável cindi-los terminantemente em nome de atingir determinado grau de cientificismo, como se a filosofia fosse completamente desprovida de função no processo revolucionário. Ao isolar entre si e hierarquizar estes dois níveis de análise, recai-se em uma abordagem anti-dialética, imersa no positivismo caricatamente europeu. Isso propiciará grandes chances de culminar em uma análise cujas conclusões são gravemente marcadas pela colonialidade, ao recorrentemente

---

<sup>6</sup> Vale pontuar que a economia é erroneamente abordada como se tratando de cálculos e instituições descorporificadas, a partir de uma visão engessada sobre o conceito de meios de produção. Assim, é da maior importância afirmar que economia se trata da forma como uma sociedade produz sua vida; se trata de aspectos culturais, sociais, religiosos, étnicos, raciais, sexuais e de gênero, pois são elementos constituintes e fundantes de um determinado modelo econômico, portanto devem ser levados em conta na formulação de novos modelos. Trata-se de descolonizar a economia: falar de tecnologias ancestrais, de auto-gestão e cooperativismo, de soberania alimentar e concretizar utopias.

homogeneizar os tecidos sociais, suas decisões e seus caminhos: assim, cria-se terreno para a reprodução dos próprios sistemas de opressão que conferem hoje a manutenção do poder da classe burguesa (QUIJANO, 2005).

Outro fator importante para que estudiosos e militantes tenham em mente é que a obra marxiana foi escrita em meio à realidade da classe operária na Europa no século XIX. É inegável que ali existam elementos fundamentais que devem estar presentes em qualquer análise marxista, tanto pelo âmbito filosófico-metodológico, quanto pelas próprias conclusões sociais, políticas e econômicas, uma vez que o capital tenha expandido e siga expandindo para todos os cantos do globo terrestre a lógica de acumulação, exploração e instrumentalização de opressões. No entanto, obras marxistas comprometidas com o avanço da Revolução buscam *produzir* a partir da obra marxiana, e não meramente *reproduzir* suas conclusões, pois possuem o compromisso incontornável de levar em conta fatores históricos, culturais e étnicos da sociedade de onde se está falando, da qual se está analisando.

Além das particularidades de cada formação social, a mera e acrítica transposição dos estudos marxianos, além de possivelmente recair no anacronismo, não se atenta ao fato que o capitalismo se desenvolveu de formas muito distintas em cada contexto regional; o projeto imperial(ista) aplicou e aplica para cada região do globo um determinado papel social, político e econômico na sua estratégia colonial (LÖWY, 2015). Assim, não é porque o capitalismo não se expressa - no nosso caso, na América Latina - exatamente da mesma forma como se expressa na centralidade do capitalismo<sup>7</sup> que devemos abandonar a teoria marxista; pelo contrário, é aí que devemos aprofundar e revitalizar o marxismo, abordando as particularidades do projeto colonial e imperialista em terras latino-americanas.

Portanto, a riqueza dos estudos marxistas não se dá na pesquisa da obra de Marx e Engels de forma oracular, ou como se ali estivessem descritos todos processos sócio-históricos de todas sociedades, de todas partes do mundo, de todos os tempos enquanto o capitalismo imperar: a riqueza se dá na testagem do método materialista-histórico e dialético e do conhecimento das engrenagens do capital para construir uma práxis revolucionária a ser desenvolvida sobre uma determinada delimitação conjuntural.

---

<sup>7</sup> É digno de nota o apontamento levantado por autores decoloniais, como Quijano, ao não aceitarem o posicionamento da América Latina como periferia do sistema. Posicionam-na no coração da modernidade, uma vez que a chegada no continente americano tenha sido o germe do capitalismo, reivindicando esse reposicionamento como um dos aportes decoloniais mais importantes à luta contra o colonialismo e seus tentáculos. Por outro viés, a tradição marxista define a centralidade do sistema capitalista como os países que concentram a mais-valia a nível mundial e ditam os rumos do imperialismo, voltando a nomenclatura para a forma de produção. É esta última conotação que assumimos.

Assim, o analista deve ter liberdade tanto para afirmar o marxismo quanto para criticá-lo quando houver necessidade, sem medo de ser considerado eurocêntrico, de um lado, ou revisionista, de outro. Apesar das inúmeras e profundas problemáticas que o desenvolvimento do marxismo estruturalista apresenta, há um embasamento filosófico e prático, tal qual exposto anteriormente, que, ao nosso entendimento, impede que rompamos com o marxismo<sup>8</sup>. Desta forma, vemos como não só possível, como necessário, trazermos tais críticas para dentro do escopo marxista, para atualizá-lo e instrumentalizá-lo de acordo com as necessidades do momento histórico atual, com o local de onde se propõe a erupção de um processo revolucionário, emancipatório.

Por isso, partimos de uma posição de não essencializar o marxismo, tal qual o faz a corrente dentro do pensamento decolonial<sup>9</sup> que o determina como eurocêntrico, portanto, descartável (LÖWY, 2015), como se aspectos eurocêntricos que cunharam sua gênese impedissem que o marxismo esteja à serviço da luta anti-opressões, anticolonial. A principal crítica marxista ao pensamento decolonial consiste em que este, como explica Aguiar, “não avança em termos de que tipo de participação e protagonismo político as classes subalternas teriam na construção de um novo bloco histórico” (AGUIAR, 2017, p. 165). De acordo com a autora, os teóricos decoloniais que rompem com o marxismo:

perdem o vínculo analítico de que se faz necessário completar a formação econômico-social do subcontinente trilhando um projeto revolucionário, posição que demarca um decisivo limite para pensar a emancipação dos povos subalternos latino-americanos, pois, ao se abrir mão de ter como norte um projeto revolucionário, se nega em última instância a participação política dos povos subalternos, delegando à algum tipo de aliança policlassista a esperança de se verem representados por uma fração burguesa interna no âmbito da política sob moldes liberais (AGUIAR, 2017, p. 181-182).

No entanto, para além das críticas pontuais, Michael Löwy, pensador importante para a renovação do marxismo no século XXI, indica ser fundamental a síntese entre os pensamentos marxista e decolonial, esta que é considerada de grande relevância para pensar a atual

---

<sup>8</sup> Pontuamos a inconsistência de pensamentos alegadamente “pós” marxistas, pela simples razão de que os problemas abordados como centro desta corrente de pensamento ainda não foram superados. “Dado o alastramento da crise estrutural do capital a todas as esferas da vida, o método e a teoria marxianos seguem denunciando a essência doentia desse metabolismo social, preparando-se, de maneira investigativa e propositiva, aos combates vindouros” (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2015, p. 28-29). De acordo com os autores, as “ciências-pós” se tratariam de teorias transgressoras, mas não revolucionárias.

<sup>9</sup> A esta corrente que rompe com o marxismo, Löwy denomina “direita decolonial”, tendo como pivô central o argentino Walter Dignolo. A esta, se oporia a “esquerda decolonial”, que consiste nos teóricos do grupo Modernidade/Colonialidade que não estabeleceram tal ruptura, e inclusive dialogam com a teoria marxista ao enxergarem uma “unidade dialético-concreta entre o específico e o universal”, tais quais o argentino Enrique Dussel e o peruano Aníbal Quijano (LÖWY, 2015).

conjuntura da sociedade cubana, como será desenvolvido mais adiante nesta análise. Em suas palavras:

Me parece que hay una fertilización recíproca entre el pensamiento decolonial y el marxismo en el hecho de que la crítica decolonial ayuda a los marxistas a liberarse de sus aspectos euro-céntricos y contribuye también a desarrollar una visión universalista, porque el universalismo no es necesariamente el occidental-centrismo. El pensamiento decolonial necesita apropiarse de los conceptos y de los elementos universales del marxismo. En ese sentido, hay un enriquecimiento mutuo (LÖWY, 2015, s/p).

Alguns já debatem e sugerem esta unidade nos termos de “marxismo decolonial” (AGUIAR, 2017; RUBBO, 2020). Comumente, o pensamento do peruano José Carlos Mariátegui é referenciado como elo entre as duas teorias, pois, de acordo com Rubbo (2020), o pensador andino antecipa uma síntese entre a decolonialidade e o marxismo. Assim, Mariátegui seria “duas vezes heterodoxo: um ‘decolonial’ atípico, pois tem como referência o marxismo, e um marxista *dissidente*, pois incorpora a crítica da modernidade europeia ocidental” (RUBBO, 2020, p. 134, itálico original).

À vista de todo exposto, encontramos na corrente do Marxismo Humanista fundamentos e proposições adequadas para servir de aporte teórico para analisar a atual conjuntura da sociedade cubana e seus dilemas. O Marxismo Humanista formulou um marxismo em que se coloca o humanismo e, por consequência, a práxis revolucionária, como elemento central. Assim, seria conduzida a crítica a toda forma de alienação e de exploração - opondo-se diretamente ao “socialismo real” -, entendendo que a superação da realidade estaria na ordem do desenvolvimento da capacidade criativa humana (NECKEL MIGUEL, 2018). Por esta perspectiva, “o socialismo é humanismo na medida em que ele organiza a divisão social do trabalho, o ‘reino da necessidade’, de modo a permitir que os homens satisfaçam suas necessidades sociais e individuais sem exploração e com um mínimo de trabalho e sacrifício” (MARCUSE, 1965, s/p).

Dunayevskaya, pensadora russa absolutamente central na corrente marxista humanista, aborda essa ideia da seguinte maneira:

What is needed is a new unifying principle, on Marx’s ground of humanism, that truly alters both human thought and human experience. (...) Marx’s legacy is not mere heirloom, but a live body of ideas and perspectives that is in need on concretization. Every moment of Marx’s development as well as the totality of his works, spells out the need for ‘revolution in permanence’. This is the absolute challenge to our age (DUNAYEVSKAYA, 1982, p. 195 apud ANDERSON, 1986, p. 26).

Esta corrente do marxismo retoma conceitos que haviam sido subjugados pelo marxismo estruturalista, tais quais a emancipação para além do caráter econômico, consciência<sup>10</sup>, cognição<sup>11</sup>, alienação<sup>12</sup> (FERNANDES, 2019). Ao sustentar a contradição inerente à materialidade, o Marxismo Humanista possibilita uma dinâmica e consistente articulação do total e do particular, do sujeito e da estrutura; ao firmar-se com presença no movimento arejado da dialética, evita que se formem bolores tais quais a burocratização, que inevitavelmente irão gangrenar e levarão ao decepamento de qualquer processo revolucionário, uma vez que os sujeitos não estarão conduzindo sua própria história.

As bases do Marxismo Humanista encontram-se em direto e fluido diálogo com a filosofia de Che Guevara. O revolucionário argentino tinha uma leitura do marxismo veementemente antidogmática, entendendo e reverberando sua essência forma profunda, libertária e dialética, não se eximindo de estabelecer as críticas que julgava necessárias, principalmente para a burocracia stalinista. Che entendia o marxismo como uma verdadeira filosofia da práxis, um guia para a ação, e aponta para a imprescindibilidade do viés humanista<sup>13</sup> para consagrar uma Revolução. Assim, conforme esmiuçado por Michael Löwy (2003), Che tem como premissa que “a libertação do homem e a realização das suas potencialidades não podem ser alcançadas senão pela revolução proletária, que elimina a exploração do homem pelo homem e instaura o domínio racional dos homens sobre o seu processo de vida social” (LÖWY, 2003, p. 31). Assim, Che nos permite aferir que a Revolução proletária é uma forma de elevação da consciência social da humanidade.

Nesse sentido, o Marxismo Humanista estabelece uma abertura importante para a integração de valores espirituais, conseguindo ganhar espaço junto a pensadores africanos. Destaca-se nesse sentido o pensador e ex-presidente senegalês Léopold Sédar Senghor, que via uma correspondência entre a filosofia negro-africana e a filosofia socialista; assim, afirmava não se relacionar com o “ateísmo metafísico” típico do marxismo estruturalista, aceitando uma versão humanista do socialismo (GBADEGESIN, 1991; SENGHOR, 1965).

---

<sup>10</sup> “It is not the consciousness of men that determines their existence, but, on the contrary, their social existence that determines their consciousness” (MARX, 1859, s/p apud DUNAYEVSKAYA, 1965, s/p).

<sup>11</sup> “It is true that the Marxian dialectic is not only political or historical, but also cognitive” (DUNAYEVSKAYA, 1965, s/p). “Cognition is not contemplation. Contemplation of the world is based on the results of human praxis. Man knows reality only insofar as he *forms* a human *reality* and acts primordially as a practical being” (KOSIK, 1979, p. 9 apud ANDERSON, 1986, p. 20).

<sup>12</sup> Relação contraditória entre trabalhador e produto de seu trabalho, do trabalhador com o ato de produzir no capitalismo, em que o sujeito se desloca de si, de sua coletividade e da natureza (MARX, 2004).

<sup>13</sup> Che defendia o humanismo “no melhor sentido da palavra”, em oposição aos humanismos que se pretendiam, ao priorizar a abstração, estar para além das classes e alhear-se da radicalidade verdadeiramente necessária para que semeie a vida de uma maioria social, como os humanismos burgueses, cristão tradicional, filantrópico, etc. (LÖWY, 2003).



Outra referência de imensa presença é o martinicano Frantz Fanon. Para além da exaustiva discussão se Fanon seria ou não marxista<sup>14</sup>, nos importa aqui abordar sua contribuição com seu humanismo revolucionário. Nos termos de seu conceito de dialética revolucionária humanista, Fanon incorpora a extremamente relevante questão da violência revolucionária: defende que esta seria embasada no princípio da legítima defesa por parte dos oprimidos, sendo, portanto, estabelecida uma tensão dialética entre o humanismo e a violência (ONWUANIBE, 1983). Portanto, a práxis revolucionária, tema muito caro para o psiquiatra caribenho, seria a sua resposta ao racismo sistêmico e internalizado (FANON, 1968).

O Marxismo Humanista, ao enfatizar os sujeitos como agentes de sua própria história, dá as bases para a discussão sobre classes e lutas anti-opressões, absolutamente crucial no debate contemporâneo. Atualmente, estas lutas são vistas por uma nova tendência estruturalista do marxismo - que em verdade se trata apenas de ressuscitar antigos cadáveres - como “lutas identitárias” que atrapalhariam a luta central, que é a luta de classes. No entanto, temos que nos posicionar com veemência contra esta concepção, pois ela desastrosamente enxerga a classe trabalhadora de forma mecanizada, não só afastando boa parte da juventude da organização política e do pensamento revolucionário, como reproduz os sistemas de opressão que concretamente confirmam a vitória burguesa sobre nossos corpos. Esta ideia dá brechas para a relativização da centralidade da luta antirracista, da luta feminista, da luta anti-LGBTQIA+fobia e da luta anticapacitista, estas que existem justamente para resistir ao extermínio sistemático destas populações instrumentalizado pelo sistema capitalista e pela divisão internacional do trabalho. Parecem se esquecer do tão básico primeiro pressuposto da teoria marxiana: para se fazer História, os seres humanos precisam estar vivos (MARX, 2011b).

Por fim, entendemos que o Marxismo Humanista é uma fonte riquíssima para pensarmos e criarmos novos marxismos, que sirvam de fato como ferramentas para os problemas do nosso tempo, de nossa terra, de nossas realidades concretas. Desta forma, seus pressupostos servirão como uma lente teórica interessante para podermos capturar o momento de crise de esperança que define o atual estágio revolucionário em Cuba, que marca a contemporaneidade da Ilha e pavimenta os rumos do projeto socialista. Portanto, ao lançarmos mão do aporte teórico desenvolvido nesta seção para a construção de uma análise de conjuntura sensível e rigorosa sobre a sociedade cubana atual, devemos ter como uma bússola analítica interna que “o marxismo é uma teoria de libertação ou não é nada” (DUNAYEVSKAYA, 1965, s/p, tradução nossa).

---

<sup>14</sup> Para o aprofundamento desta discussão, consultar Faustino (2015).

Junto a esta base, faremos uso dos ensinamentos da Pedagogia da Encruzilhada, explicada no livro homônimo de Luiz Rufino (2019), em que discorre sobre a visão e ação de encruzilhada enquanto contribuição afro-brasileira para a formulação de novos mundos. A encruzilhada, enquanto ferramenta metodológica, “é a boca do mundo, é saber praticado nas margens por inúmeros seres que fazem tecnologias e poéticas, de espantar a escassez abrindo caminhos” (RUFINO, 2019, p. 5). A dialética ganha corpo na encruzilhada, na ginga, no sincopado, em que “a con(tra)dição do Ser é primordial à manifestação do Saber” (RUFINO, 2019, p. 9). Assim, de nossas bandas de cá, oferecemos a encruzilhada “como disponibilidade para novos rumos, poética, campos de possibilidades, prática de invenção e afirmação da vida, perspectiva transgressiva à escassez, ao desencantamento e à monologização do mundo” (RUFINO, 2019, p.13). Para a reconquista da comunicação entre os povos latino-americanos, que foi bloqueada pelos efeitos de desencantamento da colonialidade, e para pensar os novos horizontes utópicos na Ilha, usaremos a encruzilhada como a retomada de um encantamento ancestral, que entenda nas contradições - ou nas pedras no caminho - as possibilidades de invenção de novas coletividades.

A proposta de analisar a conjuntura cubana se faz pelo entendimento da importância que este processo revolucionário tem tanto para a realidade concreta e subjetiva do povo cubano, quanto para o imaginário da Revolução na América Latina e o seu potencial respaldo para o desencadeamento de novos processos revolucionários. No entanto, a partir da obra marxiana, devemos fazer menção à reflexão - que definitivamente requer outros espaços para aprofundamento da discussão - sobre os limites de uma revolução em um só país. Entendendo que a emancipação da classe trabalhadora mundial somente se dará pela revolução permanente e internacionalista, ao analisar revoluções na periferia do sistema capitalista, devemos ter em mente que, enquanto as forças produtivas do planeta não estiverem nas mãos do proletariado, dificilmente poderemos falar em termos de transição socialista em um determinado país (MARX; ENGELS, 1850).

Sendo assim, a partir do exposto pelo posicionamento epistêmico deste trabalho e da justificativa da produção desta análise, propõe-se realizar uma análise de conjuntura que seja embasada majoritariamente na leitura de outras produções analíticas sobre o atual momento que Cuba passa, priorizando análises elaboradas pela América Latina e, sobretudo, por Cuba. São elas que ajudarão a estabelecer o que de fato se percebe como influência na conjuntura atual, e os principais dilemas que correm no debate popular hoje. Para tal, estruturamos um roteiro com base nas principais literaturas que orientaram esta seção (FRONT, 2019; HARNECKER, 2004;

SOUZA, 1991) para auxiliar na condução desta análise de conjuntura, e humildemente o oferecemos como possível guia de novas análises. Não temos como intenção organizar o texto de acordo com essas perguntas, na ordem de responde-las sucessivamente, mas sim produzir uma análise que possibilite, ao final de sua leitura, dar embasamento e fundamentação para que estas perguntas possam ser respondidas, e que se possa visualizar os atuais dilemas e contradições desta sociedade. Sendo assim, seguem as categorias e as perguntas-guia:

## **1. Fatores estruturais**

- 1.1 Quais são os fatores sócio-históricos que estabelecem a formação desta sociedade?
- 1.2 Quais os principais acontecimentos que marcam períodos de auge e de crise desta sociedade?

## **2 Economia e relações internacionais**

- 2.1 Quais as condições materiais da população desta sociedade?
- 2.2 Como é a estrutura econômica desta sociedade? Como a população se move nessa estrutura?
- 2.3 Como se caracteriza o atual cenário político-econômico mundial? Como se encontra a correlação de forças a nível internacional?
- 2.4 Qual a relação desta economia com a cadeia de produção global? Como isso afeta a autodeterminação deste povo?
- 2.5 Existem atores externos que tentam interferir na manutenção da coesão popular? Se sim, como?

## **3 Forças sociais**

- 3.1 Quais são as classes que compõem o tecido social da sociedade em questão? Como elas se agrupam entre si?
- 3.2 Quais são os interesses de cada classe social? Qual a relação de cada uma com o bloco no poder, e a qual projeto atende?
- 3.3 Quais são os atores que representam cada uma das forças sociais na atual conjuntura? Como se caracterizam?
- 3.4 Quais são os campos de confronto estabelecidos pelas relações entre estes? Como se caracterizam estes campos?
- 3.5 Qual o grau de consciência de classe que cada classe social tem?
- 3.6 Quais seriam as classes e setores sociais que estariam potencialmente interessados em dar impulso a uma alteração de regime? E quais estariam realmente interessados?

## **4 Bloco no poder**

- 4.1 Quais são as classes e frações de classe que compõem o bloco no poder? Qual a hierarquia entre elas, e quais suas contradições?
- 4.2 Quais são as organizações e indivíduos que representam as classes e frações que estão compondo o bloco no poder?
- 4.3 Qual a estratégia traçada atualmente pelo bloco no poder para se manter?
- 4.4 Qual o grau de organicidade (adesão) das classes e frações em relação aos seus representantes?
- 4.5 Existem atores externos que tentam interferir na manutenção deste bloco no poder? Se sim, como?

## **5 Forma estatal**

- 5.1 Como se caracteriza o regime político em vigência? Qual seu grau de consolidação?
- 5.2 Quais são as restrições que este regime político impõe ao bloco de forças no poder?
- 5.3 Quais as contradições existentes entre o aparato estatal e a sociedade civil?
- 5.4 Quais instrumentos coercitivos podem ser utilizados pelo bloco no poder?
- 5.5 Quais as formas e o grau de consentimento e de contestação ao regime político?

## **6 Conteúdo hegemônico**

- 6.1 Quais as crenças, valores e orientações ideológicas hegemônicas? Qual o grau de adesão da sociedade a esta visão de mundo?
- 6.2 Quais são as visões de mundo dissidentes deste conteúdo hegemônico?
- 6.3 Quais as contradições entre o projeto econômico-social e o conteúdo hegemônico difundido pelo bloco no poder?

## **7 Projeto econômico-social**

- 7.1 Qual o projeto econômico-social do bloco no poder?
- 7.2 Qual o padrão de atuação do Estado na construção do projeto econômico-social? E do governo atual?
- 7.3 Quais as classes e frações mais beneficiadas e mais prejudicadas por este projeto?
- 7.4 Existe um projeto alternativo sendo proposto nesta sociedade? Qual a sua natureza de classe?
- 7.5 Qual a correlação de forças entre o projeto orgânico e o projeto alternativo?

## **8 Caracterização conjuntural do projeto orgânico e possíveis mudanças conjunturais**

- 8.1 Em que momento conjuntural se encontra o projeto orgânico: construção, consolidação, reconfiguração ou crise?
- 8.2 Quais as possíveis mudanças conjunturais que a situação atual sugere?

### **3 AS CONDIÇÕES MATERIAIS DA SOCIEDADE CUBANA E AS FORMAS DE PRODUZIR A VIDA NA ILHA**

O primeiro elemento a ser posto como estrutural e em grande medida determinante das condições materiais do povo cubano é o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos. Decidimos iniciar este capítulo pelo tema do bloqueio econômico porque, apesar de definitivamente não ser o único fator de inviabilização da economia cubana, é sem sombra de dúvidas o elemento que determina e sufoca, em todas as áreas, toda e qualquer decisão, movimentação ou transformação da Ilha. Desta forma, o bloqueio pende a balança da correlação de forças de forma permanente, estancando novas disposições de poder: acumula-se 60 anos de restrições às trocas comerciais e financeiras de Cuba com as cadeias de produção e de financeirização globais, promovidas pelo aparato político-jurídico do ator majoritário no sistema capitalista contemporâneo, sendo, então, o mais duradouro bloqueio econômico da História moderna.

Deve-se notar que as medidas dos Estados Unidos contra Cuba não consistem em um embargo comercial unilateral (PARDO M.; VALDÉS L., 1999), como o governo estadunidense insiste em denominar. Diferentemente de um embargo, que por definição é a apreensão de bens, ativos, depósitos e outras propriedades de um Estado para obrigar a tomar ou não determinadas medidas, a situação em Cuba consiste em uma operação de corte das fontes de abastecimento de um país, sendo mais apropriado defini-la como um bloqueio (ALLARD O., 2015; ARIAS R., 2021). Portanto, o bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba pode ser entendido como um ato de guerra em tempos de paz, que foi imposto unilateralmente pelos Estados Unidos contra o povo cubano em caráter prolongado e permanente.

De acordo com Allard Olmos (2015), há dois fatores que evidenciam o caráter de bloqueio neste caso: 1) a essência punitivista das ações estadunidenses, orientada por intenções políticas, e 2) o caráter extraterritorial das medidas desta ação, que, ao transcender os marcos bilaterais para ter um alcance multilateral, inevitavelmente afeta a soberania nacional não só de Cuba, mas de outros potenciais parceiros econômicos. Desta forma, o bloqueio econômico empreendido pelos últimos onze governos estadunidenses - que foi de maneira quase unânime rejeitado pela comunidade internacional em 29 ocasiões de debate sobre o tema na Assembleia Nacional das Nações Unidas (ARIAS R., 2021) - constitui em “una armazón sistemática encaminada a acordonar a Cuba, al cerrarle sus vías de acceso comercial, financiero y hasta

cultural y espiritual, con lo cual se configura, en realidad, un férreo bloqueo, sin precedentes en América” (PARDO M.; VALDÉS L., 1999, p. 8).

O governo cubano estima que o bloqueio já prejudicou a economia do país em cerca de U\$144,4 bilhões (MINREX, 2020). Apenas no período de abril de 2018 até março de 2019, o bloqueio gerou perdas de U\$ 1.383 bilhão ao setor de turismo, U\$ 170 milhões ao setor de transporte, U\$ 49 milhões à indústria, mais de U\$ 78,336 milhões ao setor de energia e minas, mais de U\$ 2,896 bilhões ao comércio exterior e U\$ 725,8 milhões de afetações monetário-financeiras (MINREX, 2019). Frente a uma asfixia econômica e material do povo cubano desta magnitude, é possível traçar os limites muito rígidos das possibilidades de desenvolvimento da economia de Cuba e pontuar o caráter não apenas conjuntural, mas definitivamente estrutural das ações ofensivas da política estadunidense.

O bloqueio dos EUA contra Cuba, desde a primeira medida aplicada pelo governo John F. Kennedy, em 1962<sup>15</sup>, sempre teve como objetivo “negar dinheiro e suprimentos a Cuba, para ocasionar fome, desespero e a derrocada do governo” (ALLARD O., 2015), trecho este retirado do memorando do Departamento de Estado do governo estadunidense, de 1960, que dá base às primeiras ações. Novas medidas legais foram sendo aplicadas a cada nova conjuntura que se seguia, aplicando medidas como: controle geral das exportações mediante restrições impostas pelo Presidente estadunidense, a seu critério<sup>16</sup>; exigências de licenças específicas expedidas exclusivamente pelo governo dos EUA para exportar ou reexportar mercadorias cubanas<sup>17</sup>, proibição da entrada, em porto estadunidense, de barcos que houvessem adentrado portos cubanos em menos de 180 dias<sup>18</sup>; limitação para remessas familiares para no máximo U\$ 300 por trimestre e U\$ 500 anuais, bem como a sujeição do envio de remessas ao outorgamento de licenças específicas do governo dos EUA<sup>19</sup>; limitação a apenas cinco categorias de grupos civis permitidos de viajar a Cuba<sup>20</sup> (PARDO M.; VALDÉS L., 1999), que posteriormente se estendeu

---

<sup>15</sup> A Proclama Presidencial 3774 (1962), foi o amparo legal que, em extensão da Lei de Assistência ao Estrangeiro (1961), fez a imposição direta do embargo ao comércio com Cuba ao proibir a importação da mercadoria cubana, em caráter geral e absoluto. Estes dispositivos jurídicos estão ancorados na Lei de Comércio com o Inimigo, aprovada pelo Congresso dos EUA em 1917 e prorrogada até hoje; esta confere ao presidente estadunidense o poder de restringir o comércio com países hostis aos EUA pela possibilidade de aplicar sanções econômicas em estado de guerra ou período de emergência nacional. Por mais que nenhum desses dois contextos tenha sido declarado pelo governo estadunidense em relação a Cuba durante todo período do bloqueio, a lei centenária segue em vigor (PARDO M.; VALDÉS L., 1999).

<sup>16</sup> Lei de Administração de Exportações (1979).

<sup>17</sup> Regulação Administrativa das Exportações.

<sup>18</sup> Regulações para Controle dos Ativos Cubanos.

<sup>19</sup> Oficina de Controle de Ativos Estrangeiros.

<sup>20</sup> Regulações aplicadas pelo governo Ronald Reagan, em 1982, em retomada da Lei de Comércio com o Inimigo no âmbito das viagens a Cuba.

para doze categorias, e, por fim, restrição de financiamento de produtos agrícolas a Cuba (ARIAS R., 2021)<sup>21</sup>.

Além de todas as medidas pontuadas, as atualizações do bloqueio nas últimas décadas demonstraram, em acompanhamento do movimento do capital, uma faceta ainda mais totalizante e perversa desta política econômica: as promulgações da Lei Torricelli e, principalmente, da Lei Helms-Burton. Com a perda do principal parceiro econômico de Cuba pela queda da União Soviética, o Pentágono entendeu ser uma oportunidade imperdível para realmente asfixiar a economia da Ilha com a efetividade que não havia sido possível nos trinta anos anteriores.

A Lei Torricelli, promulgada em 1992, no governo George H. W. Bush, autoriza que o presidente dos EUA imponha sanções<sup>22</sup> a países que mantenham relações comerciais ou financeiras com Cuba, ou que prestasse qualquer forma de assistência ao país caribenho. Essa medida enfatizou seu caráter extraterritorial e transnacional ao afetar diretamente países terceiros<sup>23</sup>. A Lei Torricelli foi endurecida com a promulgação da Lei Helms-Burton em 1996, no governo Bill Clinton, elevando o caráter de violência e asfixia do bloqueio. Uma de suas intenções foi deter o investimento estrangeiro em Cuba, possibilitando a ação judicial contra os bens de pessoas e empresas que têm investimentos na Ilha ou negociam com ela (ALLARD O., 2015) e impossibilitando o acesso do país aos organismos financeiros internacionais. Neste cenário, Cuba se tornava o único país no mundo que não possuía qualquer tipo de financiamento de nenhum banco regional ou instituição financeira internacional (FERNANDES; MARTINS, 2015). Ainda, é nesta Lei que se enfatiza o apoio logístico e financeiro à indústria anti-Castro nos EUA.

No entanto, a medida mais complexa da Lei Helms-Burton foi a de subordinar todas as decisões do bloqueio à decisão do Congresso estadunidense, fazendo desaparecer as faculdades presidenciais: essa medida torna a solução ao bloqueio mais difícil e complicada, pois os rumos não mais estão nas mãos de uma única pessoa - o presidente -, e sim de uma maioria no Congresso. Considerando a composição parlamentar congressual dos EUA, é muito improvável, a curto e médio prazo, que haja uma composição que permita o fim do bloqueio,

---

<sup>21</sup> Lei de Reforma das Sanções Comerciais e Melhoria das Exportações (2000).

<sup>22</sup> As sanções baseavam-se na exclusão destes países da recepção de ajuda estadunidense ao amparo da Lei de Assistência Estrangeira, de 1961. Ademais, bloqueou qualquer barco que atracasse em Cuba a ir aos EUA por 6 meses, e proibiu subsidiárias estrangeiras das companhias dos EUA de comerciar com Cuba (THE WAR ON CUBA 1, 2021).

<sup>23</sup> Os países prejudicados, como Canadá, Reino Unido e Irlanda, repudiaram publicamente essas medidas, alegando que a autorização ou não de transações não-estadunidenses com Cuba por parte do governo dos EUA não possuem base no Direito Internacional (PARDO M.; VALDÉS L., 1999).

uma vez que muitos quadros do partido democrata se alinham aos republicanos ao adotar uma posição anti-Cuba (VASCONCELOS, 2021a). Esta última tática segue a linha de algumas administrações que tornaram significativamente mais difícil dismantelar o aparato do bloqueio, como a inserção de Cuba na Lista de Países Patrocinadores do Terrorismo pela primeira vez pelo governo Reagan (OLIVER; VENANCIO, 2022a).

Dada a sobrecarga de todo esse histórico jurídico, político e econômico, este processo encontra-se marcado nos movimentos da atual conjuntura. O aceno à retomada de relações com a Ilha que o presidente Barack Obama realizou em meados da década de 2010, se por um lado foi uma imensa e notável guinada na tradição diplomática da potência mundial em relação à Cuba, por outro acabou não gerando muitos resultados concretos e duradouros para a economia da Ilha e para as condições materiais da sociedade cubana. Nem mesmo o governo estadunidense mais favorável a Cuba durante todo processo revolucionário deixou de aprofundar ainda mais o bloqueio: entre os anos de 2009 e 2016, sob a administração Obama, foram impostas 52 multas por violações dos regimes de sanções contra Cuba e outros países, totalizando um montante de U\$ 14.404.358.605,00 (ARIAS R., 2021).

De toda forma, é inegável a inflexão que as relações entre Obama e Raúl Castro constituíram para a história do bloqueio e da economia cubana. Para verificar as mudanças deste período nesta relação interestatal, podemos analisar as principais contribuições que culminaram em resultados materiais: o acesso expandido à internet, a retirada do Estado cubano da Lista de Países Patrocinadores do Terrorismo e o licenciamento de uma gama de oportunidades comerciais com empresas estadunidenses (OLIVER; VENANCIO, 2022a). Quanto à internet, ela de fato foi mais acessibilizada e popularizada, mas ainda não encontrou consonância com as formas de governo e de participação social em Cuba, bem como apresenta ameaças à proteção da soberania nacional, conforme será trabalhado no próximo capítulo. Quanto à retirada do Estado cubano da fatídica lista, este consistiu em um movimento relevante, que tem efeitos importantes nas relações financeiras internacionais do comércio exterior cubano, mas que obteve caráter muito efêmero por não haver sido incorporado no aparato judicial do bloqueio, levando à sua reversão logo na administração seguinte. Por fim, em relação à abertura econômica, houve realmente uma importante expansão sem precedentes das atividades do setor privado cubano, porém esta tendência foi amplamente suspensa na conjuntura pós-Obama, fazendo com que o setor privado da Ilha tivesse pouco tempo de expansão para logo ser novamente congelado. Assim, esta pontual ruptura da postura política dos Estados Unidos teve



fim logo no mandato seguinte, a partir de 2017, com a posse de Donald Trump: o que restou ao povo cubano é algo como uma saudade do que nunca inteiramente veio.

A administração Trump impôs uma avalanche de sanções: foram aplicadas 246 novas medidas, incluindo 56 em meio à crise da COVID-19 (LIMIA, 2021). São algumas das novas medidas: eliminação de viagens de cruzeiros e voos de companhias aéreas estadunidenses à toda Ilha, exceto Havana; impedimento de transações bancárias; sanções a empresas cubanas, e perseguição de petroleiras, seguradoras, companhias marítimas e tripulações que transportassem gás líquido ou petróleo à Ilha (ARIAS R., 2021).

De acordo com López-Levy (2021), poucos países sofreram com tanta intensidade a hostilidade deste governo, este que se alinhou com o setor mais beligerante e revanchista do exílio conservador cubano no sul da Flórida. As restrições que aplicara, além de desfazer todo avanço obtido no governo Obama, levaram à proibição da negociação de empresas estadunidenses com as empresas do consórcio GAESA, geridas pelas Forças Armadas de Cuba e força motora da lucratividade empresarial na Ilha; afetaram gravemente o turismo cubano ao proibir turistas estadunidenses de hospedarem-se em hotéis destas empresas; dificultaram severamente o envio de remessas familiares, chegando a impossibilitar o envio de remessas por serviços de internet, e dificultaram ainda mais o acesso da economia cubana ao crédito externo via endurecimento das multas, chegando a € 11 milhões (OLIVER; VENANCIO, 2022a).

Um dos principais fatores pelos quais o recrudescimento do bloqueio por Trump foi determinante para a deterioração das condições materiais do povo cubano foi o agravamento do cenário de escassez de divisas. Isso se deu tanto pelos diversos empecilhos colocados para o turismo, quanto pelo fechamento de mais de 400 agências da Western Union na Ilha, impedindo o fluxo das remessas das famílias que trabalham nos EUA, esta que é a segunda maior fonte de divisas em Cuba. Além disso, aprofundou a Lei Helms-Burton implementando o chamado Título III, medida esta que foi pivô no agravamento dos problemas da economia de Cuba: esta nova sanção autoriza a abertura de processos contra negócios ou pessoas, estadunidenses ou estrangeiras, que tenham se beneficiado da propriedade nacionalizada a partir do início da Revolução cubana, em 1959 (MESA-LAGO, 2021a).

Mesmo em meio à maior crise sanitária mundial de nossos tempos, a pandemia do COVID-19, os Estados Unidos dificultaram ainda mais a obtenção de medicamentos para o povo cubano: em 18 de novembro de 2020, o Departamento de Transporte dos Estados Unidos negou a solicitação de diversas companhias aéreas para levar ajuda humanitária a Cuba. Impediu, também, o envio de doações de máscaras, kits de testagem rápida e ventiladores pelas

empresas Alibaba e Fundação Jack Ma que estavam sendo enviadas a centenas de países em todo o mundo: a empresa estadunidense contratada, por conta dos impedimentos desencadeados pelas regulações do bloqueio, declinou a operação logo antes de iniciá-la (ARIAS R., 2021). Isso nos leva a concluir que os Estados Unidos mantêm a mesma estratégia exposta naquele antigo memorando secreto do ano de 1960 que embasou inicialmente o bloqueio, em renovação constante da Lei de Comércio com o Inimigo: a cada medida que recrudesce o bloqueio, aprofunda-se o isolamento, a asfixia e a imobilização da Ilha de Cuba, recriando o mal-estar do povo cubano.

Desta forma, resta evidente que o bloqueio econômico é o maior impedimento para que Cuba estabeleça relações comerciais com boa parte das economias mundiais, sendo direta ou indiretamente impossibilitada de estabelecer maiores parcerias econômicas. Por mais que haja potentes e dinâmicos polos tecnológicos no país, como a indústria biotecnológica, manter poucas e monolíticas relações exteriores a níveis comercial e financeiro implica na limitação de acesso a qualquer nova tecnologia avançada, fator que condiciona o dinamismo de uma economia por incrementar as forças produtivas. Especialmente quando se trata de um país pequeno como Cuba, a falta de trocas comerciais internacionais, quando feitas a partir do princípio da soberania, invariavelmente levará ao enrijecimento de qualquer economia nacional: um isolamento econômico leva à deterioração da produção no país e dos serviços disponíveis para a população; à escassez de suprimentos básicos como alimentos, combustíveis, remédios e peças de reposição; à escassez de divisas, e à falta de acesso da população a tecnologias essenciais à vida, que dificultam ou impedem uma vida digna, ou até mesmo levam à morte, como no caso de impedimento de acesso a um medicamento ou tecnologia de saúde disponível apenas em outro país.

Apesar do grande obstáculo que é o bloqueio econômico, Cuba possui hoje significativos parceiros comerciais ao redor do mundo. De acordo com D'Alesandro (2021), Cuba mantém relações comerciais com mais de cem países: na Europa, seus principais parceiros são Espanha, Alemanha, Rússia, Países Baixos e Itália, totalizando trinta parceiros europeus<sup>24</sup>; na Ásia, vincula-se com 20 países, especialmente China<sup>25</sup>, Japão, Cingapura e Vietnã; em África, estabelece troca com 10 países, notadamente Argélia e Marrocos; na América, dos 36

---

<sup>24</sup> As trocas com a Europa baseavam-se especialmente em programas de bolsas ou cursos de aperfeiçoamento formativo (LÓPEZ-LEVY, 2021).

<sup>25</sup> As relações comerciais entre Cuba e China nos anos 2000 se diversificaram: a China se tornou o segundo sócio comercial de Cuba, contando com 9 empresas mistas sino-cubanas e inúmeros acordos de cooperação em praticamente todas as áreas da economia cubana (DÍAZ V., 2008).

países do continente, possui vínculos diretos com 32 deles, tendo como principal parceira a Venezuela, seguida do Canadá<sup>26</sup> e, surpreendentemente, dos Estados Unidos<sup>27</sup>.

No entanto, praticamente todas essas relações comerciais tiveram início muito recentemente, uma vez que até os anos 1990 o principal e quase único parceiro comercial de Cuba era a União Soviética: de acordo com o economista Michael Santovenia Mendoza (2022)<sup>28</sup>, a proporção das trocas comerciais cubanas era dividida em 85% de relações com a URSS e 15% com o resto do mundo. A política externa da Ilha ficou totalmente alinhada à URSS, cumprindo o princípio da Revolução de confronto permanente com os Estados Unidos. Este alinhamento direto à URSS permitiu que Cuba construísse uma economia de bem-estar social, uma vez que recebia muitos benefícios, como créditos, empréstimos gratuitos e juros a pagar somente após 25 anos. Em análise, não consistia como uma troca, mas sim um fornecimento que a antiga potência mundial proporcionava à pequena economia insular.

Por conta deste histórico, a economia cubana tornou-se estruturalmente dependente de uma fonte incondicional de abastecimento externo, não tendo passado por um processo de amadurecimento, de reconhecimento e organização criativa de suas forças produtivas. Esta bonança era, portanto, de caráter conjuntural, subjugada a um recorte histórico e, portanto, estando dependente de um arranjo específico com a URSS durante a Guerra Fria. Nesse sentido, com o desmantelamento do bloco socialista, o bloqueio econômico empreendido pelos Estados Unidos, que até então era driblado em considerável medida, tornou-se a tônica da economia e das relações econômicas internacionais de Cuba, consistindo em um empecilho muito maior do que se a estratégia econômica da Ilha fosse historicamente outra.

Com a redução da economia cubana em 34% após o colapso da União Soviética (CAMBAÚVA; ALTMAN, 2012), somado a um contexto de mercado mundial de alta do preço do petróleo e baixa do preço do açúcar, Cuba entrava nos anos 1990 em uma profunda crise, o chamado Período Especial. Os indicadores macroeconômicos figuram a gravidade desta conjuntura econômica para Cuba: no período de 1989 a 1993, o PIB do país diminuiu cerca de um terço - só em 1991, a queda foi de 10,7% -, as importações minguaram em 78% e o déficit

---

<sup>26</sup> Cuba estabelece trocas comerciais significativas com o Canadá: nos anos 2000, o Canadá foi o segundo maior parceiro econômico do país caribenho depois da Espanha, sendo o terceiro maior mercado exportador de Cuba, depois de Venezuela e China, e a oitava maior fonte de importações para Cuba em 2009 (KIRK; MCKENNA, 2010).

<sup>27</sup> Essas relações se dão especialmente no setor agropecuário (D'ALESANDRO, 2021).

<sup>28</sup> Entrevista realizada com o economista Michael Santovenia Mendoza, ex-professor da Universidad de Cienfuegos Carlos Rafael Rodríguez, via indicação de internacionalista cubana integrante do GT Autonomias, Territórios y Memorias: geopolíticas em disputa, da CLACSO. A entrevista ocorreu no dia 23 de março de 2022, de forma remota, pela plataforma Google Meet, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A partir desse ponto, será referenciado como Santovenia Mendoza (2022).

fiscal atingiu a marca de 33,5% do PIB (FERNANDES; MARTINS, 2015). Essa crise marcava uma fronteira concreta a respeito do que Cuba havia sido até então: inúmeras fábricas fechavam as portas, o transporte ficou inviável, a crise de eletricidade estava instaurada, chegando ao ponto em que os cidadãos cubanos podiam contar com apenas quatro horas diárias de acesso à energia (SANTOVENIA M., 2022) e haviam perdido em média 20 libras *per cápita* (GUANCHE, 2021c). Guanche (2021b) aponta o contraste que esse cenário estabelecia com a década anterior, de 1975 a 1985, época de maior desempenho socioeconômico e mais altos índices de bem-estar social em Cuba, com os melhores indicadores de pobreza e desigualdade da região. Esta mudança abrupta evidenciou profundas contradições não só políticas e econômicas, como sociais e culturais, que serão exploradas nos próximos capítulos.

Com a necessidade de adotar outra estratégia econômica na virada do século XXI, Cuba desenvolve uma política externa que, apesar de não abrir mão de elementos basilares da tradição nacional, buscou adaptar-se ao novo contexto dos anos 2000, conjuntura em que as economias subalternizadas ganhavam mais espaço na dinâmica mundial e o capital internacional ainda não encarava a crise que definiria a década seguinte. Assim, o governo cubano teve que abrir mão da crença de que o mercado entre países do campo capitalista e socialista era impossível (SANTOVENIA M., 2022). Portanto, as marcas dessa nova relação entre Cuba e o mercado internacional eram a cooperação internacional fundada no internacionalismo, a inserção crítica no sistema internacional, a afirmação da soberania nacional, a intensificação das relações com a América Latina<sup>29</sup> e a incorporação do pragmatismo como base para a diversificação de parcerias políticas e econômicas (SILVA; JOHNSON, 2013). O aprofundamento do pragmatismo e desta nova política externa se deu especialmente quando a presidência da Ilha passa de Fidel para Raúl Castro, em 2008: o então novo presidente buscou renovar seus compromissos internacionais para assegurar uma melhor sobrevivência econômica da população cubana, sem colocar em risco o modelo político existente (SERBIN, 2011 apud SILVA; JOHNSON, 2013; SANTOVENIA M., 2022).

De 2000 a 2011, o intercâmbio de mercadorias de Cuba com o resto do mundo mais do que triplicou: o salto de U\$ 6,5 milhões para cerca de U\$ 20 milhões revela o início da recuperação da economia cubana (SILVA; JOHNSON, 2012). Enquanto as importações centravam-se em alimentos da cesta básica, produtos manufaturados e combustíveis, as

---

<sup>29</sup> O comércio com a região consistiu em mais de 50% do intercâmbio comercial, em 2010, e em cerca de 60%, em 2011 (SILVA; JOHNSON, 2012).

exportações foram substancialmente diversificadas, superando a centenária dependência do açúcar e de produtos primários como níquel, tabaco, frutas e pescado (MESA-LAGO, 2009).

Um elemento importante para entendermos a atual conjuntura é analisarmos como se deu o aprofundamento dos laços econômicos com a Venezuela. A afinidade geopolítica e ideológica dos governos Castro e Chávez, em nome da chamada “matriz bolivariana” (LÓPEZ-LEVY, 2021), estabeleceu um vínculo econômico apoiado em três componentes: 1) a compra de serviços profissionais cubanos, principalmente nas áreas da saúde, educação e esportes; 2) o fornecimento de petróleo venezuelano a preços irrisórios, 3) investimento direto. (MESA-LAGO, 2020a). Assim, basicamente se configurava um intercâmbio de serviços por petróleo que inicialmente se mostrava extremamente favorável: seu auge chegou ao equivalente a 22% do PIB cubano, e a venda de serviços profissionais ultrapassou os U\$8 bilhões anuais (MESA-LAGO, 2021a). Além disso, o cenário latino-americano deste período, que contava com a eleição de diversos presidentes progressistas, era favorável para Cuba, uma vez que é extremamente difícil a manutenção de um processo revolucionário sem parceiros regionais, que dialoguem com seu sistema. No entanto, mudada a correlação de forças na região em alguns anos, a vulnerabilidade da economia cubana seria novamente revelada.

Cuba cairia novamente na sina de traçar sua estratégia econômica de forma dependente a um patrocinador externo. Ao invés de dinamizar suas forças produtivas e fomentar a diversificação dos setores produtivos, a resposta histórica de Cuba foi de basear sua economia a partir de apadrinhamentos de parceiros internacionais: essa relação “começou com a Espanha no século XVI, foi repetido com Estados Unidos no século XIX, seguido da União Soviética a partir de 1959 e finalmente com a Venezuela na última década” (MUNEVAR, 2016, s/p). O petróleo venezuelano, de acordo com Mesa-Lago (2020a), cobria 50% das necessidades da economia cubana neste período; Santovenia Mendoza (2022) indica que, em 2008, o intercâmbio comercial com a Venezuela somava 90% das trocas internacionais de Cuba. Era inevitável que a economia nacional estivesse desprotegida a médio prazo nesse processo de transferência da dependência econômica para seu companheiro bolivariano, colocando Cuba em apuros perante a crise política venezuelana iniciada desde a morte de Chávez, em 2013, e a subsequente baixa do preço do barril de petróleo.

Se antes da situação na Venezuela desandar, no período entre 2012 e 2013, essa relação alcançou seu pico ao mover € 14,6 milhões, no pico da crise, em 2018, esse valor foi diminuído pela metade (MESA-LAGO, 2020a). Ao longo destes anos, a Venezuela cada vez menos foi conseguindo fornecer a Cuba todo o petróleo que a Ilha precisava, tampouco pagar os serviços

médicos do país insular. Em suma, com a redução dos três componentes que baseavam a relação comercial entre Cuba e Venezuela, desenhava-se a crise: a exportação de profissionais diminuiu em 24%, o envio de petróleo teve queda de 70% (de 104 mil a 40 mil barris diários) e o investimento que outrora marcava a cifra de € 7,3 milhões se esvaiu (MESA-LAGO, 2020a).

A economia cubana foi, no mesmo compasso, minguando, e já em 2017, Cuba estava sem reservas de dólares e não tinha mais dinheiro para importar petróleo: esse cenário culmina no verão de 2019, em que o país fica de fato desabastecido (SANTOVENIA M., 2022). Com a persistência da crise e seu agravamento com os desafios da COVID-19, Luis Emilio Aybar (2021) relata um cenário de apagões no país inteiro<sup>30</sup>, que duravam mais de cinco horas todos os dias, muitas vezes à noite, durante o calor do verão caribenho, afetando diretamente as condições de vida da população. No entanto, esta questão não foi priorizada pelo governo, tampouco noticiada, fazendo com que o problema fosse silenciosamente aumentando e não se buscava soluções, até somar-se a outros fatores de emergência em meados de julho de 2021, sendo uma das causas de insatisfação popular que levaram à eclosão dos protestos do 11J.

As raízes do modo dependente como se estrutura a economia cubana são reveladas quando se coloca em vista não só a formação econômica de Cuba, mas da América Latina e especialmente do Caribe. O processo de colonização nas terras americanas travado na expansão do capital a partir do século XVI deu as bases para que os povos nativos e subalternizados não mais pudessem organizar e produzir sua vida de forma coletiva e autônoma. A partir daí, foi imposto a estes povos que não participassem da elaboração e promoção de suas próprias economias locais, inviabilizando a estruturação de uma tradição econômica condizente com a realidade que ali acontecia, de acordo com as necessidades que as pessoas que de fato formavam aquele sistema econômico possuíam. É com a ruptura da relação destes povos com seus meios de produzir a vida, por conta do projeto moderno/colonial, que a economia, em seu sentido mais literal, foi expropriada de suas mãos e submetida à divisão racial do trabalho a nível mundial instituída pelos imperialistas europeus.

É partir deste histórico que se estruturam as economias latino-americanas, evoluindo em economias de capital dependente, conforme indica a Teoria Marxista da Dependência. A dependência, oposta à emancipação, torna-se o fio condutor da história sócio-econômica dos povos latino-americanos, em que se estabelece a contradição de que a maior forma de submissão, que é a redução de seu potencial produtivo e de trocas comerciais à mera exportação

---

<sup>30</sup> Em algumas regiões, além dos cortes de energia, se somavam afetações ao suprimento de água: “los responsables de planificar los apagones quitaban la electricidad en el circuito donde están ubicadas las estaciones de bombeo” (AYBAR, 2021, s/p).

de produtos primários, torna-se a forma substancial destes povos poderem ter recursos e adquirirem algum mínimo grau de autonomia econômica.

No contexto caribenho, o secular assalto sistemático da riqueza desses povos pela exploração de recursos naturais, como cana de açúcar e tabaco, teve seu comando transferido da posse das antigas potências europeias para o império dos Estados Unidos. Acumulava-se por centenas de anos uma formação estatal e um sistema econômico organizados pela instrumentalização das opressões e pela inviabilização da população destes territórios estruturarem autonomamente suas formas de sociabilização e de produção. É exatamente deste contexto que o poder passa para as mãos dos revolucionários do Movimiento 26 de Julio em Cuba e se instaura, em 1959, a Revolução cubana.

Apesar da Revolução cubana ter assumido seu caráter socialista e compromisso com a luta contra o subdesenvolvimento em 1961, as bases socioeconômicas eram as mesmas dos demais países de capital dependente na América Latina, e aos olhos da centralidade do sistema capitalista, Cuba se encontra próximo deste contexto. A construção de uma sociedade igualitária, mesmo que sobre a firme noção de soberania nacional, não impediu o constrangimento pelo mercado mundial, relegando a Ilha a uma condição de soberania periférica.

Para contemplar esta condição, a professora Joana Salém Vasconcelos cunhou o termo Socialismo Dependente Periférico, parafraseando o conceito de Capitalismo Dependente Periférico de Florestan Fernandes (FERNANDES, 1973). Essa analogia se dá uma vez que ambas as formas de dependência possuem expressões similares: a vulnerabilidade externa para crises econômicas mundiais; a escassez de divisas e déficit comercial estrutural; a baixa produtividade interna e dependência tecnológica; a base econômica primário-exportadora e concentrada nos serviços, e a baixa remuneração do trabalho (VASCONCELOS, 2021c).

Na ordem mundial estabelecida a partir da queda do Muro de Berlim, uma das mais características imposições que a conjuntura demandava aos países dependentes-periféricos era a necessidade de, em alguma medida, dolarizar suas economias (FERNANDES; MARTINS, 2015). A dolarização é o processo em que uma economia deixa de ser organizada por meio de uma moeda nacional, esta lastreada no desenvolvimento da economia deste país e gerenciada pelo órgão financeiro central deste Estado, para ter o dólar como moeda ordenadora deste modelo econômico. Assim, a estratégia econômica do país dolarizado estará condicionada à Reserva Federal dos Estados Unidos, o que fará com que este governo nacional acabe por tornar-se uma espécie de administrador dos Estados Unidos e suas multinacionais (GARCÍA,

2001). O fenômeno da dolarização pode ser total ou parcial, de acordo com a quantidade de funções que o dólar terá nesta economia, se haverá ainda uma moeda nacional em circulação, se ela seguirá sendo emitida pelo Banco Central deste país.

Torna-se evidente que o país cuja economia passa por um processo de dolarização acaba por perder sua soberania econômica e monetária, sendo impossibilitado de “desenhar uma política de crescimento, de desenvolvimento independente dos Estados Unidos, ou de atenção real e certa das necessidades sociais de seus habitantes” (GARCÍA, 2001, p. 10). Se a dolarização geralmente acontece em um período de profunda crise econômica e desestabilização monetária, sendo sugerida como forma de reverter tal situação, paradoxalmente ela acaba por, pelo menos a médio prazo, culminar em outra crise: os preços, ao se acomodarem em referência direta ao dólar, tornam-se impraticáveis e inacessíveis à população, que tem seus meios de pagamento na moeda nacional<sup>31</sup>.

No contexto do gradual desmantelamento da ordem mundial da Guerra Fria ao longo dos anos 1980, vários países da América Latina enfrentavam um cenário de hiperinflação que indicava essa transição de ordenamento do sistema capitalista mundial. A dolarização torna-se, nesse período, a palavra de ordem dada pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, aos países latino-americanos, sob a promessa de redução da inflação, aumento de investimentos estrangeiros, que levaria ao crescimento econômico e à estabilização monetária pela erradicação do risco cambiário como fator na formação de preços, sobretudo na taxa de juros (GARCÍA, 2001).

De acordo com Guillermo Gil, especialista em política monetária do Banco Central de Cuba:

la dolarización total de América Latina aseguraría la existencia, para las empresas estadounidenses, de mercados seguros para sus productos con un mínimo de riesgos y una plaza igual de segura para las inversiones. Además, representaría la hegemonía total del dólar, en la región, en detrimento del euro, por lo que se puede inferir fácilmente que esta es la respuesta de EE.UU. a la penetración económica de Europa en Latinoamérica, y además significaría la expulsión de las empresas y bancos europeos del continente. Y constituiría el ‘arma’ más eficaz para destruir los bloques comerciales regionales - Mercosur - evitando el surgimiento de una moneda común y la integración total de la región por fuera de sus designios (GIL, 2000 apud GARCÍA, 2001, p. 11).

---

<sup>31</sup> Como exemplo bastante atual da dolarização na América Latina, temos os disparos no valor dos combustíveis no Brasil, como resultado da Política da Paridade Internacional (PPI) aplicada pela Petrobras a partir de 2016, após o golpe à presidenta Dilma Rousseff. Esta política, estando vinculada ao sistema internacional e à variação do dólar, prevê que os preços sejam determinados de acordo com os custos de importação, como transporte e taxas portuárias, mesmo quando a produção é feita nacionalmente.



No entanto, a perversidade desta contradição é o fato de que, em uma economia com laços de comércio exteriores enfraquecidos, com uma moeda nacional desvalorizada e uma crise econômica galopante, o aumento da presença do dólar torna-se, se sob um bom plano econômico, uma possibilidade de recuperação a curto prazo. É neste impasse, entre a cruz e a espada, que Cuba se encontrava no início dos anos 1990.

Nesse sentido, conforme relatado por Rigori Nápoles (2022)<sup>32</sup>, um elemento central para entender os efeitos da dolarização em Cuba, tanto a nível econômico quanto social, é a existência das lojas específicas para o setor turístico: nestas lojas, tudo era comercializado em dólar, moeda esta que era ilegal para todo o resto da Ilha desde o início da Revolução. Essas lojas, que existiram ao longo dos anos 1980, são, de acordo com Rigori Nápoles (2022), uma importante representação da política do governo cubano de segregação dos turistas da população local, cujas raízes não teremos fôlego para abordar neste trabalho. Apenas turistas podiam frequentar estas lojas, sob pena de detenção aos cubanos que tentassem ter acesso a elas, uma vez que estavam impossibilitados de portar divisas estrangeiras. Abria-se um importante prelúdio para a gradual ênfase nas desigualdades na sociedade cubana, ou até mesmo sendo possível falar de uma formação de diferenças de classe na Ilha, o que será desenvolvido posteriormente nesta análise.

Com os avassaladores efeitos do Período Especial, o peso cubano estava em constante desvalorização; os trabalhadores cubanos, que eram remunerados nesta moeda, cada vez mais perdiam seu poder de compra e as prateleiras dos mercados comuns muitas vezes careciam de produtos básicos, boa parte por decorrência da baixa nas importações. Conforme Fernandes; Martins (2015), a alternativa encontrada para sobreviver nesse contexto em que o dólar era ilegal, foi a criação de um mercado clandestino de produtos e divisas para que se pudesse acessar as lojas específicas para turistas, culminando na maior circulação do dólar e na ainda maior desvalorização da moeda nacional. Rigori Nápoles (2022) relata a desmoralização que era ver as figuras de Che Guevara e José Martí estampadas nas notas de peso cubano sendo preteridas ao uso do valioso dólar.

Dada a impossibilidade de ignorar esse cenário, o Estado cubano decide por legalizar o que já era realidade e reconhecer a dolarização parcial que já se instaurava na economia nacional, com todas as contradições que isso acarretaria (PÉREZ V., 2019). Em seguida, foi encaminhada a elaboração de uma reforma monetária para controlar os efeitos sociais gerados

---

<sup>32</sup> Conversas não estruturadas realizadas com Javier Rigori Nápoles, imigrante cubano que reside no Brasil há 6 anos e atua na rede de apoio para migrantes e refugiados em Porto Alegre, onde fomos apresentados. A partir desse ponto, será referenciado como Rigori Nápoles (2022).

por esse fenômeno. Assim, na tentativa de atenuar as desigualdades entre quem tinha acesso ou não à moeda estrangeira, Fidel Castro decide pela legalização da moeda estadunidense.

Como medida mais marcante desta nova postura em relação ao dólar, o governo cria, em agosto de 1993, as chamadas *Tiendas Recaudadoras de Divisas* (TRD), que seriam mecanismos de acumulação de divisas mediante pagamento exclusivo em dólar pela população cubana. Para tal, os preços dos produtos nessas lojas eram mais elevados<sup>33</sup>, para que fosse feita a redistribuição de divisas, que eram acessadas apenas por um setor da população que recebia remessas de parentes que viviam no exterior, para todo o restante da população cubana, possibilitando seu acesso por meio de projetos sociais.

A sequência desta política monetária seria a decisão de criar uma moeda que servisse de alternativa ao dólar: em 1994, criava-se o CUC, o peso cubano conversível, que teria lastro no dólar<sup>34</sup> e equivaleria a 24 CUP. Essa inovadora engenharia monetária permitia que o Estado cubano pudesse melhor controlar a circulação de dinheiro. Assim, existiam três moedas girando no mercado: o CUP, ou peso cubano, que era o meio de pagamento do setor estatal e de uso mais generalizado; o CUC, ou peso cubano conversível, usado por turistas e cubanos que tivessem acesso às divisas; e o dólar, que seguia circulando (FERNANDES; MARTINS, 2015). Para tal, foi implementada a CADECA, que eram Casas de Câmbio para que a população pudesse trocar as divisas por CUP, e assim combater o mercado paralelo de divisas (PÉREZ V., 2019).

Formava-se, assim, dois mercados que coexistiam: um era sustentado por subsídios, em que a população cubana poderia acessar os produtos básicos e cotidianos por preços bem mais viáveis, e o outro era designado aos turistas, que cada vez mais tornavam-se parcela permanente no cálculo social e não se beneficiariam dos preços subsidiados, aumentando a arrecadação de divisas pelo governo. Nessa linha, o jurista Julio Cesar Guanche (2021a) avalia que esta medida adotada na década de 1990 foi crucial para evitar que a crise social assumisse caráter ainda mais grave. Gradualmente a população foi recebendo alguma quantidade de peso conversível por meio das formas de pagamento, estímulo salarial e remessas vindas do exterior. Além disso, se

---

<sup>33</sup> Conforme Pérez Villanueva (2019), as taxas de preços nas TRD eram 240% superiores às das lojas comuns. As popularmente chamadas *tiendas* eram pertencentes ao Sistema Empresarial das Forças Armadas Revolucionárias - FAR, conglomerado de empresas estatais, o que possibilitava a fixação de preços.

<sup>34</sup> O governo alegava que, a cada CUC, haveria 1 dólar no banco; no entanto, Santovenia Mendoza (2022) relata que isso foi posto à prova quando, em 2010, empresários espanhóis que tinham hotéis em Cuba decidiram sair do país e fechar suas firmas. No entanto, no momento em que foram trocar o CUC por dólares nos bancos cubanos, estes tiveram que informar que não dispunham de tamanha quantidade de dólares disponíveis para retirar, caindo por terra o lastro do CUC na suposta reserva de dólares. Desta forma, os empresários tiveram que carregar o valor em pesos conversíveis, que não tinha valor em outras economias, com a promessa de troca para dólar assim que o governo os dispusesse.

recuperava a produção pelos setores mais dinâmicos, que, com mais investimentos externos, melhor administravam as divisas.

Assim, com essa resposta absolutamente inédita e criativa à dolarização que se entranhava na economia, Cuba começava a apresentar sinais de recuperação econômica no final de 1994, após quatro anos de recessão profunda. O país insular começava a ter mais credibilidade no mercado internacional, obtendo acesso a créditos externos de médio e longo prazo. Gradualmente, o dólar era novamente proibido de circular, e os acordos com investidores estrangeiros seriam feitos apenas por meio do CUC. Fernandes; Martins (2015) concluem, portanto, que a dolarização em Cuba não consistiu em uma política neoliberal, como nos outros países da América Latina nos anos 1990: essa descentralização econômica possuía um caráter circunstancial, que ocorreria somente enquanto a economia ainda não estivesse respondendo a um grau aceitável. Isso de fato se conferiu quando, ao relativamente estabilizar-se devido à parceria com a Venezuela, o governo incrementou a centralização econômica.

No entanto, especialistas concordavam que o sistema de duas moedas não poderia prolongar-se em demasia, devendo ocorrer a unificação monetária assim que a tarefa de “desdolarização” e recuperação econômica estivesse cumprida. A permanência dessa condição monetária aprofundaria as distorções sociais que a estrutura da dupla moeda gerava; com a liberação e fomento à entrada de divisas, o mercado interno se segmentou em vários, e estes tinham produções e acessos distintos entre si. Isso acabava por promover uma diferenciação social que não condizia com a proposta igualitária da Revolução, sob risco de colocar em xeque os ganhos sociais que o processo revolucionário havia proporcionado à sua população.

Nos anos 2000 e na primeira metade da década de 2010, a economia cubana gozava de considerável vigor e credibilidade. A conjuntura latino-americana era de uma onda de governos progressistas empossados, com a instauração de um governo revolucionário liderado por Hugo Chávez na Venezuela: a esquerda estava na mesa de diálogo político regional. Assim, em outubro de 2013, as autoridades cubanas anunciaram o fim próximo da dualidade monetária. O *Lineamiento*<sup>35</sup> nº 55 da “Política Económica y Social del Partido y la Revolución”, aprovado no VII Congresso do Partido Comunista Cubano, informava que “se avanzará hacia la unificación monetaria, teniendo en cuenta la productividad del trabajo y la efectividad de los mecanismos distributivos y redistributivos. Por su complejidad, este proceso exigirá una rigurosa preparación y ejecución, tanto en el plano objetivo como subjetivo”. Apesar do

---

<sup>35</sup> Os *Lineamientos* são as determinações do planejamento econômico cubano que estabelecem as mudanças das novas reformas econômicas.

grandioso anúncio, não havia sido estabelecido um prazo para a realização desta unificação, sendo nos anos seguintes criada uma expectativa de que esta estaria gradualmente ocorrendo.

No entanto, enquanto não se avançava na efetivação da política monetária de unificação, esse cenário de bonança começa a mudar, começando a reverter-se a partir de 2017. A estratégia estadunidense de retaliação à relativa autonomia dos governos latino-americanos já se tornava mais escancarada: foram construídos, em conjunto às elites nacionais das economias dependentes, golpes para promover a troca de regimes políticos, posicionando governos mais alinhados à política imperialista<sup>36</sup>. Isso alterou significativamente a correlação de forças políticas em diversos países da América Latina como Brasil, Bolívia, Equador e El Salvador, aos quais Cuba exportava seus serviços: criava-se um cenário de diminuição do excedente da balança de bens e serviços, passando de 13,8% do PIB em 2012 para 7,2% em 2019 (MESA-LAGO, 2021a), uma vez que estes países tenham terminado os programas de compra de serviços de saúde cubanos por suas desvirtuações políticas.

Com a morte de Hugo Chávez e a tomada de posse por Nicolás Maduro em 2013, o cenário político e econômico do maior parceiro comercial de Cuba ia transfigurando-se de forma macabra. A conjuntura foi alterando-se consideravelmente: a cada ano que a situação na Venezuela se agravava, a economia da Ilha tornava-se mais vulnerável, evidenciando o grande perigo do fato de uma economia baseada na exportação de serviços ser tão dependente de alianças ideológicas (LÓPEZ H., 2022).

Mesa-Lago (2021a) nos brinda com uma série de indicadores que evidenciam essa caminhada em direção a uma nova crise: entre os anos 2016 e 2020, o PIB teve como média o desempenho de -1,3%, tendo passado a responder em decaída a partir de 2019, com -0,2%, e em queda livre no ano de 2020, com -11%. Para recuperar-se, indica-se que deveria haver um crescimento adequado por pelo menos três anos, em uma taxa de crescimento do PIB com média de 6% a 7% anual. Em 2019, a liquidez monetária que circulava nas mãos da população já superava o valor do PIB. Inclusive, entre 2017 e 2018, o Caribe enquanto região cresce duas frações mais que Cuba.

Nesse ínterim, a Casa Branca passava de Obama para Trump, e, perante a grande oportunidade que era a decaída do vigor econômico de Cuba, o bloco de sanções econômicas descritas anteriormente eram aplicadas. Com as novas restrições, o investimento estrangeiro congelou-se por completo, especialmente perante a implementação do Título III da Lei Helms-Burton.

---

<sup>36</sup> Para entender melhor este processo, consultar Penido e Stédile (2020).

Em termos fiscais, Mesa-Lago (2021a) aponta que Cuba não pagou sua dívida renegociada com o Clube de Paris em outubro de 2019; com isso, foi aplicada uma sanção de 9% sobre seu saldo. Além disso, não cumpriu o pagamento da dívida renegociada com a Rússia, tornando suspensos os projetos de investimento da potência na Ilha. O déficit fiscal em 2021 aumentou para 23,3%. Antes desse cenário se agravar, entre 2015 e 2018, a China, que, apesar de ter boas relações com Cuba não se dispõe a fazer trocas comerciais que sejam desfavoráveis à sua estratégia econômica (SANTOVENIA M., 2022), reduziu o volume de comércio com o país para -23% (MESA-LAGO, 2020a). As reservas internacionais estavam a níveis muito baixos, apesar de as autoridades não divulgarem estas informações, o que impossibilitava que o governo cubano tivesse à disposição um montante guardado para usar nesses momentos de emergência, estreitando ainda mais os limites das possibilidades de políticas fiscais.

Como se a situação já não fosse desafiadora o suficiente, mais um elemento se coloca para aprofundar a crise econômica em Cuba. No início de 2020, alastra-se pelo globo inteiro o vírus da COVID-19, resultando em uma pandemia mundial. O coronavírus transformou o cenário internacional com muita rapidez, da forma mais ampla possível, chacoalhando os cenários internos de todo e cada país. Nesta seção, cabe darmos destaque aos graves desequilíbrios que a pandemia da COVID-19 gerou em termos econômicos, desencadeando em uma crise econômica mundial comparável à Grande Depressão nos anos 1930. Seus efeitos foram devastadores nos mais variados aspectos, desde os mais concretos e evidentes até os mais subjetivos, sendo considerada como um agravante da crise estrutural do capitalismo que já vinha ocorrendo na última década. Salvo uma discreta recuperação da China, todos os outros sócios comerciais de Cuba enfrentaram graves recessões econômicas neste período (LOS COMUNISTAS, 2021a).

A crise do coronavírus assume caráter mais escatológico e arrebatador nas economias mais frágeis, periféricas à centralidade do capital. Segundo relatório da CEPAL de 2021, a pandemia provocará a maior contração econômica na história da América Latina, pior que a grande recessão de 2008. Assim, a crise do COVID-19 agiu como gatilho para aprofundar as crises econômicas que já eram gestadas em diversos países periféricos e, dada a natureza da crise, com previsão de perpetuação de seus efeitos diretos ao longo das décadas que seguem seu estopim. Frente a esse cenário, países da América Latina estão recorrendo à ajuda financeira internacional para ter acesso à crédito. No entanto, por conta da Lei Helms-Burton, isso não é uma possibilidade para Cuba, uma vez que o país não é apto a ser membro do Banco Mundial, do FMI ou do BID, sem previsão de inclusão nesses organismos (MESA-LAGO, 2020a).

O turismo foi um dos ramos mais afetados com a crise do coronavírus, afetando a economia cubana direto em sua jugular. O ramo turístico é central na estratégia econômica cubana, uma vez que seja a segunda fonte de entrada de divisas no país. O turismo é responsável por cerca de 10% do PIB, e emprega 11% da população ativa (ZIBECHI, 2021). A indústria do turismo está baseada no investimento estrangeiro, principalmente da Espanha e de consórcios internacionais como Kenpinski (MESA-LAGO, 2020a). Somando as consequências da COVID-19 - desde o impedimento de circulação transfronteiriças até a queda nos investimentos estrangeiros - às sanções impostas por Trump, os resultados entre 2017 e 2020 são de retração do setor em -80%.

A paralisia da atividade turística na Ilha agrava ainda mais a situação de escassez de divisas que a economia de Cuba estruturalmente enfrenta, havendo fluxo de apenas metade das divisas que geralmente entram. De acordo com o blog de organização de juventude chamado Los Comunistas (2021a), Cuba necessitaria receber visitas de 4,5 milhões de turistas para que o PIB crescesse pelo menos em 1% em 2020: entretanto, a realidade era o recebimento de apenas 1,5 milhão de turistas, ou 23% da quantidade necessária. A diminuição deste fluxo provocou uma perda de cerca de U\$3 milhões em 2020 (LOS COMUNISTAS, 2021a).

Como é possível inferir após a visualização deste cenário, instaurava-se, então, a maior crise econômica e, como trabalharemos em diante, social, que a Ilha de Cuba enfrentou desde o Período Especial nos anos 1990. A queda do PIB de -11% em 2020 é maior que a de -3% em 1990 e de -10,7% em 1991. As exportações em 2019 tinham valor em -62% menos que em 1989, ao passo que as importações aumentavam em +22%: o déficit na balança comercial de bens cresceu em +187% nesse ano. No ano de 2021, por conta da unificação monetária, a inflação alcançou a marca de 71% (OLIVER; VENANCIO, 2022b).

Isso se refletia diretamente nas condições materiais da população, conforme os dados ilustram: a taxa de participação laboral minguou de 76,1%, em 2011, para 65,2%, em 2019; o salário real era 47% do valor de 1989; os recursos para assistência social diminuíram de 5,3 beneficiários a cada mil habitantes, em 2005, correspondendo a 2,3% do PIB, para apenas 1,5 beneficiário, contando com somente 0,4% do PIB investidos nessa área (MESA-LAGO, 2021a). Para além dos dados computados, a realidade cotidiana era a falta de pão, azeite, ovos e outros produtos básicos no dia a dia, estes que muitas vezes só se encontravam disponíveis nas lojas dolarizadas a preços impraticáveis à população geral.

É amplo consenso entre economistas e expertos sobre Cuba que esse contexto, de severa retração econômica, definitivamente não era uma atmosfera favorável para dar andamento ao

processo de unificação monetária. No entanto, em 11 de dezembro de 2020, contrariando todas as instruções dos economistas locais, o presidente Miguel Díaz-Canel anuncia a nova reforma econômica, a chamada *Tarea Ordenamiento*. Por meio deste decreto, estipulou-se uma transição de unificação monetária que teria seis meses de duração, sendo estimada a finalização deste processo para julho de 2021. O governo propunha, portanto, reformar a estrutura da renda cubana por meio da unificação monetária e da reforma salarial<sup>37</sup> (VASCONCELOS, 2021c).

A unificação monetária que a *Tarea Ordenamiento* organizava propunha o ajuste de algumas das graves distorções que as reformas dos anos 1990 haviam causado tanto na economia, como na sociedade cubana. O primeiro dos problemas que a unificação monetária pretendia resolver era a desigualdade social<sup>38</sup>, que antes do sistema de dupla moeda era praticamente inexistente, tendo sido agravada com as *tiendas* para turistas e oficializada no processo de tentativa de “desdolarização”. Desta forma, as *tiendas* se consolidavam como um dos maiores símbolos dessa desigualdade: se inicialmente tinham como objetivo arrecadar divisas pelos preços elevados, já que supostamente os clientes destas lojas seriam uma camada privilegiada, isso foi mudando com o passar dos anos, quando gradualmente uma parte dos trabalhadores começou a receber estímulos em CUC, e estas lojas acabavam por, em alguma medida, ser a forma de acesso a bens básicos de praticamente toda população cubana. Assim, antes de serem beneficiados pela redistribuição das divisas, as pessoas tinham de desembolsar boa parte de sua renda para pagar preços bastante elevados na compra de produtos básicos (PÉREZ V., 2019).

Conforme a professora Joana Salém Vasconcelos (2021c) indica, essa fronteira entre as duas moedas começa a se misturar com o tempo: estando o ramo turístico no centro da estratégia econômica de Cuba a partir dos anos 1990, o turista torna-se um dos agentes econômicos mais importantes na Ilha. De alguma forma, os turistas tencionavam parte da estrutura econômica - desde monetária até produtiva -, e acabavam por “vencer” essa disputa em relação aos outros agentes econômicos - ou seja, os trabalhadores cubanos. Assim, acabavam sendo estruturalmente priorizados na definição das políticas econômicas, pois seriam a promessa de

---

<sup>37</sup> Vasconcelos (2021c) pontua que a reforma salarial seria consequência da unificação monetária, uma vez que os trabalhadores cubanos não mais seriam remunerados em CUC, a moeda forte, e sim em CUP, a moeda fraca. Assim, para lidar com o desaparecimento do peso conversível, todos os salários e pensões de aposentaria seriam quintuplicados. Ademais, foi criada uma nova estrutura de salários diferenciados que se estruturam por meio de algo similar a um plano de carreira, bem como se reduziram os subsídios das chamadas “gratuidades indevidas”, como contas de gás, água e telefone.

<sup>38</sup> Nos anos 1980, o Índice de Gini em Cuba era de 0,26, um dos mais baixos da história do planeta; a partir dos anos 90, esse número foi aumentando, e atualmente encontra-se em 0,36, que em termos mundiais não é alto, mas para a história cubana é bastante mais elevado (VASCONCELOS, 2021c).

resolução de um dos mais profundos problemas da economia cubana que é a escassez de divisas. No entanto, ao não se atentar aos efeitos gerados no operariado cubano pela estrutura monetária, figuradas no dilema que é a existência das *tiendas*, a desigualdade social foi se escalando e as condições de vida dos trabalhadores foram se degradando na base.

A *Tarea Ordenamiento*, conclui-se, não cumpre a tarefa de acabar com esse rombo de desigualdade pois, se por um lado extinguiu o peso cubano conversível para manter o peso cubano como única moeda oficial, por outro criou o mecanismo da Moeda Livremente Conversível - MLC, que é uma divisa vinculada ao dólar, com mesmo valor do CUC, porém que não existe fisicamente, sendo utilizada apenas por meio virtual, via cartões magnéticos recarregáveis em um primeiro momento por qualquer moeda (MARTÍN, 2022). A decisão de criação do MLC foi por saber não ser possível realizar uma unificação monetária total sem um amortecimento transitório, bem como a partir do entendimento do governo de que os seis meses propostos para a transição não seriam suficientes. Assim, de acordo com Vasconcelos (2021c), a MLC iria funcionar como uma “reserva transitória de valor do mercado de divisas interno à economia cubana” (VASCONCELOS, 2021c, s/p), porém não foi estipulado um prazo para eliminá-la.

A MLC seria usada nas *Tiendas MLC*, estas que substituiriam as antigas *Tiendas Recaudadoras de Divisas - TRD*, a este ponto já praticamente desabastecidas (FOURNIER, 2020). O ministro de Economia e Planejamento e vice primeiro-ministro de Cuba, Alejandro Gil Fernández, declarou que as *Tiendas MLC*, que surgiram com o recrudescimento do bloqueio em 2019, teriam por objetivo “evitar la salida del país de la divisa por personas naturales, entonces abastecedoras del mercado interno, captarla y utilizarla en función del desarrollo de la industria nacional y para mantener un nivel estable de ofertas en pesos” (CUBADEBATE, 2022, s/p). Sinalizou que estas lojas possuiriam caráter transitório, tendo sua extinção datada para uma conjuntura em que a economia estivesse mais estável e o peso cubano adquirisse uma capacidade real de compra.

Apesar das medidas terem respaldo nos valores da Revolução, não se previa que uma crise econômica mundial travada por um vírus invisível iria desestruturar as economias do mundo inteiro, trazendo à tona com mais dramaticidade os problemas da economia cubana. De acordo com o ministro, o cenário poderia ter sido diferente se os dólares captados nos primeiros meses de início das lojas pudessem ter sido utilizados, o que não foi possível, pois os bancos



cubanos tiveram que deter o recebimento de dólares a partir de 20 de junho de 2021<sup>39</sup>. De qualquer forma, o funcionário do governo alerta que, se não houvesse sido criadas as *Tiendas MLC*, a situação econômica de Cuba poderia ser ainda mais complexa, uma vez que a venda de bens e serviços à população por CUP não seria viável, dado o desabastecimento da rede comercial. Por fim, pontua que “sabemos que la población no puede resolver totalmente sus necesidades en esos establecimientos en MLC, y que hay un grupo de productos que tenemos que ofertar en esta moneda, pero si mañana los ponemos en moneda nacional van a durar 15 días y después no habrá ni en divisa ni en peso” (CUBADEBATE, 2021c, s/p).

De qualquer forma, o resultado da instauração das *Tiendas MLC* foi a recriação da cisão do mercado interno, em que novamente divide-se os consumidores de acordo com seu acesso à moeda estrangeira, e manteve-se a diferenciação do acesso a mercadorias entre distintos setores da sociedade: enquanto uns têm acesso às lojas de meio de pagamento em MLC, estas cheias de mercadorias e produtos básicos, outros - a maioria da população - têm acesso apenas às lojas comuns de meio de pagamento em CUP, com pequena gama de produtos disponíveis e desabastecidas quase que permanentemente. Assim, as *Tiendas MLC* tornavam-se o símbolo dessa desigualdade resultante das últimas reformas econômicas.

A esta altura, um questionamento pode vir à mente: por que a economia cubana é tão dependente das divisas para garantir o abastecimento mais básico de seu mercado interno? Em que situação se encontra a produção nacional? A produtividade era o segundo dos problemas que a unificação monetária pretendia resolver. De acordo com a fala de Vasconcelos no Podcast Pulso Latino 48 (2021):

Muitos setores de trabalhadores cubanos passaram a fazer os seus rendimentos com base nessa fronteira cambial interna do país, então era uma espécie de atividade especulativa, em que se ganha de um lado e se gasta de outro. Isso prejudicou os setores produtivos mais importantes da indústria cubana, e gerou uma ampliação muito grande dos serviços. Então uma forma de homogeneizar a produtividade e ampliar os estímulos à produtividade seria a unificação monetária, deslocando essa mão-de-obra que ganhava na fronteira cambial interna para outros setores da economia (PULSO LATINO 48, 2021).

No início dos anos 1960, ocorreu um grande debate econômico que embasou a reflexão sobre a acumulação socialista originária em Cuba e estruturou a política de transição da Revolução cubana. Esse debate dividiu os funcionários do governo da Ilha entre duas

---

<sup>39</sup> O Banco Central de Cuba decide proibir o depósito de dólares em efetivo nos bancos cubanos, medida que teria início a partir de 20 de junho de 2021. De acordo com Menéndez García e Rivero Cabrera (2021), essa foi uma das medidas mais impopulares adotadas pelo governo, porque isso afetava diretamente as pessoas que recebiam remessas de suas famílias no exterior na medida em que perdiam dinheiro na conversão para outra moeda.

possibilidades de modos de produção: o Sistema Orçamentário de Financiamento - SOF<sup>40</sup>, e o Sistema de Cálculo Econômico<sup>41</sup>. Nesta análise não entraremos a fundo nos debates abordados por cada uma destas propostas<sup>42</sup>, buscando pontuar, com base no trabalho de Vasconcelos (2011), apenas alguns pontos para compreender as bases da política produtiva de Cuba, e possivelmente fornecer algumas ferramentas para pensarmos o futuro da economia cubana a partir dos dilemas da atual conjuntura.

O modelo planejado acabou se sobressaindo pois, na medida em que as decisões econômicas são guiadas por um plano central, seria possível uma “luta consciente, organizada e estratégica contra a lei do valor mercantil” (VASCONCELOS, 2011, p. 34), em que o dinheiro seria apenas uma representação simbólica da unidade de trabalho à serviço da eliminação da especulação. Empreendeu-se, portanto, a maior estatização de uma economia já vista na História: absolutamente todos os setores e estabelecimentos tornaram-se propriedade do Estado, como sapateiros, cafeterias, etc (SANTOVENIA M., 2022). Sendo assim, para os partidários do SOF, a lei do valor seria regulada pela produção, não o inverso: a não aplicação da lei do valor para os preços internos é uma das mais fundamentais bases do SOF, uma vez que deva se priorizar o valor de uso para que a população tenha acesso a todos produtos necessários. Essa lógica é oposta à definição dos preços externos, esses sim orientados pela lei do valor para possibilitar o superávit comercial<sup>43</sup>.

No entanto, de acordo com os críticos do cálculo econômico, o sistema dual de preços levaria a um cenário que impediria o desenvolvimento econômico por estar estancado em um sistema “igualitarista”, este que é defendido pelos teóricos do SOF por acelerar a eliminação da sociedade de classes, por mais que fosse um custo para o desenvolvimento das forças produtivas. Estabelecia-se, como diagnosticado por Celso Furtado, uma contraposição entre a estratégia distributivista, que disputaria a importação de bens de consumo, e a estratégia desenvolvimentista, que disputaria a importação de bens de capital (VASCONCELOS, 2011).

---

<sup>40</sup> O SOF sugere uma gestão da economia nacional totalmente centralizada, em que o controle de todas as unidades de produção se concentraria na entidade estatal.

<sup>41</sup> Esse sistema valoriza a autogestão e o autofinanciamento das unidades produtivas, alegando que a descentralização das decisões em cooperativas garantiria os mecanismos democráticos internos e evitaria uma eventual burocratização resultante da excessiva centralização da produção.

<sup>42</sup> Para uma pesquisa aprofundada do grande debate econômico, consultar Pericás (2004) e Vasconcelos (2011).

<sup>43</sup> Um ponto que pode ser consideravelmente relevante ao analisarmos a saga econômica cubana contemporânea é de que, em contraposição ao sistema dual proposto pelo SOF, o sistema de cálculo econômico sugeria um sistema único, que “evitaria distorções na balança comercial e no balanço de pagamentos, pois trabalharia com valores equivalentes dentro e fora do país. Essas distorções no duplo sistema de preços do SOF deveriam ser compensadas pelo Estado, que provavelmente ficaria deficitário e com capacidade de reprodução ampliada comprometida” (VASCONCELOS, 2011, p. 40).

O fracasso da safra de 1970 que marcou este debate indica um elemento chave para a falta de produtividade interna e dependência cubana em relação ao mercado externo: o desenvolvimento tecnológico precário. Neste episódio fatídico da história econômica de Cuba, é consenso que o motivo principal do malogro se explica em termos de industrialização. No decorrer da Revolução cubana, por mais que em alguns momentos se tenha minimamente tentado superar essa deficiência, a dependência tecnológica estruturalmente é um dos maiores empecilhos no desenvolvimento produtivo de Cuba. Um indicativo disso é o fato de historicamente a importação de bens de capital ter se dado a níveis muito baixos, representando hoje apenas 13% do total importado (D’ALESANDRO, 2021).

A falta de desenvolvimento no setor de transportes e distribuição também foi um dos fatores que historicamente podem ser apontados como falhos na malha produtiva cubana, no sentido da incapacidade desse setor de fazer a comunicação entre as unidades produtivas e o comércio interno. Essa carência histórica perpetua-se com muita importância na conjuntura atual de Cuba, dando uma outra camada ao problema da falta de produtividade. Como indica D’Alesandro (2021), “el sistema no puede producir y cuando lo hace, no puede distribuir” (D’ALESANDRO, 2021, s/p). Os efeitos que esses e outros entraves políticos na produtividade geram em alguns setores da classe trabalhadora hoje, especialmente no campo, mas não exclusivamente, foram sintetizadas por Rigori Nápoles (2022) ao alegar sentir que “sofremos um duplo bloqueio: um dos Estados Unidos, e um do governo cubano” (RIGORI N., 2022).

O falho sistema de distribuição encontra sua mais grave consequência em relação aos seus serviços no âmbito do setor agrário e na distribuição de alimentos à população atualmente. Há uma quantidade bastante significativa de produtos agrários que, já colhidos, são perdidos no campo pois o governo não consegue realizar o transporte. A empresa estatal *Acopio*, responsável pelo transporte, acumulação e distribuição, não consegue fornecer embalagens para realizar esse escoamento da produção em decorrência da falta de investimento em maquinário que cumpriria esta função; tampouco se dispõe a realizar os transportes em seus caminhões, pois sua política para evitar gastos é de proibir que caminhões façam viagens desabastecidos em uma parte do trajeto (D’ALESANDRO, 2021). Assim, a realidade é que há um grande desperdício de produção agrária, pois o alimento estraga perante os grandes entraves burocráticos gerados pela estrutura produtiva imposta pelo Estado, que não acompanha a agilidade necessária quando se trata de questões operacionais da produção no setor agrícola (GUEVARA; LEYVA R., 2019).

Essa é apenas a camada mais superficial de um dos problemas mais graves da estrutura econômica da Ilha e que persiste hoje em dia, que é a produção agrária. A contradição reside em que, em termos históricos, Cuba sempre foi uma nação eminentemente agrícola, tendo como base de sua economia a exportação de itens agrícolas, especialmente cana de açúcar, em que se gerava cadeias produtivas, energia renovável e se alimentava a população.

No entanto, atualmente o país não tem capacidade de produzir alimentos para o sustento da população, menos ainda para exportar (LÓPEZ H., 2022). Essa reversão se dá em grande medida por conta da decisão do Ministério do Açúcar - MINAZ, anunciada em abril de 2002 de levar adiante a “reestruturação açucareira”, o que levou ao desmonte da secular indústria de açúcar. Esta mudança, de acordo com López Hernández (2022), pode ser considerada um dos maiores desastres econômicos da história nacional, pois fez com que Cuba se tornasse não mais exportador, mas sim importador de açúcar.

Para além do açúcar, Cuba tornou-se importadora de uma quantidade de itens bem maior que o necessário se a produção agrária fosse estimulada: em 2020, a Ilha importou mais de 80% dos alimentos que necessita, em um gasto anual de U\$ 2 bilhões (EFE, 2021), o que corresponde a 50% da cesta básica mensal disponibilizada pelo governo (OEA, 2021). Ao deslocar a fonte de alimentos básicos do povo cubano da produção nacional para o comércio exterior, salvos todos os outros debates que se poderia abordar quanto às vantagens sociais, ambientais e espirituais que a produção de alimentos nacionalmente proporciona, coloca a economia cubana e o estômago do trabalhador nas mãos do mercado internacional e das possibilidades de Cuba estabelecer relações comerciais a nível global.

Essa decisão faz o alimento diário da população cubana depender mais estreitamente da quantidade de divisas que o governo possui, o que, dada a exposição até este ponto, indiscutivelmente é um fator impossível de garantir qualquer nível de estabilidade. Assim, essa estratégia para o abastecimento de alimentos no mercado interno ignora totalmente o fator de produção mais básico e mais diretamente necessário à subsistência: a terra. O resultado desse cenário é o atual desafio diário às condições materiais do povo cubano<sup>44</sup>: o desabastecimento de alimentos das prateleiras dos mercados cubanos e as longas filas nos estabelecimentos para conseguir alguns itens alimentícios ilustram essa realidade. Em decorrência dessa conjuntura,

---

<sup>44</sup> Outra medida que afetou a alimentação pública na última década foi o fechamento dos refeitórios para trabalhadores, a partir das medidas impostas em 2009, sem que houvesse reposição financeira, salvo em alguns setores específicos. De acordo com López Hernández (2022), três milhões e meio de pessoas foram impactadas pelo fechamento destes refeitórios, que totalizavam 24 mil unidades, tendo que levar as refeições por sua própria conta, se isso fosse possível. Isso causou algumas mobilizações populares na época.

por mais que o governo tenha tentado atenuar esse problema, como a implementação de um sistema de distribuição de módulos de alimentos gratuitos a partir de doações de nações parceiras (CUBADEBATE, 2021c), Cuba enfrenta um grave cenário de insegurança alimentar.

Frente a este contexto, retornamos a um dos impasses estruturais da economia cubana, que encontra eco nos inconclusos debates econômicos da década de 1970. Um importante argumento que nesta época havia sido levantado por Carlos Rafael Rodriguez, presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária - INRA na época, foi que “a agricultura exige soluções cambiantes, de mês a mês, de dia a dia, e às vezes de hora a hora. Nenhum regulamento pode substituir a iniciativa consciente e técnica derivada da análise e experiências locais” (RODRIGUEZ apud VASCONCELOS, 2011, p. 45). À luz deste entendimento da natureza da produção na terra, é possível identificar um importante impasse na estrutura produtiva de Cuba: o centralismo burocrático como organizador da produção agrária.

O método de traçar diretivas gerais e sem levar em conta as peculiaridades específicas de cada localidade conduz a agricultura a graves erros. Se a isso acompanha a rigidez centralista que exige que cada decisão local dos administradores seja consoante com o centro nacional, sem que os administradores tenham uma esfera de competências dentro da qual possam atuar por sua própria responsabilidade, tende a formação sistemática de ‘pontos de estrangulamento’, ao estancamento dos problemas e ao desespero dos trabalhadores da base. (...) Se em todos os escalões da produção estes vícios do centralismo são nefastos, na agricultura se fazem mortais (RODRIGUEZ apud VASCONCELOS, 2011, p. 46).

A partir deste acúmulo histórico, a atividade agropecuária é a única em que o setor não estatal, por meio de cooperativas (33% da produção total) e da iniciativa privada (33% da produção total), detém a maior parte da produção, contando com 66% do cultivo da terra na Ilha (PÉREZ V., 2021). No entanto, de acordo com Santovenia Mendoza (2022), o cenário da relação propriedade/produção é: um setor não-estatal que tem posse de 30% da terra e produz 70% dos alimentos, e um setor estatal que tem em mãos 70% das propriedades agrárias, mas produz apenas 30% dos alimentos.

A reforma agrária é um ponto central na Revolução cubana, que possui uma particular historiografia<sup>45</sup> que não será abordada nesta análise. O que nos compete explorar brevemente é os atuais desafios quanto às formas de gestão da terra e o papel das forças sociais nesse sentido. Com a crise da década de 1990, o problema agrário se torna um dos principais temas na agenda de reformas econômicas; desde meados dos anos 1980, o modelo tecnológico e organizativo

---

<sup>45</sup> Consultar a obra “História Agrária da Revolução Cubana: dilemas do socialismo na periferia” (2017), de autoria da professora Joana Salém Vasconcelos.

que predominava nas relações agrárias gradualmente se mostra insustentável econômica e ecologicamente (GUEVARA; LEYVA R., 2019).

Amparados pelos dados estatísticos expostos anteriormente, um dos pontos centrais no estancamento da produtividade agrária em Cuba é a burocratização imposta pelo governo para a criação de formas de organizações coletivas para o setor agrícola. Conforme indicam Guevara; Leyva Remón (2019), a propriedade estatal tornou-se o símbolo da transformação socialista da agricultura, por conta da crença de que esta era a forma em que se propiciaria maior produtividade, bem como pela busca de impedir a penetração do imperialismo neste setor, realidade que de fato assola os povos latino-americanos até hoje.

No entanto, a cooperativização agropecuária foi implementada à serviço da estatização deste setor, em um processo de converter os camponeses privados e cooperativistas em trabalhadores agrícolas organizados nas grandes empresas estatais (GUEVARA; LEYVA R., 2019), e não sendo um processo de decisão de pessoas autônomas que desejam cooperar (SANTOVENIA M., 2022). A forma forçada e artificial que foram criadas as cooperativas na década de 1960, análoga às “coletivizações forçadas” da propriedade rural realizadas por Stálin pós-NEP (VASCONCELOS, 2011), acabou por deslocar os trabalhadores individuais que estavam isolados no campo, realocando-os para perto das cidades para trabalhar à serviço das empresas do Estado. Isso gerou um processo de desorganização da atividade tradicional camponesa, em que, atualmente, os filhos destes camponeses aproximados dos centros urbanos estão mais adaptados à dinâmica da cidade e não desejam trabalhar no campo (SANTOVENIA M., 2022).

Por este histórico que ainda se prolonga nas decisões atuais do governo, ao colocar obstáculos burocráticos no processo de criação e ampliação de outras formas de propriedade como as cooperativas (TORRES S., 2021b), se impede, de acordo com Guevara; Leyva Remón (2019), a formação de uma cultura cooperativa de raiz camponesa, de gestão democrática auto-organizada necessária ao trabalho na terra. Desta forma, se desafia “el diseño de políticas públicas más ajustadas a las dinámicas reales vividas por los actores del cooperativismo, que observen la equidad de género, la cuestión territorial, valoricen los saberes locales y preserven el medio ambiente” (GUEVARA; LEYVA R., 2019).

A reorganização do setor agrícola para fins de aumento de produtividade está presente desde as reformas econômicas de Raúl Castro em 2011. Perante esse quadro de desabastecimento de alimentos e, quando disponíveis, sob altos preços, o governo cubano aprovou, em abril de 2019, um pacote de 63 medidas para potencializar a produção de

alimentos. Estas mudanças possibilitam que os camponeses vendam seus excedentes de carne de gado, leite e derivados, mediante cumprimento da cota estabelecida pelo Estado, bem como eliminam algumas travas na produção e na comercialização. Ademais, pretende-se que a empresa estatal *Acopio* não mais seja um monopólio, mas sim um setor mais inserido na comercialização (EFE, 2021). Desta forma, apesar de ainda contar com um imenso caminho de novos debates e reformas,

el actual proceso de descentralización de la planificación, el fortalecimiento institucional y la concepción e instrumentación de planes de desarrollo rural a escala local recrean un marco propicio para la gestión del cambio desde la perspectiva de la integración de los agentes locales, la valorización de la cultura y la diversidad e interacción sinérgica de saberes (GUEVARA; LEYVA R., 2019, s/p).

Apesar da produtividade e do caráter democrático na gestão da produção serem severamente retraídos por conta do modelo centralista burocrático implementado pelo Estado cubano, esse não é o único modo em que a centralização prejudica a produtividade da economia nacional. O baixo índice de capitalização do setor estatal, unido às arbitrárias decisões de investimento na economia, também consistem em fatores que afetam o fôlego da produção nacional e geram graves consequências.

Conforme indica López Hernández (2021b), uma parte substancial do patrimônio econômico nacional está sob controle do conglomerado militar-estatal GAESA. Dentro dele, estão os principais hotéis do país - mais de 30 redes -, transportes de turismo, marinha, portos, telecomunicações, televisão digital, banco financeiro internacional e casas de câmbio (D'ALESANDRO, 2021; SANTOVENIA M., 2022). Deste modo, pode-se dizer que Cuba é dirigida economicamente pelos militares.

A estratégia do governo cubano, no entanto, não propicia um uso dinâmico e efetivo destes lucros expressivos gerados por empresas como a GAESA. O mecanismo adotado pelo Estado é de deslocar boa parte dos lucros das empresas consideravelmente rentáveis para financiar todas as outras empresas do Estado que não geram lucros, estas que, de acordo com Santovenia Mendoza (2022), totalizam mais de 500. A partir deste entendimento, é possível inferir que o burocratismo contribui em larga escala para a descapitalização da economia cubana. Cabe ressaltar, no entanto, que essa falta de rentabilidade de muitas das empresas estatais se dá por estarem obsoletas tecnologicamente, ou por não disporem de matérias primas para dar andamento à produção, em grande medida por conta do bloqueio econômico. A falta

de divisas sob posse do Estado, por sua vez, também impede que sejam aplicados os investimentos necessários para reanimar o setor industrial (LÓPEZ H., 2022).

Outro sintoma da excessiva centralização da produção no ente estatal é quanto às decisões de alocação de investimentos no tecido econômico. Considerando que o controle verticalizado da propriedade social distancia as reais necessidades da população dos centros de decisão (LOS COMUNISTAS, 2021b), as prioridades de investimentos do governo muitas vezes não são compatíveis às demandas urgentes e vitais da população, o que vem se agravando nos últimos anos. Um exemplo bastante ilustrativo desse descompasso, que fundamentalmente implicou na escalada exponencial do descontentamento popular, foi a destinação de 50% dos investimentos no setor hoteleiro, frente ao valor irrisório de 2,5% na agricultura em plena pandemia. Essa decisão de distribuição da verba pública se dá em uma conjuntura de, por um lado, subutilização da capacidade hoteleira, mesmo nos melhores momentos do setor turístico neste período, e de outro, alastramento da fome e da falta de alimentos e insumos básicos nas casas da maioria da classe trabalhadora (AYBAR, 2021; VIENTO SUR, 2021). Essa raiva popular é expressada em análises como a de D'Alesandro (2021):

Cuando la nomenclatura tomó la decisión de priorizar aquellas áreas rentables – turismo, biotecnología, venta de servicios médicos- tiró por la ventana el mantenimiento de áreas fundamentales de la economía agrícola. Resultaba más “rentable” importar de Estados Unidos –sí, de Estados Unidos– pollo, arroz, granos, aceite y huevos, que encargarlo a los campesinos cubanos y desarrollar el campo. El gobierno prefirió invertir varios cientos de millones de dólares en el mercado norteamericano y “realizarlos” en las tiendas de divisa y el turismo, antes que estimular la producción campesina en Cuba. Las tierras dejaron de producir por falta de estímulo (D’ALE SANDRO, 2021, s/p).

Apesar deste estrutural excesso de concentração do poder econômico em Cuba, dadas suas raízes históricas e políticas, observa-se que as reformas econômicas que vêm sendo aplicadas pelo governo de Cuba caminham em direção à flexibilização do centralismo, dando mais espaço para a atividade não-estatal e para a propriedade privada. O marco inicial para essa nova relação com a iniciativa privada se deu no VI Congresso do Partido Comunista, em abril de 2011, com a aprovação dos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*. Neste documento, se registra “a flexibilização do mercado interno, permitindo a venda particular de imóveis e carros, a ampliação do número de trabalhadores que poderiam ser contratados por estabelecimento e um rol de profissões autônomas regulamentadas pelo Estado” (VASCONCELOS, 2016, p. 136-137).



Com esse primeiro passo na ampliação das relações mercantis na Ilha, apesar da permanência dos mecanismos burocráticos bastante presentes, o setor não-estatal cresce de 16% para 33% entre 2009 e 2019 (MESA-LAGO, 2021b). Os negócios privados por conta própria, no período entre 2011 e 2019, saltam de 50 mil autorizações para 617 mil (VASCONCELOS, 2016). Com a abertura inicial, em que se previa a autorização de 127 atividades independentes, foram adicionados 450 mil empregos líquidos desde 2010 (MESA-LAGO, 2021b). Ganha fôlego, assim, essa nova forma de capitalização do governo cubano: a ampliação da pequena iniciativa privada nacional por meio do *cuentapropismo*.

O *cuentapropismo* é o termo empregado para o setor não-estatal no mercado de trabalho, que tem como mão-de-obra os *cuentapropistas*, ou seja, as pessoas que trabalham por conta própria. Em 2021, os trabalhadores do setor privado cubano somam 2,5 milhões de pessoas, representando 45% da força de trabalho de Cuba que empregam sua força de trabalho em cooperativas não estatais ou em negócios próprios (VASCONCELOS, 2021c). Na última década, consolida-se, então, uma nova forma de relação social, baseada no livre-mercado e no ganho pessoal, fortalecendo a noção de indivíduo nessa sociedade.

Com as mais recentes reformas econômicas, as atividades autorizadas saltam para 2 mil ocupações, restando apenas 124 atividades proibidas de penetração do setor privado e reservadas ao Estado (MESA-LAGO, 2021b). Grande parte destas ocupações que seguem sendo permitidas apenas para o ente estatal se justificam por se tratarem de questões de segurança, áreas estratégicas ou serviços sociais. Algumas, no entanto, não têm sua validade lastreada no consenso popular: como principal exemplo tem-se o setor cultural, que mantém na esfera de poder estatal espaços como galerias de arte comerciais, teatros, clubes esportivos, bibliotecas e livrarias de artigos novos (MESA-LAGO, 2021b). Esse ponto vai culminar, como veremos mais adiante na análise, em um importante e decisivo ponto de tensão entre Estado e sociedade.

Quanto aos serviços sociais, cabe pontuar que, à vista dos resultados da América Latina pós projetos neoliberalizantes das últimas décadas, é da maior importância que mantenham sua natureza pública e gratuita em Cuba, para que não se coloque nos braços da lei do valor e do livre-mercado a garantia de direitos básicos da população. Essa decisão histórica levou Cuba a índices sociais extremamente vantajosos, o que pode ser medido pelo cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, em que a Ilha permanece, em termos de América Latina e Caribe, com a taxa mais alta na educação e com o segundo maior resultado no índice de esperança de vida ao nascer (VIDAL A., 2016). Assim sendo, a saúde, a educação

e a assistência social, salvo pontuais exceções, permanecem impenetráveis à iniciativa privada. A preservação destas como responsabilidade estatal permite que os principais ganhos da Revolução, como a construção de uma sociedade politizada, a erradicação do analfabetismo, o amplo e incondicional acesso à saúde e a possibilidade de ter alguma instituição para recorrer, não sejam perdidos, independente dos rumos que a abertura econômica tomar.

Dito isso, surge o instigante questionamento levantado pelo economista Pavel Vidal Alejandro (2016): por que Cuba não consegue traduzir seus índices sociais em produtividade? O PhD entende que o modelo econômico cubano não logrou combinar seus setores fortes, como a educação, aos demais fatores de produção, nem mesmo nos períodos em que a Ilha estabelecia relações exteriores favoráveis nos âmbitos do comércio e das finanças, especialmente com a URSS. Observa que os investimentos em setores como indústria, agricultura e infraestrutura não tiveram performances semelhantes aos indicadores sociais. Assim, descreve a seguinte situação bastante ilustrativa:

A rara combinação de indicadores sociais de primeiro mundo com indicadores econômicos de terceiro mundo fez disparar tendências demográficas anômalas que não favorecem o crescimento econômico pela via do aumento da força de trabalho. (...) Em nível micro, essas desproporções entre o social e o econômico têm como consequência, por exemplo, pessoas com uma educação de padrão muito alto e um consumo de subsistência (VIDAL A., 2016, s/p).

O *cuentapropismo*, naturalmente, possui algumas implicações complexas e contraditórias, especialmente o que tange à empregabilidade e à remuneração. Por um lado, a ampliação do setor privado possibilita que cargos que estejam nas mãos das empresas estatais, que paguem salários bastante modestos, passem para negócios pessoais que possivelmente poderão fornecer melhor remuneração a estes trabalhadores. A média salarial na Ilha é de 415 pesos cubanos, variando entre 562 CUP para a construção civil e 365 CUP para o comércio, turismo e restaurantes: desta forma, o trabalhador cubano recebe entre U\$ 20 a U\$ 30 por mês (D'ALESANDRO, 2021). Essa minguada remuneração tem como principal razão a baixa produtividade do setor estatal. Para melhor figurar o que essa remuneração representa no cotidiano do trabalhador cubano:

Un salario de 480 pesos cubanos (20 dólares) – recordemos que el salario promedio es de 415 – se esfuma en 13 días. La libreta de abastecimiento, el tan nombrado "subsídio del estado", cuesta 150 pesos (el 31% del salario), que abastecen en aceite, arroz, pan, café, jabón –y cada mes se debe optar por uno de lavar ropa o para higiene personal (D'ALESANDRO, 2021, s/p).

À vista dessa discrepância, verifica-se, a partir da crise do Período Especial e dos fluxos migratórios subsequentes, uma massiva fuga de cérebros, em que boa parte da mão de obra qualificada deixava de contribuir diretamente para a sociedade cubana e para a produtividade da economia (D’ALESANDRO, 2021).

Apesar desta baixa remuneração, fato é que esse modelo mantinha, até certo momento, vagas de trabalho ativas, a despeito de sua produtividade. Para que fosse evitado um cenário de explosão social, o governo procurou manter esses postos de trabalho o máximo de tempo possível: postergava-se, assim, o denominado por Mesa-Lago (2020a) “desemprego oculto”<sup>46</sup>, correspondente a 32% da força laboral. No entanto, em 2011, perante a insustentável baixa produtividade e os magros salários, o então presidente Raúl Castro encaminha a demissão de mais de 1 milhão de trabalhadores da estrutura do Estado para serem absorvidos no setor não-estatal; porém, com o *cuentapropismo* não se expandindo suficientemente a ponto de empregar a totalidade dos trabalhadores desligados do Estado, o governo decide por desacelerar as demissões, mantendo apenas meio milhão de pessoas demitidas (MESA-LAGO, 2020a).

Apesar de ter propiciado uma considerável recuperação econômica, as medidas de 2011 no âmbito do mercado de trabalho não resolveram toda a situação, o que, ao somar-se à crítica conjuntura a partir de 2019, levou a outra queda da produtividade e do valor do salário real<sup>47</sup>. Nesse sentido, a reforma econômica de 2021 invariavelmente levou a uma nova leva de demissões na esfera estatal, a fim de eliminar os setores pouco produtivos, o que o governo tentou balancear pela ampliação nas atividades permitidas pelo setor privado (MESA-LAGO, 2021b).

Esse cenário de expansão do *cuentapropismo* leva a alguns desafios a serem enfrentados pela sociedade cubana, especialmente no que tange às lutas anti-opressão. Dentre as desigualdades sociais que deve desencadear, ressalta a disparidade de gênero, especialmente por conta da maioria dos empregos autorizados estarem nos setores da construção civil e serviços, em que os homens representavam, em 2013, 83% e 60% da mão-de-obra, respectivamente (SANTOS; VASCONCELOS; DESOTTI, 2017). Em contrapartida, as mulheres são majoritariamente profissionais formadas e técnicas, categorias não permitidas à atividade privada e impossibilitadas de serem exercidas por conta própria.

---

<sup>46</sup> Mesa-Lago (2020a) define o desemprego oculto, ou invisível, como “mano de obra innecesaria en el sector estatal, que provoca baja productividad”.

<sup>47</sup> O salário real ajustado à inflação em 2019 se distanciava do nível salarial de 1989 em -46% (MESA-LAGO, 2020a).

Quanto à população negra, o abismo socioeconômico se ampliava com a dolarização da economia baseada em remessas vindas de uma diáspora historicamente embranquecida<sup>48</sup>: cada dólar de remessa estrangeira recebida por uma pessoa negra corresponde a até três dólares recebidos por uma pessoa branca (GUANCHE, 2021a). Desta forma, um modelo que torna mais propensa a posse de meios de produção a uma camada privilegiada da sociedade, por ter acesso a divisas estrangeiras, consiste em um cenário potencialmente desfavorável ao povo negro de Cuba<sup>49</sup>.

Um outro elemento central na análise do *cuentapropismo* é no que diz respeito aos direitos laborais. De acordo com a pesquisadora cubana Ailynn Torres Santana (2021b):

Cuentan los déficits de derechos laborales para quienes trabajan en el sector privado, el sistemático vaciamiento del papel de los sindicatos, la obstaculización del proceso de creación y ampliación de otras formas de propiedad (como la cooperativa), la cancelación práctica de la posibilidad de crear asociaciones y formalizar espacios de la sociedad civil debido a la existencia de una ley de asociaciones desactualizada e inauditamente limitada, la acumulación de demandas insatisfechas relacionadas con derechos civiles y políticos de expresión, organización y disenso que tienen escasas garantías (TORRES S., 2021b, s/p).

Tendo em vista que a natureza dessa ampliação do setor não-estatal demonstrava-se individualizada, e não cooperada<sup>50</sup> (VASCONCELOS, 2021c), a necessidade do fortalecimento dos sindicatos se faz um componente crucial para amenizar o baque desta grande inflexão na forma de organização laboral que a generalização do *cuentapropismo* propiciava. Contudo, as reformas econômicas mais recentes não mexeram nas estruturas da organização sindical, esta que se encontrava totalmente fossilizada (TORRES S., 2021b). Esse cenário se dá pois o Estado não permite que a classe trabalhadora se organize em sindicatos independentes, relegando toda atividade sindical à Central de Trabalhadores de Cuba - CTC; esta, sendo controlada pelo partido, não consiste em um espaço para dissensos, estando a direção da CTC, de acordo com D'Alesandro (2021), mais compromissada com o regime do que com a defesa do direito dos trabalhadores.

<sup>48</sup> Os resultados do Censo de 2010 indicam uma composição de 56,2% de brancos emigrados para os EUA, e 8,5% de negros emigrados. Historicamente é a menor taxa de diferença entre as duas categorias raciais, sendo possível inferir haver uma lenta diversificação em sua base racial. Para estudo mais aprofundado, consultar a pesquisa da Dra. Ivis Gutiérrez Guerra (2013).

<sup>49</sup> Não está no âmbito deste trabalho discutir sobre as críticas que o movimento negro possui em relação ao modelo político-econômico adotado na Revolução. É um debate profundo e importante demais, que merece um atento e sensível estudo em particular.

<sup>50</sup> Conforme indica Vasconcelos (2016), dos 1,5 milhões de trabalhadores das cooperativas não-estatais, apenas 16,7 mil estavam trabalhando em cooperativas criadas a partir das reformas de 2011, estas que totalizavam apenas 413. A composição do cooperativismo na economia cubana ainda estava plenamente embasada na concepção das históricas e tradicionais cooperativas do setor agropecuário, sendo estas correspondentes a 99% do cooperativismo.

Essa falta de debate e construção essencialmente popular das organizações de trabalhadores prova-se uma lacuna que pode ser fatal à defesa do direito trabalhista, uma vez que desprepara a classe trabalhadora de Cuba a repensar-se enquanto classe em um cenário de abertura econômica. Os *cuentapropistas*, por definição, podem ser tanto donos<sup>51</sup> quanto funcionários do empreendimento, estando abarcado neste conceito não só pessoas com rendas bastante distintas, quanto, inclusive, pessoas que se posicionam em lados opostos na estrutura de poder de uma empresa privada. Isso se reflete no “sindicato dos *cuentapropistas*, que não separa quem é empregador de quem é empregado, englobando ambos na mesma categoria, o que fortalece o poder do empregador nas decisões salariais dentro da categoria” (SANTOS; VASCONCELOS; DESOTTI, 2017, p. 104). Desta forma, os autores de “Cuba no século XXI: dilemas da Revolução” (2017) colocam a seguinte pergunta: “como legislar sobre o *cuentapropismo*, considerando que o mesmo termo descreve a situação de diferentes classes sociais (trabalhadores e empresários) em plena transformação?” (SANTOS; VASCONCELOS; DESOTTI, 2017, p. 26-27).

De toda forma, conforme avaliado por Vasconcelos (2016a), a abertura econômica não necessariamente representa um retrocesso das conquistas sociais acumuladas ao longo do processo revolucionário. Dependendo de suas motivações e da forma como é planejada e executada, o *cuentapropismo*, de acordo com a professora, pode perfeitamente ser explorado dentro do projeto socialista, uma vez que sua essência é uma reivindicação da classe trabalhadora cubana há décadas. No entanto, o perigo se encontra no caso do Estado cubano não embasar sua política de flexibilização a partir das necessidades populares que esse processo pode vir a suprir. O problema será se o governo de Cuba focar somente na fonte de capitalização ou nas possibilidades políticas que essa abertura propicia, guiando suas ações apenas com esse objetivo, sob risco de eventualmente, a depender das conjunturas que se seguem, se abrir espaço para uma nova configuração política e social que se distancie dos valores da Revolução, levando a economia cubana para um grau ainda maior de dependência econômica das economias centrais e inviabilizando que o povo cubano tenha autonomia para produzir a sua existência.

Uma das maiores expressões de potencial produtivo do povo cubano hoje, sob orientação dos valores humanistas da Revolução, é o sucesso do setor de saúde pública e a indústria de biotecnologia. Essa é a marca de Cuba no mundo inteiro, tornando a Ilha uma referência na área. Isso se evidenciou ainda mais no período da pandemia da COVID-19, apesar

---

<sup>51</sup> De acordo com Santos; Vasconcelos; Desotti (2017): “o *cuentapropismo* favorece o ‘enriquecimento’ de famílias que já têm algum dinheiro disponível para investir, como é o caso das que recebem remessas de dinheiro de parentes que moram no exterior” (SANTOS; VASCONCELOS; DESOTTI, 2017, p. 103).

da escassez de recursos básicos para o abastecimento do sistema de saúde por conta do bloqueio econômico: Cuba não só se destacou na contenção do vírus em sua população, tendo vários projetos de vacinas produzidas nacionalmente<sup>52</sup> que em março de 2021, quando a maioria do planeta não tinha perspectivas de receber vacinas, estavam em suas últimas fases de teste, como ainda promoveu seu princípio internacionalista e enviou brigadas médicas a múltiplos países da América Latina, África, Ásia e Europa (LÓPEZ-LEVY, 2021). Até junho de 2021, Cuba tinha melhor desempenho sanitário que países da centralidade do capitalismo, como Suécia, Alemanha, Bélgica e Estados Unidos (VASCONCELOS, 2021c).

A priorização histórica de um sistema de saúde popular e de qualidade fez com que a Ilha cruzasse o período mais crítico da pandemia nos outros países com muita responsabilidade e resiliência, registrando menos de 700 mortes por COVID-19 em maio de 2021 (VASCONCELOS, 2021c). Também conta com uma forte campanha de informação quanto ao grau de alastramento do vírus, contando com publicações diárias no site do Ministério da Saúde Pública contendo o número de infecções e mortes no país, de acordo com cada região, com um afincamento na ampla informação da situação real que pouco se viu mundialmente durante a pandemia. Tendo em vista todos esses elementos, o governo demonstrou que seu sistema de saúde seguia sendo uma importante fonte de legitimidade que dispunha (LÓPEZ-LEVY, 2021).

No entanto, o episódio 5 do documentário *The War on Cuba* (2021)<sup>53</sup> coloca uma pergunta no mínimo intrigante: "como é possível que Cuba tenha uma indústria biofarmacêutica capaz de produzir vacinas para enfrentar a COVID, e ao mesmo tempo tenha um déficit tão grande de medicamentos?". Apesar da base da Revolução prever o desenvolvimento da biotecnologia, não há como produzir sem o fornecimento de matéria-prima disponível apenas em outros países, se estes estão impedidos de estabelecer trocas comerciais por conta do bloqueio econômico. Este foi, portanto, o motivo do desenvolvimento da vacina Soberana 02 não ter sido encaminhado, já que os insumos não haviam sido recebidos a tempo (THE WAR ON CUBA 5, 2021).

---

<sup>52</sup> A administração Biden criticou o governo de Cuba por não participar do COVAX, mecanismo das Nações Unidas para países pobres receberem a vacina, questionando a decisão de desenvolver vacinas próprias por conta do tempo que poderia ser dispendido nesse processo sob a alegação que a COVAX forneceria as vacinas gratuitamente. Na realidade, a situação foi de muitos países periféricos pagando vacinas em adiantado para recebê-las depois de o vírus se alastrar violentamente em suas populações, uma vez que a COVAX não foi, naquele momento, capaz de suplantá-las. Se Cuba houvesse se inscrito na COVAX, teria ficado esperando por vacinas por muito mais tempo (THE WAR ON CUBA 5, 2021).

<sup>53</sup> "The War on Cuba" é uma série documental, de 6 episódios até o momento, resultado do projeto *Belly of The Beast*, dirigida por Reed Lindsay, produzida por Oliver Stone e Ed Augustin e estrelada pela jornalista cubana Liz Oliva Fernández.

As carências no quadro básico de medicamentos no sistema de saúde cubano é um problema grave no país, que consiste em um desafio estrutural que foi aprofundado com o recrudescimento do bloqueio econômico por Donald Trump e sucessiva perpetuação por Joe Biden. Essa situação foi elevada à máxima potência com a COVID-19, levando inclusive à reaparição de doenças como a sarna (DOMINGUEZ D., 2021). Além da escassez dos medicamentos mais básicos e essenciais, os hábitos de higiene muito se deterioraram pela falta de sabão, detergente e água, levando a um cenário de 500 mil habitantes de Havana que demonstravam carências sanitárias básicas em março de 2020 (MESA-LAGO, 2020a).

A situação realmente sai do controle com a chegada em Cuba da variante Delta do vírus da COVID-19, em meados de 2021. Se no início da pandemia o governo cubano foi amplamente elogiado por sua estratégia de contenção dos contágios, a este ponto a economia estava insustentável por conta da drástica queda nas receitas oriundas do setor turístico. Assim, o governo não só tardou em fechar as fronteiras, como promoveu uma campanha publicitária<sup>54</sup> para divulgar a Ilha como um destino seguro para os turistas, contribuindo para a expansão inicial do vírus que só não foi inicialmente fatal por conta da centralização político-econômica e da existência de um sistema de saúde unificado (MESA-LAGO, 2020a). Se até abril de 2021, depois de mais de um ano de pandemia, haviam falecido 467 pessoas e contabilizavam 87.385 casos, em apenas três meses adiante, em 12 de julho, contabilizava-se 1.579 mortes e 224.914 casos positivos, saltando para cifras 2,5 vezes maiores (DOMINGUEZ D., 2021). Desta forma, a crise do COVID-19 mostrava sua faceta mais escatológica em julho de 2021, tendo seu epicentro na província de Matanzas.

A partir da construção do quadro conjuntural elaborado neste capítulo, cabe postular a pergunta: por que o governo cubano decidiu implementar uma reforma econômica neste cenário? Por que não foi implementada na primeira metade dos anos 2010, em que a situação econômica se encontrava relativamente mais estável, como todos os economistas haviam orientado (MESA-LAGO, 2021a; SANTOVENIA M., 2022)?

A professora Joana Salém Vasconcelos (2021c) aponta como hipótese que a escassez de divisas tenha alcançado índices tão graves, que tenha comprometido a capacidade do Banco Central em emitir o peso cubano conversível (VASCONCELOS, 2021c). Já o economista Carmelo Mesa-Largo (2021a) coloca como possível causa da postergação em mais de uma

---

<sup>54</sup> Nesse momento, os meios de comunicação à serviço do regime geraram situações profundamente problemáticas, que inclusive propiciaram o alastramento do vírus: o governo chamou nas redes sociais de “alarmistas” aqueles que se opunham a sua (não) estratégia inicial de contenção do coronavírus, e multou ou prendeu cidadãos que publicavam cifras extraoficiais quanto aos contágios (MESA-LAGO, 2020a).

década a resistência daqueles beneficiados pelo modelo centralista-burocrático<sup>55</sup>, bem como a resistência em causar alardes populares pelos custos sociais que a unificação monetária traria. Ademais, coloca como outra possibilidade a expectativa do governo cubano de que Hilary Clinton ganhasse as eleições estadunidenses em 2016, dando continuidade às políticas de abertura de Obama que poderiam amenizar o choque propiciado pela unificação (MESA-LAGO, 2021a).

A Revolução cubana é baseada em uma grandiosa política social, em que setores importantes como saúde, educação e esportes estariam total e gratuitamente disponíveis ao povo. No entanto, ao se propor uma política social tão ampla e total, é necessário ter a economia como ferramenta a propiciar a materialização de condições de vida dignas. De acordo com Santovenia Mendoza (2022), Fidel fez transformações sociais, mas não transformações econômicas. Sendo, conforme indica D'Alesandro (2021), a economia de planificação central à própria política e vice-versa, as consequências dos erros ou limitações políticas convertem-se imediatamente em carências econômicas, comprometendo as condições básicas de subsistência do povo em Cuba.

---

<sup>55</sup> Mesa-Lago (2021a) indica que: “cuando Raúl Castro reemplazó a su hermano en 2007, carecía del control total sobre las decisiones políticas y tuvo que compartir el poder con los ‘duros’. Esto fue una razón del fracaso de sus reformas estructurales, obstruidas por restricciones, desincentivos, altos impuestos y otras ‘trabas’. Díaz-Canel tiene menos poder que Raúl, que tenía el apoyo de las fuerzas armadas y la mayoría del PCC” (MESA-LAGO, 2021<sup>a</sup>, s/p).



#### **4 A CONEXÃO OFF-LINE, A BUROCRACIA CUBANA E O PRELÚDIO DA MOBILIZAÇÃO POPULAR**

O fenômeno do acesso à internet e outras fontes de informação é um elemento largamente determinante de muitas das mudanças sociais e culturais recentes em Cuba. Consiste em um ponto interessante, tão delicado quanto estratégico, que certamente dá a linha para as transformações que a sociedade cubana vem passando e construindo, justificando sua posição de abertura deste capítulo. Ao abordarmos este tópico, entrelaçam-se quatro pilares centrais da sociedade cubana atual que, efervescentes, estão sob disputa política: juventude, informação, participação popular e cultura.

A historiografia da relação da Ilha com o acesso à internet e à conectividade, objetos do instigante trabalho realizado pela professora e jornalista Vanessa Oliveira<sup>56</sup> - que exploraremos bastante nesta análise -, demonstra que a interação de Cuba com o mundo virtual é repleta de avanços e estancamentos descompassados, como uma tensão descoordenada de interesses obtusos e pulsantes. De acordo com a autora, as bases da interação online não são tão recentes quanto uma análise grosseira poderia retratar: durante as décadas de 1970 e 1980, foram se construindo as bases tecnológicas para novas formas de comunicação virtual, sendo “uma das nações caribenhas que lideraram o estabelecimento de uma rede pré-internet” (PRESS, 2011, p. 1 apud OLIVEIRA, 2019, p. 142-143). Contava com designs tecnológicos originais, tecnologias para transmissão e processamento de dados, e redes nacionais, especialmente à serviço de prestar conexão a setores estratégicos tais quais saúde e educação. No entanto, como tudo quando se trata de transformações em Cuba, esse processo tem seu andamento condicionado às oscilações do bloqueio econômico, este absolutamente crucial dada a natureza do tema, e às crises econômicas que o país foi sucessivamente enfrentando.

No entanto, para além destes dois fatores exógenos, um fator endógeno também implica esse processo: o justificado receio do governo cubano com a ampla liberação de redes de informações que não estejam sob sua supervisão. Seus dirigentes, ao desafiadoramente tentarem se beneficiar da abertura às tecnologias de comunicação sem correr riscos de eventuais instabilidades políticas, aplicavam temporariamente medidas de redução de investimentos infraestruturais na área como forma de controle dessa penetração. Um exemplo evidente é o acordo bolivariano firmado entre Cuba e Venezuela, ainda em 2006, que previa a construção de um cabo de fibra ótica que conectaria os dois países: apesar das restrições determinadas pelo

---

<sup>56</sup> Consultar Oliveira (2019).

bloqueio, possibilitou a extensão de 1.552km de cabos submarinos. No entanto, Oliveira (2019) aponta que, apesar da previsão de inauguração do equipamento para 2011, foi apenas em 2013 que tomou corpo: neste período, irrompia do outro lado do oceano a chamada Primavera Árabe, marco mundial do uso manipulador da internet e das redes sociais para provocar um cenário de desestabilização política e derrocada de governos nacionais.

A preocupação do governo de Cuba não é em vão: de fato o uso de ferramentas digitais pelo imperialismo estadunidense, como o Big Data, consiste na marca tática da nova grande estratégia de dominação dos Estados Unidos pós-2001 para a periferia do capitalismo, como desenvolvido na obra de Penido e Stédile (2020). Devido ao monopólio de empresas norte-americanas no comando do meio virtual, a internet, especialmente as redes sociais, por sua natureza de velocidade desmedida e com alto potencial de disseminação, torna-se um canal que aproxima o Pentágono das populações locais de centenas de países.

É estabelecida, assim, uma nova arena de guerra absolutamente sofisticada ao império, uma vez que a linha que divide o civil e o militar torna-se difusa e não mais é possível identificar quem exatamente está mobilizando determinada ação. Por meio da maestria no uso destas tecnologias de informação de ponta, torna-se parte da estratégia dos Estados Unidos a fabricação de um ambiente social caótico nas redes sociais locais, incitando o cidadão a entender a indignação estimulada como sua, como se tivesse chegado à conclusão por conta própria. Assim, criam o terreno para que se alastrem manifestações de rua, que no fim das contas acabam por cumprir a tática imperialista de *regime change*<sup>57</sup>. Essa base de operações psicológicas na sociedade incidente, marcada pela mobilização de questões particulares das sociedades afetadas a partir de enunciados genéricos o suficiente para homogeneizar e descomplexificar questões internas, desloca a disputa para o campo subjetivo e simbólico (PENIDO; STÉDILE, 2020). Essa nova forma de confronto, típica do contexto das guerras de quarta geração<sup>58</sup>, pode ser chamada de inúmeras formas, como guerras híbridas<sup>59</sup>, guerras semióticas, espectro total, guerras mediáticas ou algorítmicas.

Essa estratégia de subversão concreta de processos de raiz popular é sobretudo aplicada na América Latina, como forma de reverter a chamada onda rosa inaugurada nos anos 2000,

---

<sup>57</sup> *Regime change* é uma tática adotada por potências hegemônicas para promover a alteração de regimes políticos por meio de protestos pacíficos da população local, sem ser identificada sua interferência e evitando indisposições diplomáticas. Também é conhecida como revoluções coloridas ou golpe brando.

<sup>58</sup> Forma de guerra contemporânea, em que o exército oponente não é bem definido, sendo o inimigo uma massa amorfa. São guerras feitas no cotidiano, em que se tornam indistintos os estados de guerra e paz.

<sup>59</sup> Conceito polêmico por conta de sua difícil definição e recorrente uso indiscriminado, requerendo uso cauteloso para fins analíticos.

que levou governos progressistas a assumirem a presidência de muitos países da região. Como forma de retaliação a uma alegada ameaça, setores do capital estrangeiro articularam-se a oligarcas latino-americanos para derrubar diversos governos no continente, como Evo Morales, na Bolívia; Manuel Zelaya, em Honduras; Daniel Ortega, na Nicarágua; Fernando Lugo, no Paraguai; Dilma Rousseff, no Brasil; e Hugo Chávez e Nicolás Maduro, na Venezuela, esta última o epicentro desse tipo de guerra na América Latina (PENIDO; STÉDILE, 2020). Criou-se a inédita categoria de “presidentes autoproclamados” como umas das formas de legitimação destes golpes, que nada mais são que o estabelecimento de Estados contrarrevolucionários (MARINI, 1978), a exemplo de Jeanine Áñez, na Bolívia, e Juan Guaidó, na Venezuela.

É nesse contexto enfrentado por seus vizinhos mais próximos que Cuba se encontra em plena abertura de sua rede de conexão via internet: em 2017, de acordo com o índice de desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC da ONU, a Ilha ocupava a posição de 166 entre 176 países, sendo considerado um dos 10 países do mundo que menos possuía conexões físicas. As casas com acesso à internet somavam apenas 7,5%, além de contar com irrisória cifra de acesso à banda-larga móvel (OLIVEIRA, 2019). A conectividade promovida pelo governo ia se ampliando de acordo com os novos passos da abertura econômica que tomavam conta da Ilha:

No segundo semestre de 2013, a ETECSA (Empresa de Telecomunicaciones de Cuba S.A.) iniciou a instalação de cibercafés nas principais cidades do país. Em 2015, novos *hotspots* foram conectados em parques e outros espaços públicos, barateando em 25% a hora de conexão. Até o final de 2016, mais de 40 espaços públicos contavam com conexão em Havana. De acordo com dados da própria ETECSA, em março de 2019, o país contabilizava mais de 950 pontos públicos de acesso, 123 deles em Havana (OLIVEIRA, 2019, p. 150).

No entanto, conforme defendido pela professora Vanessa Oliveira (2019), esses dados ocultavam a real e popular conectividade do povo cubano: a conexão off-line. Por conta dos impedimentos colocados pelo bloqueio, criava-se na sociedade insular formas de compartilhar arquivos virtuais à margem da conexão online mediada pelas grandes empresas high-tech, formas estas que discorreremos em seguida. No entanto, estando essa inventividade popular à parte dos dados oficiais, Cuba era, para o mundo, uma nação desconectada, que necessitava do socorro dos grandes conglomerados de informática dos EUA - especialmente o Google - para se conectar à internet: essa narrativa ideológica e quase missionária dava as bases para que Cuba se tornasse um prato cheio para a nova estratégia dos Estados Unidos, por mais que de forma distinta em relação aos outros países da América Latina. Desta forma, um dos pontos

centrais da política de normalização das relações entre Estados Unidos e Cuba era o programa de informatização da sociedade cubana<sup>60</sup>.

Não por acaso a gradual aproximação de setores do Google na Ilha se fazia em simultâneo ao período de reabertura das embaixadas entre Cuba e Estados Unidos. Conforme discorre Oliveira (2019), foi esse inédito fluxo de trocas que tornou possível que o Google implementasse seu primeiro projeto no país. A partir de então, a empresa, sob o discurso de popularizar o acesso à arte para a população local, inicia uma série de ações para incidir no país caribenho: se fez presente em espaços artísticos de artistas locais, na Parada LGBTQIA+ em Havana, apoiou importantes empresas de moda, dentre outras iniciativas espalhadas nas mais distintas regiões da capital.

O grande monopólio estadunidense adotou uma estratégia extremamente sagaz para incidir sobre a Ilha: buscou legitimar-se entre a sociedade cubana por meio do setor cultural, este que era - e segue sendo - um campo de extrema tensão em relação ao governo cubano. Assim, por meio de uma abordagem dinâmica, jovem e levantando a bandeira do conceito neoliberal de liberdade de expressão, o que o Google fez foi “transformar a participação ativa na vida cultural local em ações políticas subjetivas” (OLIVEIRA, 2019, p. 170). Não houve grandes entraves para esta penetração cultural, considerando que o governo cubano foi pouco propositivo ao disputar com a empresa o setor cultural e o conceito de liberdade do povo cubano. Desta forma, essa intrusão nunca se tratou de ampliar a conectividade ou trazer inovações tecnológicas à população cubana, conforme indica a jornalista: isso fica evidente pois o setor do Google que fez todo o trabalho de visita e atuação em Cuba não foi a ala técnica da empresa, e sim o Google Ideas, a ala política da empresa<sup>61</sup> que possui fortes ligações com o Departamento de Estado, especialmente com Hillary Clinton.

Apesar da receptividade que a sociedade cubana teve, de forma geral, em relação à perigosa empreitada da companhia estadunidense, a realidade na Ilha é bem diferente da proposta gringa. O povo cubano, desprovido de estratégias pela limitação entre as restrições do bloqueio e do governo no terreno da comunicação, contava apenas com a possibilidade de inventar táticas de sobrevivência e promoção de autonomia e soberania: inventava-se, pelas

---

<sup>60</sup> É digno de nota que essa tentativa de incidência na Ilha pelas tecnologias remonta o ano de 2010, em que um conjunto de empresários coordenados pela USAID, órgão do governo dos EUA de expansão dos valores do império, construía uma rede social análoga ao Twitter para operar em Cuba, denominada Zunzuneo (OLIVEIRA, 2019).

<sup>61</sup> Campanhas semelhantes foram realizados no Irã (2011) e na Síria (2012), em um movimento de expandir as atividades da companhia para os ditos “regimes restritivos”, de acordo com as fontes de informação estadunidenses (OLIVEIRA, 2019).

frestas, o sistema off-line de conexão, nunca contabilizado nos dados internacionais de conectividade, mas definidores dos graus de acesso da população ao meio digital.

Na última década, circularam serviços essencialmente populares para ampliar a conectividade, como o “Snet”, para jogos de videogame online, o “Connectify”, para tornar pessoas com mais condições materiais em roteadores de WiFi, e assim disponibilizando a rede para quem não podia acessar, e o grande sucesso chamado “*paquete* semanal”, em que se compartilhava pastas cheias de novelas, filmes, peças independentes de audiovisual, músicas e aplicativos. Por mais que estas práticas tenham surgido como expressão de singela solidariedade popular, acabaram por se desenvolver e se especializar, formando verdadeiras cadeias de produção que envolviam vários setores da sociedade. Não é pouco afirmar que são parte da história econômica cubana (OLIVEIRA, 2019).

Este fenômeno evidencia como a plena autonomia da sociedade ao criar meios de produzir sua própria vida acaba por ficar sempre relegada a um mercado paralelo, alternativo. Estes serviços possuíam hierarquias bem definidas, regras de convivência e curadoria quanto a conteúdos contrarrevolucionários, resistindo aos assédios de companhias imperialistas que tentavam atrair seus gestores para si. Já o governo - não sem divergências internas - inicialmente era muito resistente a estas comunidades tecnológicas orgânicas: ao invés de fazer o diálogo entre esta realidade e a estratégia produtiva do Estado, respondia com a criação de serviços concorrentes, ou repressões a quem os utilizasse. Depois de um determinado momento, em que se percebia a necessidade do serviço e a possibilidade de ser suprida uma lacuna do próprio governo, houve maior tolerância para sua circulação (OLIVEIRA, 2019).

Uma importante transformação promovida por serviços off-line, como o *paquete*, se dava a nível sociocultural, pois essa plataforma proporcionava diferentes padrões de consumo de cultura dentro de um mesmo lar. “Se, antes do *paquete*, toda a família assistia a um mesmo programa na televisão ou ouvia uma mesma emissão da rádio estatal, depois dele, o consumo se pulverizou e se individualizou” (OLIVEIRA, 2019, p. 153). Com a penetração cada vez maior do Vale do Silício na Ilha, as formas de acesso à informação e de exposição de opiniões em espaços públicos passou por substanciais transformações. Conforme indica López Hernández (2021a), o governo cubano acabou por perder o monopólio da criação de mensagens hegemônicas que deteve por décadas, pois a massificação do uso da internet e das redes sociais permitiu que outros dados e opiniões chegassem ao conhecimento da população, inevitavelmente mobilizando paixões e sentimentos inéditos à sociedade da Ilha: criava-se, assim, desafios à construção do consenso nacional por parte do governo.

No entanto, “la democratización de la información y las comunicaciones, aun con sus altísimos precios, también ha independizado al disenso del área de influencia inmediata de los Estados Unidos” (LÓPEZ H., 2021b). A possibilidade de cidadãos favoráveis à Revolução, porém não contemplados pela narrativa monolítica do governo, poderem produzir conteúdo crítico e complexo e disponibilizá-lo universalmente por meio da internet, constitui hoje um ponto importante de disputa pelo dissenso, uma vez que a oposição esteve historicamente concentrada nos contrarrevolucionários em Miami. Assim, é aberta a oportunidade de refinar o debate ao redor do globo sobre Cuba, expandindo a opinião pública internacional para além da polarização entre prós e contras governo: desta forma, outras vozes da sociedade cubana ganham espaço para serem escutadas, havendo uma significativa democratização sobre a construção e divulgação da opinião nacional não só a nível mundial, mas também a nível interregional, dentro do espaço nacional.

O sentimento de desconforto e inconformidade se torna não mais um monopólio da comunidade cubana nos Estados Unidos, esta que consiste em uma força social de grande peso na correlação de forças não só nessa conjuntura, mas historicamente. Conforme explica D’Alessandro (2021):

La revolución expropió a una clase social y esa clase social se afincó, toda, en Miami. Mientras que en otros procesos similares las antiguas clases dominantes se reubicaban de forma dispersa por el mundo, la vieja burguesía cubana se abroqueló a 150 kilómetros de la isla. Esto tiene graves consecuencias en los dos bandos. Por un lado, la “gusanera” opera como un bloque, producto de sus intereses, pero además porque viven en un mismo espacio (D’ALESSANDRO, 2021, s/p).

O tema da emigração para os cubanos atualmente perpassa muitas esferas de sua vida pessoal, sendo mais do que uma questão política. Essa possibilidade permanente de se deslocar e ver seu país e sua própria vida por outro ponto de vista apresenta-se como uma realidade cotidiana àqueles que na Ilha vivem, uma vez que sempre alguém está de saída, seja algum conhecido, familiar ou amigo. A isso, alguns autores denominam “efeito Ilha”, que retrataria essa necessidade de sair de sua terra, ao mesmo tempo que existe o sentimento de haver alguma obrigatoriedade em manter a conexão com seu país. Conforme relatado por Vanessa Oliveira, em entrevista à TV Boitempo, a maioria dos cubanos em diáspora hoje em dia mantém uma relação de respeito com Cuba, geralmente tecendo comentários de admiração ao seu país, recorrentemente com algum tom de saudade ou nostalgia (TV BOITEMPO, 2022). Essa noção foi bem figurada por uma das entrevistas realizadas no projeto que teve como produto o livro “Cuba no século XXI: dilemas da Revolução” (2017):

“A ilha [de Cuba é] como a casa de nossos pais. Durante a infância, na casa dos pais, temos acesso à saúde, a um lar e à educação. O mesmo acontece com os jovens cubanos dentro do país. Entretanto, chega uma fase da vida em que precisamos nos tornar independentes e sair de casa. Na sociedade cubana seria o momento equivalente ao de conseguir um emprego. [...] Cuba é um dos melhores países para se criar os filhos, mas não é tão bom para se viver durante a fase adulta, visto que os salários são muito baixos e o acesso ao consumo é limitado. [...] Saímos da casa dos pais não porque não os amemos ou porque queiramos distância. Saímos porque precisamos adquirir experiência e responsabilidade. O mesmo acontece com quem sai do país. O respeito e a saudade não se acabam, mas é preciso buscar novos horizontes de vida” (SANTOS; VASCONCELOS; DESSOTI, 2017, p. 91).

Naturalmente, há muitos cubanos emigrados que encontram em serviços de apoio a migrantes e refugiados um espaço para apontar críticas mais pontuais e fervorosas à Ilha; mesmo assim, no processo e regularização migratória, sempre há, de alguma forma, um receio em dar andamento à solicitação de refúgio, uma vez que geralmente os cubanos não se entendem como refugiados. Esse foi o caso do poeta, compositor, escritor e bailarino Juan<sup>62</sup>: o artista está impedido de retornar a seu país por ter sido considerado “desertor” pelo governo burocrata; apesar de ter sido militante do Partido e inclusive ter outrora participado de expedições internacionalistas ao continente africano, não pode entrar em Cuba nos próximos dois anos por não haver retornado ao país no prazo estipulado pelo Estado.

Mesmo que Juan tenha sido surpreendido, tenha se desesperado e se desapontado quando soube de seu status perante o Estado cubano, o artista segue acreditando no futuro da Revolução e do socialismo na Ilha, não considerando adequada a condição de refugiado para si. Essa situação tão comum enfrenta a barreira das graves limitações que a legislação migratória no Brasil, pois o refúgio é uma das únicas formas que os cubanos podem ter sua regularização no país. Isso faz com que muitos imigrantes oriundos da Ilha tenham que assumir um status político que confronta e deslegitima diretamente seu país, em alguma medida acionando narrativas rebaixadoras da Revolução e criando mais um espaço de tensão entre Estado e sociedade.

De toda forma, em Cuba, a decisão de migrar ou não é vista com naturalidade e sem juízos morais, sendo consideravelmente motivada por questões econômicas ou de reunião familiar em detrimento a um número muito reduzido de pessoas que de fato se exilam por discordâncias políticas (TV BOITEMPO, 2022). Se para os cubanos a migração se trata generalizadamente

---

<sup>62</sup> Nome fantasia empregado para guardar a identidade de um dos entrevistados. Entrevista realizada com o artista Juan realizada em dois momentos, entre os dias 20/03 e 30/03/2022, primeiramente de forma presencial, na I Jornada Agroecológica da Teia dos Povos no RS, onde fomos apresentados, e em seguida de forma remota, pela plataforma Google Meet, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A partir desse ponto, será referenciado como Juan (2022).

de uma questão de ordem pessoal e particular, para o governo estadunidense essa é uma pauta usada historicamente para empenhar algum modo de retaliação ao governo socialista, rebaixá-lo e desmoralizá-lo. Nesse sentido, o império possui relação próxima com a parcela da diáspora cubana que faz oposição a seu inimigo ideológico, se utilizando do fato de estarem concentrados e em alguma medida organizados em seu próprio território nacional para promovê-la. Se outrora esta relação se deu principalmente pela instituição de fundações contrarrevolucionárias, ou de legislações e campanhas para promoção da imigração desde Cuba, atualmente a comunidade cubana em Miami passa a fazer parte de sua estratégia política, sobretudo eleitoral.

A comunidade cubano-americana compõe uma parcela significativa da população da Flórida, estado decisivo na estratégia política eleitoral de candidatos à presidência dos EUA por se tratar de um *swing state*, ou seja, um estado sem partido ou candidato com maioria absoluta e, portanto, passível de maior terreno de disputa de eleitores (THE WAR ON CUBA 6, 2021). Assim, aqueles que se candidatam ao cargo mais importante da política mundial são obrigados a, em alguma medida, levar em conta as demandas da comunidade cubano-americana em Miami, sob risco de perder um importante eleitorado.

Foi em cima disso que Trump baseou sua política enquanto presidente (SANTOVENIA M., 2022). No entanto, não foi sempre que tratou Cuba com hostilidade: ao longo de sua campanha, o republicano acenou sucessivas vezes para a Ilha. Conforme pontuado no episódio 6 do documentário *The War on Cuba* (2021), em 2008, Trump registrou o nome de sua marca para serviços de hotelaria, cassinos, competições de beleza, programas de televisão e cursos de golfe em Cuba; em 2015, executivos de Trump visitavam o país caribenho e jogavam golfe; em 2016, Trump declara que não tem problema algum com Cuba, e que deveriam estar fazendo negócios.

No entanto, houve nesse percurso um ponto de inflexão do posicionamento favorável a Cuba: o cenário se modifica quando Trump consegue fazer acordos com importantes empresários e políticos cubano-americanos na Flórida, que acabaram por lhe ajudar a garantir vitória naquele estado, sendo o principal ator desta inflexão o senador republicano Marco Rubio. Nesse movimento, a guinada do discurso de Trump em direção a uma narrativa anti-Cuba se fez crucial para sua vitória. Assim, depois de vencer as eleições, incumbiu a Rubio a pauta de política externa para América Latina (THE WAR ON CUBA 6, 2021).

Marco Rubio é filho de imigrantes cubanos que haviam saído da Ilha para buscar melhores condições de vida na década de 1950, antes da Revolução se estabelecer. Rubio representa a ala mais conservadora da extrema direita cubano-americana, tendo se aliado ao movimento conservador *Tea Party*, em 2009. Além disso, conta com o financiamento de instituições



bancárias como Goldman Sachs, Morgan Stanley e Bank of America, ambas condições que garantiram sua entrada no Congresso estadunidense. Os projetos que impulsionou na casa legislativa seguiram a linha da defesa da sanção de países como Irã e Venezuela, bem como o recrudescimento do bloqueio contra Cuba (GRANMA, 2017). Desta forma, é um ator político decisivo para os rumos das relações entre Estados Unidos e Cuba, para a manutenção da rigidez do bloqueio econômico e para o fomento da extrema direita cubano-americano contrarrevolucionária em Miami.

Se Trump apostou na ala contrarrevolucionária da comunidade cubano-americana em Miami, o atual presidente dos EUA, Joe Biden, prometeu aproximar-se da parcela de migrantes ou descendentes na cidade que não apoiam Trump e não tem um posicionamento ofensivamente anti-Cuba (SANTOVENIA M., 2022). Além disso, “los dirigentes cubanos apuestan a que Biden regrese a las políticas de Obama, lo que les daría un respiro esencial para la unificación. De hecho, dijo que lo haría en un discurso en Florida, que probablemente le costó la elección en ese estado, por el voto de los exilados cubanos y venezolanos, seducidos por Trump” (MESA-LAGO, 2021a, p. 30). No entanto, Biden está mantendo a política externa para Cuba na base de promessas, pois até então não reverteu nenhuma das ferrenhas medidas de Trump para aprofundar o bloqueio. Mesa-Lago (2021a) atribui essa inatividade à pouca prioridade que Cuba tem na agenda de Biden, uma vez que o presidente conta com problemas bem mais severos e urgentes da conjuntura atual, como a pandemia, a recessão, as mudanças climáticas, questões sobre acordos nucleares com a Rússia e Irã, a constante ameaça hegemônica da China, a reversão de determinadas políticas sociais de Trump (MESA-LAGO, 2021a), e mais recentemente a intervenção russa na Ucrânia.

Tendo em vista a atual relação entre Cuba e Estados Unidos, é consenso entre os analistas que a política de bloqueio econômico imposta pela potência imperialista à Ilha não obteve o sucesso esperado. O caráter socialista da Revolução segue regendo a política da Ilha, existindo amplo consenso tanto quanto ao sistema político-econômico - sendo o bloqueio inclusive um fator de coesão da população -, bem como quanto ao governo, por mais que este último gradualmente não mais conte como unanimidade. É inegável que o setor mais afetado pelo bloqueio não é o governo, e sim a população cubana, esta que tem suas condições e projeções de vida profundamente deterioradas e inviabilizadas por conta dos efeitos produzidos pelas medidas catastróficas da sexagenária política estadunidense.

Um possível fator que pode alterar essa relação entre a política estadunidense e a comunidade cubano-americano no país é o fato de esta mesma comunidade estar mudando seu

perfil, devido ao processo de transição geracional. De acordo com o estudo da professora Ivis Gutiérrez Guerra (2013), as gerações mais reacionárias, apesar de continuarem detendo maior poder econômico, político e social, estão em minoria numérica. Atualmente, o perfil migratório é de jovens adultos, majoritariamente na faixa dos 20-35 anos (SOROLLA F., 2013); essas gerações mais recentes, apesar de possuírem menos condições financeiras, estabelecem, como exposto anteriormente, uma relação bem mais respeitosa e reverente com seu país de origem quando residindo no exterior.

A partir desta perspectiva, para além do campo migratório, fica evidente o peso que a juventude tem no atual momento do processo revolucionário em Cuba. Essa importância, no entanto, não reside apenas na atualidade, remontando à própria conquista da Revolução: a participação em massa dos movimentos juvenis em tarefas produtivas, culturais e defensivas vitais ao país fez da juventude um setor estratégico para o desenvolvimento nacional (DOMÍNGUEZ, 2003).

A possibilidade de um sistema de educação verdadeiramente popular e uma política de pleno emprego fez com que a juventude cubana fosse massivamente beneficiada pela política revolucionária, dando as condições para uma substancial participação sociopolítica que marcaria a história do país. Assim, tradicionalmente há um forte protagonismo juvenil em todos os processos sociais, não se restringindo apenas ao movimento estudantil: de acordo com Domínguez (2003), nos anos 1960, 34% da geração de jovens esteve mobilizada politicamente, em distintas esferas. Ao falar de juventude, se fala de trabalho: em meados dos anos 1980, os setores juvenis representavam 50% da força de trabalho ocupada, mesmo quando consistia cerca de 40% da população em idade laboral (DOMÍNGUEZ, 2003). Portanto, grandes mudanças nas estruturas laborais, tais quais o aumento do *cuentalpropismo* e a diminuição dos postos de trabalho no setor estatal, repercutem diretamente na categoria de juventude.

Desta forma, quando o país entrou na crise social, política e econômica dos anos 1990, a juventude encontra suas bases fortemente prejudicadas. Sendo uma franja importante da classe trabalhadora, os jovens não conseguiam se inserir no mercado laboral, uma vez que se generalizava a falta de postos de trabalho e, quando conseguiam, eram remunerados a valores muito baixos. Além disso, os empecilhos no acesso à universidade também são um ponto importante da precarização gerada neste período; isso acaba repercutindo em outras categorias sociais, como a população negra: “Entre as problemáticas mais relevantes encontram-se as restrições para o acesso à Educação Superior, que tem acentuado uma representação de universitários diferenciados por cor da pele e origem social, o que causa um impacto na

estrutura sócio classista do emprego no país” (ALMEIDA J., 2014, p. 131-132). Nesse sentido, tornava-se mais difícil promover uma transição fluida entre o egresso da universidade e a garantia de um emprego estável, dadas as circunstâncias de reestruturação econômica desde 1990. Esses entraves culminavam em uma sensação de incerteza e impossibilidade de contribuição da juventude em tarefas diretamente relacionadas à construção da Revolução (DOMÍNGUEZ, 2003).

Todo este cenário levou à significativa redução da participação sociopolítica da juventude cubana, o que significa uma redução da participação sociopolítica da população de forma geral, uma vez que os movimentos juvenis sejam absolutamente centrais na garantia de uma estrutura política essencialmente popular. A União de Jovens Comunistas - UJC, movimento de juventude ligado ao Partido Comunista de Cuba - PCC, historicamente consiste em uma força social basilar: ao final dos anos 1990, um a cada seis jovens - e um a cada quatro estudantes - era militante da UJC (DOMÍNGUEZ, 2003). No entanto, apesar de sua solidez, a conjuntura da época que se prolonga na atualidade sinaliza tendências que exigem alerta quanto à organização da juventude enquanto categoria, bem como quanto à unidade da luta dos jovens cubanos. Conforme sinalizado no Informe Central apresentado no VII Congresso da UJC, de 1998:

El redimensionamiento de grandes fábricas y empresas y su subdivisión en unidades, la reubicación o desocupación de trabajadores jóvenes, la proliferación de establecimientos destinados a la recaudación de divisas, la constitución de las UBPC, el crecimiento del sector campesino, la ampliación del trabajo por cuenta propia y el incremento de otras ocupaciones de carácter individual, han propiciado, a partir de nuestra falta de reacción, que un segmento considerable de jóvenes no reciban las influencias de nuestras estructuras” (UJC, 1998 apud DOMÍNGUEZ, 2003, p. 26).

Neste cenário, Domínguez (2003) aponta um sintoma que transcende as fronteiras da Ilha, consistindo em uma realidade mundial: a participação dos jovens caminha para um sentido de falta de desejo em assumir as responsabilidades e sacrifícios que a incidência e a mobilização políticas requerem. A consequência disso, de acordo com a autora, é a fragmentação do movimento de juventude em distintos grupos apáticos e desinteressados em participar em qualquer âmbito coletivo, em que, por mais que haja uma incorporação formal, não se confere uma implicação real na transformação social por parte desses novos núcleos de militância. Esse sintoma do capitalismo tardio - no caso de Cuba, do socialismo burocrático tardio - é potencializado com a conjuntura mundial a partir dos anos 2010, em que cresce o movimento de negação da política, ou pós-política (FERNANDES, 2019), em que a esfera da politização não possui mais respaldo, dando espaço para uma noção tecnocrata, “neutra” e administrativa

do fazer político. Desta forma, é estabelecido um ambiente de passividade e de menor conscientização sobre os problemas que lhe afligem, tanto a nível coletivo, quanto particular, levando à menor participação na tomada de decisões e menor protagonismo juvenil.

Nesse sentido, agora especificamente sobre Cuba, a participação juvenil encontra outra barreira que diz respeito à própria estrutura da Revolução e do Estado cubano: a velha guarda ainda é preponderante nas instituições governamentais de Cuba. O fato dos membros do Bureau Político do PCC possuírem uma média de idade de 61,6 anos (FRANCE24, 2021) ilustra esta questão. Em Cuba, essa falta de representatividade jovem na política institucional é mais grave do que em outros países, uma vez que a habilidade de renovar as políticas conquistadas com a Revolução, bem como as estruturas de viabilização destas, são requisitos imprescindíveis para a legitimação e mobilização da sociedade e, por consequência, para a continuidade de um processo revolucionário que tenha como compromisso seu caráter popular. Por conta desta falta de renovação nas instituições do Estado cubano, praticamente todas as análises estudadas apontam uma política institucional que se tornou enrijecida e burocratizada, mantendo os vícios dos primórdios da Revolução e isolando a cúpula diretiva das reais tendências e problemáticas da população da Ilha. Assim, alarga-se o abismo entre Estado e população em termos de participação e representatividade sociais da política: essa falta de diálogo levará a graves consequências na atual conjuntura.

Essa é uma preocupação que o Estado cubano vem tendo, em alguma medida, nos últimos anos. Buscando propiciar o rejuvenescimento sistemático nos cargos partidários, no VII Congresso do PCC, em 2016, o então presidente Raúl Castro propôs 60 anos como a idade máxima para ingressar ao Comitê Central, e até 70 anos para desempenhar cargos de direção no Partido (GRANMA, 2016). Esse é, todavia, apenas um dos exemplos de busca por uma ampla atualização da estrutura estatal que o governo cubano buscou realizar na última década, tendo como marco inicial o VI Congresso do PCC em 2011: esse movimento é conhecido como “Sistema de Atualização do Socialismo Cubano” (OLIVEIRA, 2019).

Esse processo ganhou fôlego com a substituição de Fidel Castro por seu irmão, Raúl Castro, em 2006, por questões de saúde, este que um par de anos à frente seria eleito presidente na Assembleia do Poder Popular. Raúl criou as condições para esse processo de rejuvenescimento da classe política, junto a reformas econômicas no sentido de promover maior abertura da economia. O dirigente teve uma leitura considerada por muitos analistas como correta de algumas das principais lacunas de eficácia que o governo tinha em relação ao seu propósito revolucionário e socialista, buscando trazer soluções para elas em sua gestão (LÓPEZ

H., 2022; SANTOVENIA M., 2022). Por mais que tenha sido de elevada importância uma guinada do governo central na direção da atualização do modelo de socialismo burocrático, de acordo com López Hernández (2022), ela deveria ter acontecido muito antes do ano de 2007, ano em que essa atualização foi anunciada, pois esta deveria ter sido uma resposta direta à crise que a Ilha havia passado com a queda da URSS.

Importante notar que o pontapé inicial destas atualizações só pôde tomar corpo porque Raúl tinha apoio de três setores estratégicos: das Forças Armadas Revolucionárias - FAR, da base do Partido e da sociedade cubana de forma geral. Esta última, nesse momento já significativamente distanciada do discurso oficial, foi reanimada pela intensificação do debate público iniciado pelo novo presidente, este que abria o canal de diálogo com os trabalhadores, em suas mais distintas categorias, para que pudessem expor os principais problemas e participar do processo de reestruturação nacional (OLIVEIRA, 2019).

Todavia, apesar desse ímpeto inicial, a conjuntura ao longo dos anos 2010 foi se reconfigurando, e as promessas de arejamento do poder público e reformulação do projeto revolucionário não foram devidamente consagradas. A transição do cargo máximo do Executivo para o atual presidente, Miguel Díaz-Canel, não significou, portanto, a renovação esperada com a mudança do sobrenome ocupante do posto da presidência, mas sim uma persistência na reivindicação histórica de uma ideia de Revolução que muito se assemelhava à da década de 1960.

Assim, conforme analisado por Oliveira (2018), por mais que estivesse se estabelecendo interessantes movimentações simbólicas, como o discreto deslocamento do poder dos militares e guerrilheiros históricos para civis que se distanciavam desta imagem saudosista, tal qual Díaz-Canel, o novo dirigente não trazia esse simbolismo para a sua proposta de governo. “A preocupação de Díaz-Canel em reverenciar os líderes históricos não é apenas uma postura de respeito, de quem chega no sapatinho para fazer sua parte, mas de alguém que ainda deve explicações e está esperando ordens de outro lugar” (OLIVEIRA, 2018, s/p). Desta forma, a posse do pouco carismático burocrata Díaz-Canel marca a atual fase política de Cuba, nesse desarranjo entre mudança e continuidade. De toda forma, o slogan escolhido pela nova junta política foi a hashtag #SomosContinuidad, na busca de congelar a Revolução e construir uma armadura para manter-se imune às contradições que o desenvolvimento do processo revolucionário inevitavelmente produz: com o ímpeto de se proteger das forças imperialistas, acabam recaindo em uma tentativa anti-dialética de regresso ao passado (GUANCHE, 2021c).

De acordo com a análise da professora Vanessa Oliveira (2018), a troca de presidência para Díaz-Canel suscitou certa insegurança na população por ser inédita a imprevisibilidade dos rumos do poder central em Cuba, bem como por haver uma dose de expectativa no rejuvenescimento da classe política. No entanto, logo a insegurança deu espaço ao vazio, uma vez que o novo governante não remetia à glória da conquista revolucionária, tampouco propunha um projeto de futuro que contemplasse as urgências e particularidades do povo cubano e abrisse espaço para novas construções político-ideológicas da Revolução. “É como se, entre a proto-crise interna e a mais que consolidada crise permanente externa, Cuba tivesse optado por mudar tudo para que nada corra o risco de mudar de fato” (OLIVEIRA, 2018, s/p).

Isso se refletiu em um dos marcos desta nova fase política, o VIII Congresso do PCC em abril de 2021, este que simbolizou a conclusão da primeira transição intergeracional de liderança em Cuba (LÓPEZ-LEVY, 2021). De acordo com Mesa-Lago (2021a), a convocatória do evento é parca e pouco concreta em seus objetivos, sendo, apesar de importantes, redundantes em relação às metas traçadas nos últimos congressos<sup>63</sup>, dada a impossibilidade de cumpri-las.

O segundo elemento central que marca o novo momento político é a aprovação da nova Constituição em Cuba, em 2019, contando com 87% do respaldo popular. Esse documento oficializa essa decisão de projeto político que, por um lado, consolida a abertura da economia com a flexibilização da concepção de propriedade e com a determinação de dar seguimento às reformas econômicas. Por outro lado, reforça o caráter onipotente do unipartidarismo do sistema político, suscitando a obtusa ideia de que o PCC estaria acima da Constituição e, portanto, da soberania popular (LÓPEZ-LEVY, 2021). De toda forma, López-Levy (2021) aponta que essa oficialização no contexto jurídico do projeto político que já transcorria amplia a viabilidade de colocá-lo efetivamente em prática, dando ferramentas a novas gestões que venham a se dispor a implementá-lo. Ademais, conforme ressaltado por Torres Santana (2021), este processo constituinte é marcado por um ambiente político propício a consideráveis desacordos, se distanciando da monocromática unanimidade que o espaço político unipartidário tradicionalmente apresenta, assim possibilitando uma interessante dose de clivagens dentro do corpo dirigente do PCC.

---

<sup>63</sup> São as metas repetidas: “evaluación de la implementación de los Lineamientos (VI Congreso, 2011) y actualización de la conceptualización del modelo económico (VII Congreso, 2016), así como sus resultados; aumento de la producción de alimentos, respuesta de la industria a la demanda interna, ahorro de recursos, incremento de las exportaciones, sustitución de importaciones y participación de la inversión directa extranjera” (MESA-LAGO, 2021a, p. 30).

Conforme apontado pelo jurista Júlio Cesar Guanche (2021b), foi também em 2019 que pela primeira vez foi consagrado expressamente o caráter de partido único da política cubana. Apesar de oficializar-se recentemente, a estruturação unipartidária da política da Ilha remonta desde alguns anos após a conquista da Revolução e é um dos principais fatores a determinar a conjuntura atual de Cuba<sup>64</sup>. O debate sobre o sistema de partido único é demasiado complexo e de forma alguma pretendemos realizá-lo nesta análise; no entanto, o que podemos pontuar é que as mudanças em um sistema de partido único realmente são mais lentas, já que não está submetido ao jogo político predatório. Se por um lado isso é positivo pois possibilita uma governabilidade focada no projeto político, e não no frenético jogo eleitoral, por outro acaba por não acompanhar o ritmo e as tendências da sociedade e subsequentemente não atendendo suas demandas e incorrendo ao risco de não mais representar este povo.

Por mais que proteja a estrutura política da vulgaridade das disparidades partidárias de acordo com projetos que atendam as burguesias nacional e internacional, esta tão típica na América Latina, a hegemonia do PCC - em grande medida pela predominância dos militares da velha guarda revolucionária nos cargos mais altos - acaba por minar a participação política popular. Ao resguardar para si toda a estratégia política, é permitido à população construir apenas as táticas, estas mais próximas de sua vida material e subjetiva do cotidiano. Desta forma, o campo estratégico da sociedade fica restrito aos organismos de poder popular já severamente debilitados, que de acordo com Guanche (2021b) “parecem representar mais o Estado perante a sociedade do que a sociedade e suas nuances perante o Estado” (GUANCHE, 2021b, s/p). Isso geraria um vácuo de mobilização e significação que são disputados por setores contrarrevolucionários. Na medida em que toda a participação política fica dependente de um Estado e um partido que promete amparar a todos e resolver todos os problemas, o único que resta ao povo parece ser aguardar e confiar, o que definitivamente é uma atitude reformista e conformista, oposta à índole revolucionária.

Desta forma, ao restringir o Estado cubano às diretrizes do PCC, e ao mesmo tempo não oferecendo à população um caminho concreto e efetivo para a fase atual da Revolução, a política em Cuba fica estancada, imobilizada e sem ar: é gritante o contratempo da estrutura

---

<sup>64</sup> “La tradición del partido único seguida en Cuba es la de la experiencia socialista del siglo XX, con centro en la URSS. Aquí encontramos un hecho curioso. Si bien desde 1976 hasta 2019 el PCC fue único en la práctica, la Constitución no incluía ese carácter dentro de su articulado, incluso cuando se cambió la base social e ideológica del PCC en la reforma de 1992, respecto a 1976. Ese cambio fue una promesa proveniente de un proceso crítico hacia las propias maneras del partido, que venía del proceso de Rectificación del año 1986, que había señalado muchos problemas de representación, de representación de la diversidad, al interior del sistema político” (GUANCHE, 2021c, s/p).

política em relação à dinâmica voraz e demandante da conjuntura socioeconômica. Em suma, “aferrados a una narrativa que solo apela al *flash back*, nuestros dirigentes y funcionarios pierden de vista el presente e ignoran las señales que les envía el mundo real” (FERNÁNDEZ-BRITTO, 2021, s/p).

A histórica formação partidária em Cuba, no ímpeto de defender os avanços sociais da Revolução que estavam e estão em constante ameaça pelo imperialismo estrangeiro, acabou por estabelecer generalizadamente uma relação de guerra com qualquer forma de oposição. Essa postura altamente defensiva impossibilitou que a complexidade da sociedade cubana fosse contemplada não só pelo aparelho estatal, mas em qualquer canal de expressão. O clima de medo e desconfiança que a luta anti-imperialista perversamente gera levou à repressão de toda oposição ao longo da história da Revolução em Cuba, inclusive internamente ao PCC: isso fez com que importantes quadros, grupos sociais, personalidades e setores da sociedade cubana se afastassem ou até mesmo rompessem com a Revolução (D’ALESANDRO, 2021).

Esse pé de guerra permanente a qualquer forma de oposição remonta à atual situação<sup>65</sup>, em que o governo da Ilha se nega a “acoger voces diversas del campo de las izquierdas, que podrían o bien integrar y dinamizar parte de esas estructuras o bien realizar un acompañamiento crítico. Son rápidamente excluidas, tratadas como *outsiders*. Las consecuencias que eso tiene están históricamente verificadas” (TORRES S., 2021b, s/p). Desta forma, na pretensão de estabelecer um único significante da “Verdade”, conforme indicado por D’Alesandro (2021), “la Revolución se transforma radicalmente y pasa de ser un proceso revolucionario a ser un régimen, con todas las consecuencias políticas y sociales” (D’ALESANDRO, 2021, s/p).

A atual conjuntura latino-americana, em que, de forma geral, os tecidos sociais se encontram mais complexos, revela uma dinâmica muito particular da contemporaneidade: para enfrentar a pesada carga escatológica do capitalismo tardio, as formações coletivas tentam se estabelecer a partir da requintada relação dialética entre a coesão social e classista e a atenção cuidadosa na esfera íntima, particular, subjetiva, e até mesmo psicológica desta tão diversa classe trabalhadora. Essa gramática vai de encontro à forma de operacionalizar a política do Partido Comunista de Cuba, que em grande parte é resultado da anacrônica relação política do bloqueio econômico que os Estados Unidos impõem: essa dinâmica imperialista reforça o vício

---

<sup>65</sup> As próximas linhas, que versarão sobre o tema da criminalização da oposição e seus efeitos sociais, inevitavelmente contarão com predominância na transcrição de citações diretas de alguns dos principais analistas cubanos da atual conjuntura da Ilha, uma vez que seja um dos temas mais alarmantes e com maior potencial de revolta. Esta condição atravessa profundamente as subjetividades e toca em pontos sensíveis da população, suscitando versos bastante expressivos desde a própria seleção de palavras e metáforas, que tentarão ser preservadas.



da estrutura partidária cubana nos tempos da Guerra Fria, ao que o PCC responde novamente a partir da lógica do extermínio (subversão), e não do atravessamento (transgressão) (RUFINO, 2019). Esse raciocínio bipolarizado do governo cubano, ao não encontrar alternativas criativas dentro do estreitíssimo espaço que não é afetado pelo bloqueio, afeta na promoção de uma democracia popular ao povo de Cuba: “actualmente el antimperialismo y la lucha por una transformación que democratice a la sociedad cubana no necesitan estar, como dos fuerzas rivales, a ambos lados del cuadrilátero político” (LÓPEZ H., 2021b, s/p).

Assim, essa instrumentalização pela dicotomia acaba por recair na própria relação com a população: ao reduzir toda a complexidade da sociedade nas duas categorias estanques de “revolucionários” e “contrarrevolucionários”, cria-se nesta última uma “ficción poderosa donde entran cada vez más voces que son, incluso, antagónicas entre sí” (TORRES S., 2021b, s/p). O Estado acaba travando uma guerra sem saber bem quem é seu inimigo, confundindo uma oposição anticomunista organizada e financiada pela indústria anti-Castro<sup>66</sup> em Miami, com uma oposição diversa e essencialmente popular, uma vez que tenha suas demandas embasadas nos anseios da classe trabalhadora cubana, na deterioração de suas condições materiais e subjetivas, opondo-se a um modelo burocrático, e não a um sistema socialista (LÓPEZ H., 2021a).

Desta forma, a parte da população que critica duramente o esgotamento do modelo econômico e político socialista burocrático, em um claro e dialético sinal de esperança na renovação do socialismo na Ilha, acaba sendo caracterizado como inimigo da Revolução. O governo, ao barrar o desenvolvimento do processo revolucionário e prezar pela continuidade de um modelo que não mais dialoga com a realidade concreta do povo cubano, acaba, por definição, assumindo uma postura contrarrevolucionária (LOS COMUNISTAS, 2021b). Como bem pontua Guanche (2021a), “não há nada mais revolucionário que intervir, por meio da política, no curso de acontecimentos que parecem definidos” (GUANCE, 2021a, s/p).

Estas crises combinadas são vividas em um ambiente político em que certos atores agem para tapar hermeticamente as críticas a qualquer ação oficial. Com isso, falam exclusivamente para si próprios e agregam exponencialmente, à crise, problemas políticos – como o acesso aos direitos de participação e a intervenção na deliberação pública. São máquinas de produzir inimigos, elefantes nas lojas de louça dos complexos acordos sociais cubanos. Esse setor político bloqueia conhecimentos e experiências de vastas áreas sociais, rotulando-as de “inimigas”. Eles “programaram” um algoritmo de exclusão que impede a formação de consensos, bloqueia respostas

---

<sup>66</sup> Indústria anti-Castro é uma denominação interessante e recorrente para o massivo esforço por parte do governo dos EUA em desmoralizar a Revolução cubana. O National Endowment for Democracy - NED, principal órgão estadunidense de financiamento de revoluções coloridas, gastou U\$ 4.643.525 em concessões para Cuba em 2018, aumentando em 22% em comparação a 2017 (CUBADEBATE, 2019).

coletivas e mina a confiança social na articulação de esforços e na capacidade das instituições de fornecer respostas públicas aos problemas coletivos (GUANCHE, 2021a, s/p).

Com a manutenção desta política, em que se deixa de ser cidadão para se tornar habitante (LÓPEZ H., 2021b), o governo perde a oportunidade de manejar pontuais desconfortos de diversos setores da população para bater de frente com eles, tendo como resultado a radicalização desta oposição e a generalização de um cansaço, um esgotamento nas raízes deste corpo social (GUANCHE, 2021c). Com a sobreposição da soberania da pátria em relação à soberania popular (LÓPEZ H., 2021b), é estabelecida uma das contradições mais emblemáticas de todo processo revolucionário cubano:

Un pueblo más culto es un pueblo más crítico y una sociedad más crítica a la larga exige espacios políticos que el sistema burocrático no está capacitado para ofrecer (...) La Revolución educó a su pueblo, le dio todas las herramientas intelectuales para que fueran críticos y creativos, pero se las impide utilizar cerrando la política a la casta burocrática. Y peor aún, la imposición de un discurso justificativo de sus limitaciones choca contra el escepticismo del pueblo al que educó y formó (D’ALESANDRO, 2021, s/p).

Este cenário acaba por relevar um país dividido em dois; a separação entre o governo e a classe trabalhadora torna-se cada vez mais visível, especialmente ao ficar evidente que essa diferença se dá também nas condições materiais (LOS COMUNISTAS, 2021a). Essa distância em relação aos interesses populares estabelecida pela forma de governar do PCC é entendida por alguns analistas como fruto da força de alguns setores do Partido, estas não totalmente conhecidas ou delimitadas pela população. A própria estrutura do partido cria um distanciamento interno entre a direção superior do Partido e as suas bases (GUANCHE, 2021c).

Algumas críticas mais ferrenhas, minoria entre as análises, sugerem que determinados setores internos supostamente estariam preparando o terreno caso a Revolução venha a cair, protegendo a si e a sua família financeiramente na transição de bens estatais a mãos privadas (MORALES D., 2010). Por mais que não imediatamente relacionadas com uma restauração do capitalismo, os redatores do blog Los Comunistas (2021b) sinalizam que setores da burocracia percebem que não mais poderão manter seus privilégios perante a crise econômica, não descartando a adoção de outros caminhos em direção à propriedade burguesa. Ao comparar um hipotético resultado da atual situação do processo revolucionário com os países soviéticos pós queda do bloco comunista, a parcela da sociedade que secretamente compartilha este receio teme que a história se repita pela primeira vez como tragédia, e pela segunda vez como farsa (MARX, 2011a).

Nesse cenário todo, pode surgir um questionamento importante: é possível dizer que existem classes sociais em Cuba? Seria a sociedade cubana atual uma sociedade de classes? Parece que as reações a esta pergunta em certa medida dividem a oposição socialista ao governo vigente: alguns, em um misto de raiva e ressentimento, ou em tom de obviedade, afirmam que sim, como Santovenia M. e Rigori N., respectivamente; outros, com certo receio e melancolia, indicam que não, como o artista Juan. No entanto, não é raro encontrarmos em diversas análises referências a uma nova classe militar empresarial (D’ALESSANDRO, 2021), uma classe burocrática (LÓPEZ H., 2022), uma burocracia conquistadora (VALDÉS N., 2021) ou até mesmo uma nova burguesia (ZIBECHI, 2021).

As mais duras críticas versam sobre o controle do pensamento crítico por essa “casta burocrática”, que teria a capacidade de gerir de forma ineficaz os então controlados meios de produção a seu gosto, sem a necessidade de prestar contas (ZIBECHI, 2021). Ao não declarar seu patrimônio pessoal e manter oculta sua vida privada, controlaria os meios e não nutriria compromisso mais do que com ela mesma, construindo “un capitalismo de la peor especie y vestirse con desfachatez de socialista para la escena pública” (GARCÍA G., 2021, s/p). A análise do acadêmico D’Alessandro (2021), bastante explorada neste estudo, ao sugerir tratar a atual conjuntura de um sistema pós-capitalista mais que socialista, também possui forte dose condenatória:

La formación económico social cubana –tal como en el socialismo real- estancó las fuerzas productivas, y en todas las fases del proceso económico. Las reivindicaciones campesinas buscan habilitar el autonomismo, empoderarse de su realidad, liberalizar la producción y la distribución, pero, creemos, chocará contra el poder y los intereses de la clase burocrática. Los trabajadores, sin organizaciones que los defiendan seriamente, quedan a merced de la explotación del Estado y por tanto, de su burocracia. ¿No son estas acaso, contradicciones antagónicas? Sin duda esta lucha de clases no es hoy un momento de clases en lucha, pero esto no confirma lo sostenido por Raúl acerca de la inexistencia de contradicciones antagónicas en la sociedad cubana (D’ALESSANDRO, 2021, s/p).

Apesar de circularem estes austeros apontamentos em relação ao governo, a sociedade mantém sua coesão e defesa à nação de Cuba perante as desgastadas, porém importantes medidas de bem-estar social conquistadas ao longo do processo revolucionário, sobretudo nas áreas de saúde, educação e segurança pública (LÓPEZ-LEVY, 2021): essa garantia, oposição alguma consegue rebater. A ideia de soberania nacional e altivez combativa em relação ao imperialismo segue fortalecendo a unidade e o imaginário do povo cubano, ainda mais quando comparado com o resto dos países da periferia do sistema capitalista. No entanto, se esse

consenso é mais consolidado entre a população de idade mais avançada, entre a juventude ele está cada vez mais mingado.

Um setor importante que historicamente faz frente à burocracia cubana é a arte e a cultura. Essa tonalidade da crítica popular é sensivelmente expressa no clássico filme do diretor cubano Tomás Gutiérrez Alea, “Fresa y Chocolate” (1994), figurada pela frase da paradigmática personagem Diego que, enfurecido por mais uma censura de suas exposições pelo governo central, brada: “el arte no es para transmitir, es para sentir y pensar. Que transmita la radio nacional!”. Neste trecho, demonstra-se com vibrante didatismo uma das questões centrais que marca a nova etapa da transição socialista na Ilha a partir da crise dos anos 1990: o governo mantém o elemento de reificação das coisas no que tange à subjetividade das pessoas, à produção e expressão artística dessas pessoas, marcas das contradições de uma sociedade em transição socialista que ainda convive com o Estado. Assim, se evidencia alguns resquícios anacrônicos dos setores dirigentes: o papel do sujeito, do particular, do subjetivo e do pessoal em um processo revolucionário; a diferenciação entre a contradição da pele pra dentro e a contradição das fronteiras nacionais pra fora; a prática emancipatória - que, conforme Rufino (2019), consiste na combinação de autonomia, liberdade, ternura e utopia - a qual toda Revolução deve direcionar seus esforços.

Os desentendimentos entre o governo e a classe artística remontam desde a década de 1970. Conforme discorrido pela professora Vanessa Oliveira (2019), entre os anos 1971 e 1976, a censura foi redobrada aos intelectuais e artistas cubanos pelo então comandante do Conselho Nacional de Cultura (CNC), Luis Pavón Tamayo: este período ficou conhecido como quinquênio cinzento<sup>67</sup>. Quando este sujeito foi homenageado pela televisão estatal Cubavisión no dia 5 de janeiro de 2007, como ápice de um movimento revisionista por parte do governo quanto a este duro período para a classe artística, despontava na contemporaneidade o potencial de confrontação desta categoria: em revolta a esta honraria, ocorreu o emblemático episódio conhecido como “guerra dos e-mails”, em que artistas cubanos realizaram um protesto virtual com visibilidade internacional exigindo ao menos um pedido de desculpas oficial, o que, dada a repercussão, foi atendido.

Este episódio demonstrava que os artistas da Ilha, ao buscarem canalizar sua expressividade de acordo com as mudanças sobretudo tecnológicas que se desdobram mundo afora, dispõem de uma importante vantagem no fortalecimento e alcance de sua oposição. Desta

---

<sup>67</sup> Oliveira (2019) relata que as acusações deste período não se restringiam apenas à atividade contrarrevolucionária, mas abarcava também “desvios morais” e “fraquezas ideológicas”, tais quais a homossexualidade.

forma, “esta foi a primeira vez que a internet serviu não apenas como suporte, mas como catalisador da contestação interna, de esquerda, à política estatal cubana” (OLIVEIRA, 2019, p. 149). Esta mobilização definitivamente não terminou com este episódio: os Congressos organizados pela Unión de Escritores y Artistas de Cuba - UNEAC nesta época, que contabilizavam cerca de 5 mil assembleias, levantavam diversas demandas populares e denunciavam o atual estado da Revolução. A partir daí, se construía uma nova fase de oposição à burocracia, em que ano a ano diversos setores do ramo cultural tentavam realizar negociações com o governo da Ilha (GROGG, 2015), estas totalmente frustradas.

Assim estabeleciam-se as bases para a mobilização cultural ocorrida em 27 de novembro de 2020 e o manifesto 27N. Este protesto foi uma reação ante o despejo de um grupo de grevistas de fome do Movimiento San Isidro - MSI, em que se aglomeravam centenas de jovens, artistas e intelectuais em frente ao Ministério da Cultura - MINCULT, em Havana, contando com mais de 300 pessoas, bem como com a presença de figuras importantes para a história cultural cubana, como o músico Silvio Rodríguez. Nesta manifestação, um dos objetivos principais era combater o Decreto 349, que submetia as produções de todos criadores *cuentapropistas* independentes à aprovação institucional, sendo esta, então, a única forma de vender sua arte (AFROCUBAWEB, 2021).

O MSI, organização cultural que reúne artistas e criadores cubanos - em especial rappers, que o caracterizaram pelo rap anticomunista *Patria y Vida*<sup>68</sup> - opositores ao governo de Cuba e à Revolução, mediante financiamento do governo estadunidense<sup>69</sup>, representa a captação das forças imperialistas dos anseios do povo cubano aos desconfortos quanto ao atual estágio do processo revolucionário e o desinteresse do Estado cubano em disputar esse mal-estar coletivo. Com esse vácuo de representatividade no aparelho estatal de seu próprio país, e o desdém de seus dirigentes nacionais em relação às demandas de sua categoria, uma parcela de artistas desiludidos com uma renovação do socialismo e deslumbrados com os benefícios que os EUA poderiam lhe proporcionar, aceitaram tornar-se o rosto do projeto imperialista para a Ilha. Como bem questionado por Aybar (2021), “qué debilitamientos y fracturas permitieron que víctimas del bloqueo se identificaran con los instrumentos ideológicos de quienes lo aplican

---

<sup>68</sup> Este rap, que logo se transformou em um slogan deste movimento de protestos, se opõe à tradicional consigna da Revolução “Patria o Muerte”. A música marcou um novo fôlego do financiamento da indústria anti-Castro: meses depois do lançamento do rap, a US Agency for International Development - USAID emitiu um edital de US\$ 2 milhões para subvenção de organizações da sociedade civil que visassem à mudança de regime em Cuba.

<sup>69</sup> Nos últimos cinco anos, os Estados Unidos destinaram ao menos US\$ 67 milhões para fomentar programas ligados ao MSI, o que foi reforçado com os protestos do 27N pela oferta de *grants* valendo US\$ 1 milhão para apoiar iniciativas da sociedade civil que se opusessem ao regime cubano (GUANCHE, 2020).

y de quienes lo defienden”. Assim, a única oposição ao governo de Cuba realmente organizada assim o é por conta de uma política do governo estadunidense, em uma clara agenda de *regime change* que instrumentaliza uma oposição não só ao governo da Ilha, mas ao socialismo, ao comunismo e às esquerdas em geral (TORRES S., 2021a).

De toda forma, o 27N se expandiu para além das demandas do setor cultural, dialogando com outras reivindicações a nível nacional. Neste evento, pela primeira vez em todo processo revolucionário, grupos diversos de pessoas auto-organizadas ocupam o espaço público para articular distintas demandas políticas e pressionar um órgão do governo (DOMÍNGUEZ D., 2021). É marcada uma virada na “toma de conciencia y la elaboración propia de un lenguaje de derechos y de repertorios de contestación hasta hace poco desconocidos en Cuba” (GUANCHE, 2020, s/p). A partir deste acontecimento, como explica Guanche (2020), começa a ganhar mais estrutura e visibilidade uma oposição alternativa à tradicional oposição contrarrevolucionária financiada por Miami: um novo movimento opositor se mostra com consistência, oferecendo um caminho nunca antes visto na Ilha para aqueles que possuem uma visão questionadora do desempenho estatal, mas não se reivindica dissidente ou contrário à Revolução ou ao socialismo.

## 5 11J: ESTALIDO SOCIAL E AS ENCRUZILHADAS LATINO-AMERICANAS

O fervilhar de todos estes elementos até agora trabalhados teve, enfim, seu momento de irrupção: no dia 11 de julho de 2021, as ruas de diversas regiões da Ilha foram incorporadas por centenas de manifestantes. É neste momento que Cuba se depara com a pedra da repetição que trabalhamos na abertura desta análise, sendo o 11J o cenário detonador.

Os protestos começaram na cidade de San Antonio de los Baños, do estado de Artemisa, localizado a cerca de 30km a leste de Havana, em que se concentraram de 400 a 500 pessoas. Outro município que logo entrou na mobilização foi Palma Soriano, do outro lado a Ilha, a que se somaram entre 500 a 1000<sup>70</sup> pessoas (LIMIA, 2021). A onda de protestos rapidamente se alastrou pelo país, fazendo com que várias outras cidades, como Bayamo, Manzanillo, Camagüey, Santiago de Cuba e Holguín, contassem com mobilizações de seus cidadãos, cada uma com uma intensidade particular (LOS COMUNISTAS, 2021a). Não há nenhuma precisão quanto ao número de cidades que aderiram à onda de protestos, variando muito de acordo com os meios de informação; se em algumas fontes contabilizam de quinze a vinte cidades (VASCONCELOS, 2021c; LOS COMUNISTAS, 2021b), outros mencionam adesão em até sessenta localidades (GUANCHE, 2021c). Por fim, os protestos chegaram à capital, em que, segundo dados não oficiais, entre 2 e 3 mil habaneros iam às ruas (LOS COMUNISTAS, 2021a).

O que chama a atenção é menos o volume de pessoas que estiveram mobilizadas, e mais a velocidade com a qual os protestos se estenderam pelo do país (LOS COMUNISTAS, 2021b). Esta rapidez se deu por conta do papel das redes sociais como ferramenta de mobilização, em que, no mesmo momento em que se tomava as ruas, cubanos do outro lado da Ilha viam as gravações ao vivo pela internet e eram estimulados a levar suas frustrações às ruas de sua própria cidade (TORRES S., 2021a). Com isso, os protestos chegaram até a frente do Capitólio, sede oficial do Parlamento cubano em Havana, em que se reuniam cerca de 200 pessoas (LOS COMUNISTAS, 2021a). De toda forma, pode-se dizer que os protestos não tiveram caráter majoritário: o cenário foi mais de alguns grupos espaçados de pessoas que decidiam ir às ruas de forma peculiarmente espontânea, não sendo fruto de organização popular, de movimentos sociais ou de uma liderança política; por onde passavam, podiam ou conquistar algum apoio

---

<sup>70</sup> As cifras destes protestos são registradas nas mais variadas quantidades, uma vez que seja bastante difícil fazer essa contabilização em Cuba por conta da omissão do governo quanto à cobertura das manifestações (GUANCHE, 2021c).

dos vizinhos, por mais que estes não se dispusessem a ir às ruas contra o governo, ou eram totalmente rechaçados por outra parte da população, que condenava e repudiava os atos.

É interessante notar que os protestos se originaram em zonas periféricas, nos bairros proletários, mais empobrecidos e marginalizados; mesmo na capital, foi nas regiões mais precarizadas que os protestos tiveram mais fôlego. Isso escancarou as desigualdades regionais que nas últimas décadas foram se estabelecendo nas diferentes partes da Ilha: das quinze províncias, apenas duas recebem 70% de todo investimento do país, e Havana sozinha recebe 6 a cada 10 divisas que entram em Cuba (GUANCHE, 2021b). Conforme bem pontuado por Torres S. (2021), portanto, “la dimensión territorial, que es también socioclasista aunque hay heterogeneidad en los barrios cubanos, es muy decidora y pienso que explica más las protestas” (TORRES S., 2021b, s/p).

Apesar de se tratar o povo cubano de um povo em geral muito politizado, nestas zonas, a consciência política tende a diminuir, a aridez da precariedade e as necessidades da sobrevivência se sobressaem às questões ideológicas. É deste lugar que a personagem de Diego, de Fresa y Chocolate, questiona “quem paga os erros da Revolução?”: as razões do colapso da economia do país não importam ao trabalhador e a sua família quando não se tem o que colocar no prato (LOS COMUNISTAS, 2021a). A partir disso, fica evidente como o fator de classe determinou os protestos do 11J (GUANCHE, 2021c), o que remonta a um gradual empobrecimento da sociedade cubana ao longo dessas décadas em crise:

Una honda larga de ese proceso remite a la crisis de los años 1990, que implicó una progresiva reestructuración socioclasista de la sociedad cubana y la ampliación del empobrecimiento y la desigualdad. Una honda más corta comienza con el proceso de reforma económica y de la política social, que inició alrededor de 2006-2007 aunque se profundizó hacia 2011 y llega al presente. Su última etapa es la Tarea Ordenamiento, desde enero de este año (TORRES S., 2021b, s/p).

Por mais que a esta altura da análise já tenhamos fundamentações suficientes para entender as razões pelas quais esta parcela da sociedade cubana foi às ruas, podemos pontuar, na tentativa de sintetizar as distintas enumerações que diversos analistas estabeleceram (MESA-LAGO, 2020b; SANTOVENIA M., 2022), os fatores mais mencionados como disparadores desse estalido social. São eles: 1) *tiendas* de divisas e economia desgastada, dolarizada e dependente; 2) modelo planificado e burocrático, especialmente o decreto 349; 3) apagões e cortes de energia; 4) sanções impostas por Trump. Um quinto fator, que mais teria servido como a gota d'água, ou o pontapé inicial, foi o pico nos casos de COVID-19 dias antes das



manifestações, especialmente na província de Matanzas. Os redatores de Los Comunistas bem resumiram a tonalidade das reivindicações:

La principal causa de las manifestaciones fue el descontento generado ante la terrible escasez provocada por la crisis económica, las sanciones económicas impuestas por el gobierno estadounidense y la cuestionable e ineficiente gestión de la burocracia estatal. Fue el desabastecimiento de alimentos y productos de aseo, la existencia de las tiendas en Moneda Libremente Convertible a las que solo se puede acceder mediante divisas y que acumulan una parte importante de la oferta de productos básicos; las largas filas para la compra de alimentos tan básicos como el pan; la escasez de medicamentos; la medida gubernamental donde se prohíbe a la población depositar dólares en los bancos; el alza de precios en servicios públicos (el transporte en La Habana aumentó en un 500% el precio del pasaje); el recorte de gratuidades; el aumento drástico de la inflación; el encarecimiento de los productos básicos; y los largos cortes de electricidad, fueron los factores objetivos que provocaron un escenario propicio para un estallido social (LOS COMUNISTAS, 2021a, s/p).

Ademais, a militante feminista Ailynn Torres Santana (2021a) pontua a significativa mobilização da comunidade trans nos protestos. Essas mulheres gritavam pela escassez de comida e alimentos, pelo assédio moral que policiais cometem contra pessoas trans, pela discriminação social à comunidade. Como principais reivindicações, colocam a necessidade de elaboração e aplicação de políticas laborais específicas para a população trans, bem como a urgência de obtenção de preservativos, como forma de assegurar seus direitos sexuais e reprodutivos. Ressaltamos que essa foi a única luta anti-opressão forjada na sociedade civil que organizou demandas específicas no contexto dos protestos do 11J, o que pode dar fruto a outra análise posterior.

Assim, as reivindicações possuíam uma agenda heterogênea, na medida em que misturavam a indignação pela deterioração das condições de vida, o protesto contra a censura e repressão por parte do governo, e o uso cínico e demagógico da defesa da democracia por parte dos setores contrarrevolucionários e pró-imperialistas. No entanto, como a única expressão de oposição que está disponível ao povo é a de caráter imperialista, as consignas que foram bradadas e que acabaram por nomear estas inconformidades foram diretamente importadas da oposição ultradireitista de Miami: nas ruas se falava de “Pátria e Vida”, “Liberdade”, “Abaixo à ditadura” e outras ofensas ao presidente Díaz-Canel. Por mais que estas pessoas, ao serem entrevistadas, não se posicionassem contrárias à Fidel Castro ou ao socialismo, essa opinião acabou por não ficar explícita nas ruas (LOS COMUNISTAS, 2021a).

Essa direção nos leva a considerar mais uma camada da já complexa situação em que se encontra o processo revolucionário e todos nele circunscritos: a eclosão dos protestos não se fez de maneira tão espontânea assim. Como já exposto anteriormente nesta análise, é fato que,

para além do bloqueio econômico – como se não bastasse –, os Estados Unidos mantêm todo um aparato de comunicação contra a revolução a partir de Miami, contando com dezenas de canais de rádio e televisão<sup>71</sup> que transmitem a propaganda neoliberal em Cuba, especialmente à juventude, ponto nevrálgico do impasse atual do processo revolucionário (IELA, 2021). Ademais, o imperialismo financia dissidentes cubanos emigrados, principalmente aqueles que representam setores do ramo cultural, como o polêmico Movimento San Isidro – este que mantém laços com a direita internacional (ROSENTHAL, 2021).

Nesse sentido, o analista espanhol Julián Macías Tovar, por meio da investigação da campanha nas redes sociais a partir da hashtag #SOSCuba que impulsionou os protestos do 11J, provou que essa se tratava de uma intervenção dos EUA e o uso de táticas típicas de golpes brandos nos protestos: foi averiguado o uso intensivo de robôs, algoritmos e contas recém criadas para a ocasião, contabilizando uma automação de 5 retuítés por segundo (CUBADEBATE, 2021a). Ademais, assinala que a operação teve como referência o argentino Agustín Antonneti, que integra a diretista Fundación Libertad e participou ativamente nas campanhas de boatos e *bots*<sup>72</sup> nas redes sociais contra processos de esquerda na América Latina, como Evo Morales na Bolívia e López Obrador no México (CUBADEBATE, 2021a). Assim, o 11J facilmente se enquadra no que Korybko (2018) pontuou como o “acontecimento” necessário para a implementação das revoluções coloridas.

Esta forma de terrorismo que os Estados Unidos aplicam em Cuba, no entanto, não é nada recente: desde o triunfo da Revolução em 1959, Cuba sofreu mais de 500 agressões orquestradas diretamente pela Casa Branca e suas extensões, contando com tentativas de assassinatos às lideranças - apenas Fidel teve sua morte preparada pelos EUA mais de 630 vezes -, de invasões armadas por pontos estratégicos da Ilha, assassinatos a jovens alfabetizadores, sabotagem e queda de avião cubano com civis em voo, e a célebre invasão à Baía dos Porcos (MONZÓN, 2021). Desta forma, os EUA unem ao nefasto bloqueio econômico este arsenal de sua inteligência para promover uma guerra no estilo não-convencional a Cuba, em uma tentativa insistentemente falha de mais de 60 anos de duração de derrubada de um regime socialista que, para sua vergonha, vigora a apenas 150km de distância de si.

Desta forma, o governo dos Estados Unidos está atento às lutas de classes travadas nos países em que intencionam incidir. A atual estratégia dos Estados Unidos para Cuba, então, é

---

<sup>71</sup> Cubanet News Inc., Radio Televisión Martí, El Estornudo e YucaByte são alguns dos canais de comunicação transmitidos em Cuba que são abertamente financiados pelo governo dos Estados Unidos (SÁNCHEZ, 2021).

<sup>72</sup> Bots, em abreviatura da palavra “robô”, é um software que busca simular o comportamento humano, ao mesmo tempo que executa em alta velocidade ações pré-programadas de forma mecanizada e repetitiva.

realizada com as vestes das guerras de quarta geração, refinando essa impossibilidade na diferenciação do inimigo e da população civil. Para tal, taticamente fortalece a classe trabalhadora insatisfeita para atacar o Estado revolucionário, com o objetivo final de expropriar o sujeito coletivo cubano (TORRES S., 2021a). Assim, com a indústria anti-Castro,

se ha creado un nuevo tipo de contrarrevolución, que nace de sectores de clase media, muchos profesionales nacidos y criados en Revolución, que miraron al exterior y a partir de las nuevas tecnologías han establecido medios digitales financiados con fondos de la USAID y la NET y que actúan y tienen un discurso y una agenda tal, que presentan los artículos como si estuvieran en La Habana, en Villa Clara o Santiago de Cuba (...) Es una contrarrevolución desde afuera que tiene un segmento en Cuba, entre los sectores intelectuales y académicos. Y hay un sector poblacional que sin ser contrarrevolucionario no es tampoco revolucionario, y que puede ser manipulado emocionalmente a partir de las claves de estas campañas mediáticas y de redes sociales (LIMIA, 2021, s/p).

É selada, assim, a típica jogada do neoliberalismo e do imperialismo, em que ao longo de décadas inviabiliza e detona substancialmente as condições de vida de uma população subalternizada, para posteriormente alegar ineficácia e disfuncionalidade por parte de seus governantes, oferecendo-se como salvação da própria armadilha que criou. Não à toa, uma das reivindicações que os robôs estadunidenses mais tentaram emplacar entre a população cubana é o pedido de intervenção humanitária, ou a criação de um corredor aéreo humanitário; no entanto esta demanda evidentemente não teve respaldo nas ruas da Ilha, sendo apoiada apenas pela direita cubano-americana em Miami. Assim, os protestos do 11J, “sospechosamente sincronizados” (FERRER, 2021), são considerados por alguns analistas como um experimento piloto dos serviços de inteligência e de várias agências estadunidenses para avaliar o terreno para dar seguimento à política golpista (FAZIO, 2021).

De todo modo, não é exagero afirmar que o 11J se trata do maior protesto nos últimos 60 anos em Cuba, desde o início da Revolução. O último protesto massivo que tomou corpo na Ilha foi em agosto de 1994, o chamado Maleconazo, em que se realizava, em reação ao desespero instaurado na população pelas graves consequências do Período Especial, uma marcha com a mesma espontaneidade do 11J. Sua principal consequência foi a saída de milhares de pessoas do país em direção à Flórida, o que então passava a ser permitida pelo governo, montando a chamada “crise dos balseros” (LÓPEZ H., 2019). Este evento foi encerrado com a presença de Fidel, então presidente, no centro de Havana, onde as manifestações aconteciam, em um gesto típico da gerência cubana. Distintos analistas apontam a liderança de Fidel como imprescindível para que houvesse um bom manejo desta insurgência popular, uma vez que o comandante indiscutivelmente tenha sido muito articulado ao construir

consensos e lidar com dissensos desta época (GUANCHE, 2021a). No entanto, um líder carismático que oferecesse respostas a curto prazo, e uma população com esperanças e não totalmente desgastada, são dois dos fatores que diferenciam aquele momento da conjuntura atual.

Na tentativa de recriar a resposta de Fidel, o presidente Díaz-Canel foi até as ruas de San Antonio de los Baños para estabelecer um diálogo inicial com os primeiros manifestantes, conferindo uma certa legitimidade a estas primeiras reivindicações (VASCONCELOS, 2016). No entanto, com o robustecer dos protestos e sua disseminação pelo país, o dirigente assumiu uma reação de outra natureza: ao pronunciar-se em rede nacional, atribuiu aos protestos um caráter unicamente imperialista, acusando se tratar meramente de uma tentativa de golpe brando em uma guerra não-convencional travada pelos Estados Unidos, relegando à população apenas o papel de “revolucionários confundidos” que haviam sido manipulados pelos contrarrevolucionários. Por fim, enunciou o catastrófico chamado: “A ordem de combate está dada. Às ruas os revolucionários” (CUBADEBATE, 2021a).

Guanche (2021a) pontua que, apesar de esta distinção entre “contrarrevolucionários” e “revolucionários confusos” ser uma desastrosa tentativa de dar alguma legitimidade aos protestos, o fato da primeira solução adotada pelo governo ter sido um chamado ao combate à população definitivamente foi na direção contrária à uma resolução adequada para um governo socialista: ao tentar apagar o fogo, ateuva-se gasolina. Assim a situação escalava-se para outro viés: por mais que a resposta com alta carga militar fosse direcionada a uma agressão externa, ela estava sendo dada em direção a um protesto civil, que de fato contava com componentes de violência civil, mas era sobretudo pacífica (GUANCHE, 2021c).

Assim, ao adotar um discurso de ódio que fomentava a divisão da população em “revolucionários” e “contrarrevolucionários” (GARCÍA G., 2021), esta intervenção acabou por autorizar a violência entre civis (TORRES S., 2021a). Perdia-se a oportunidade de oferecer ao povo uma solução criativa às demandas reivindicadas, de fazer com que suas insatisfações perdessem seu posto por excelência, e não pela força, e de dar segurança à população quanto ao não uso de armas ou aplicação de qualquer tipo de violência. De acordo com o consternado e encarnado relato do comunicador social Giordan Rodríguez Milanés (2021), se esta guerra começou sendo contra o imperialismo yanque, agora se desloca para uma guerra entre os cubanos: foi chamado ao combate “un pueblo cuya idiosincrasia es pelear, que parece que está peleando hasta cuando celebra” (RODRÍGUEZ M., 2021). Como aponta D’Alessandro (2021),

se esse tipo de decisão isola politicamente a Revolução de seus inimigos, também acaba por isolá-la de seus amigos.

Os protestos do 11J foram essencialmente pacíficos, contando em sua maioria de marchas embaladas por palavras de ordem e desenhadas por cartazes condenatórios. Contou com uma série de invasões às *tiendas* MLC, em que a população pegava para si itens básicos que até então não estavam tendo acesso, o que era retratado pela imprensa estatal como furtos de eletrodomésticos de alto valor. Também viralizaram nas redes sociais, dentre outras formas de manifestação mais físicas e contundentes, vídeos de grupos de manifestantes revirando e destruindo viaturas policiais.

Se, por um lado, não houve repressão a alguns tipos de agressão à autoridade, contrastando com a truculência das polícias nacionais em protestos ao longo da América Latina, alguns policiais e civis convocados incorreram em excessos, principalmente ao planejadamente mimetizarem-se de manifestantes comuns (LÓPEZ H., 2021a). Forças do governo vestidas à paisana atuaram para causar desordem e subverter os protestos, bem como civis que foram levados ou convocados por instituições laborais ou políticas a portar-se desta forma para simular uma imediata oposição aos protestos (TORRES S., 2021a; GARCÍA G., 2021). A violência foi, portanto, generalizada e produzida por diversos atores sociais, montando um cenário inédito nas ruas cubanas; no entanto, a narrativa oficial apenas retratou a violência promovida por manifestantes contra civis pró-governo, contra a política e bens do Estado, criando um ambiente que tornava aceitável ou até mesmo justificável uma dura represália pelas forças do governo aos protestos: marcava-se, assim, um antes e depois na tradição revolucionária de não-violência estatal (GUANCHE, 2021c).

Desta forma, o governo cubano instaura a criminalização da dissidência: “vigilancia constante, amenazas, detenciones arbitrarias, arrestos domiciliarios ilegales, calumnias sin fundamento, cortes de Internet y todo tipo de comunicaciones, actos de repudio y largas condenas de prisión” (LÓPEZ H., 2021b). Ao condenar uma diversidade de expressões de cidadania como “líderes da restauração capitalista” ou “opositoras ao socialismo”, as autoridades empenharam uma ação de forte repressão policial em várias cidades e generalizando os mandados de prisão, levando à prisão conhecidos militantes socialistas e comunistas de Havana que representavam setores comprometidos com a defesa da Revolução, inclusive alguns membros do próprio Partido (LOS COMUNISTAS, 2021b).

A descartabilidade com que as forças policiais lidaram com os manifestantes afetados ficou escancarado com o posicionamento da mídia estatal frente a única pessoa morta nas

manifestações, conforme nota oficial: “resultó fallecido el ciudadano Diubis Laurencio Tejeda, de 36 años de edad, (...) con antecedentes por desacato, hurto y alteración del orden, por lo cual cumplió sanción” (CUBADEBATE, 2021b). Para além do fato de que deveria ser intolerável para a ética revolucionária que haja sequer uma pessoa morta, a forma com que se anuncia esta morte, priorizando seus antecedentes criminais, denota a desumanização como instrumento de diminuição da dor nacional com esta perda (TORRES S., 2021a).

Nessa linha, o tema dos presos políticos do 11J marcou esse momento de explosão social, estabelecendo a tônica do atual debate político na sociedade cubana. A forma como foram aplicadas as prisões no 11J e o modo como as autoridades foram organizadas para realizar esta operação evidenciou ainda mais o rombo entre o fazer política dos militares do PCC e da sociedade cubana atual. O cenário nas ruas do dia 11 de julho era de estações policiais movimentadas por pessoas, sobretudo mulheres, buscando o paradeiro de seus familiares, amigos e companheiros (TORRES S., 2021a).

As prisões de Frank García Hernández, historiador marxista, de Leonardo Romero Negrín, jovem militante da UJC e estudante de Física, e de Maykel González Vivero, diretor do famoso blog LGBTQIA+ Tremenda Nota, são apenas alguns dos casos em que as detenções foram escancaradamente injustificadas, porém se destacaram por gerarem repercussão internacional e mobilizarem movimentos sociais e lideranças políticas no mundo todo (MARX21.NET, 2021). O caso do estudante Leonardo Romero é emblemático: por manifestar-se segurando um cartaz contendo os dizeres “Socialismo sí, represión no”, foi levado em detenção pelas autoridades cubanas, em que, conforme expressou em seu minucioso testemunho ao Conselho Editorial do blog La Joven Cuba (2021), passou por situações de abuso de autoridade e violência policial, sendo notável o caráter homofóbico de algumas das agressões. A partir deste cenário, Alina Bárbara López Hernández (2021b) defende que a falta de liberdade aos que possuem outras interpretações do socialismo ou da Revolução em relação ao governo e ao Partido e se atrevem a expô-las em público, não tem a ver com ideologia, e sim com o exercício de poder em relação ao povo.

Se esta foi a resposta mais imediata do governo aos protestos, que arrebatou a sociedade com maior simbolismo e contundência, também há de mencionar que posteriormente se adotou uma postura de mais abertura e solidariedade em relação ao povo e aos afetados pelos distúrbios do dia 11 de julho. Ao entender que a gravidade do conflito deveria ter uma mediação política, Díaz-Canel fez sessões de diálogos com movimentos estudantis, organizações de bairro, as

recém-criadas organizações de mães<sup>73</sup>. Além disso, o governo aumenta o envio de cestas básicas a bairros mais pobres, cria-se uma nova política de incentivo e subsídio ao uso de energias renováveis pelas comunidades, se anunciam novas medidas aduaneiras para facilitar a entrada de medicamentos, alimentos e produtos de higiene, se estabelecem novos regimes salariais e flexibilização no acesso das “libretas de abastecimento” (PULSO LATINO 48, 2021; TORRES S., 2021a).

Após realizada essa exposição dos principais elementos que remontam aos protestos do 11J, podemos dividir, a partir das fontes consultadas, o corpo de manifestantes nas ruas e suas respectivas reivindicações em três categorias: 1) as organizações contrarrevolucionárias pagas pelos EUA, reivindicando a queda do PCC e do socialismo; 2) grupos de intelectuais, que gritam pelas liberdades civis e fim da censura; 3) classe trabalhadora, que clama pela melhora nas suas condições de vida. Entendendo desta forma, não se pode reduzir este estalido social a contrarrevolucionários versus comunistas, ou classe trabalhadora versus burocracia, sob risco de fazer uma leitura equivocada das forças sociais que operam e interagem hoje na Ilha, que possivelmente conduziria a soluções equivocadas para problemas mal avaliados.

Por conta desta falta de obviedade na caracterização da população que saiu às ruas, estrategicamente estabeleceu-se uma grande disputa pelos significados do 11J. O mais evidente é a manipulação do grupo de contrarrevolucionários financiados pelos EUA - entre financiamento de setores políticos, de meios de comunicação e de Igrejas - para converter as manifestações em atos de oposição à Revolução, ou até mesmo colocar a intervenção estrangeira como pauta (LIMIA, 2021). Este setor evidentemente teve a função de organizador dos protestos por meio das redes sociais, conferindo maior grau de complexidade e contradição a estes; no entanto, definitivamente não foi o principal fator que levou ao estouro das manifestações (LOS COMUNISTAS, 2021a). Essa linha, que nunca teve o diálogo com o governo como um objetivo, deleita-se ao demonizar o comunismo e os funcionários do Partido e deu a característica principal de alarde aos protestos que é a massiva repercussão midiática dos protestos nas redes sociais.

Todavia, foi a classe trabalhadora que compôs as ruas do país a 11 de julho em sua esmagadora maioria (LOS COMUNISTAS, 2021a). Ainda que se trate de uma coletividade que não possa ser tomada de pronto como politicamente consciente, que exigia mais socialismo e criticava a burocracia degenerada, nem entre a classe trabalhadora, nem entre os jovens

---

<sup>73</sup> Nos últimos anos, uma nova faceta do feminismo na Ilha se desdobra, com a criação espontânea de grupos de mães que buscam discutir e enfrentar coletivamente as necessidades e desafios de reprodução da vida (VASCONCELOS, 2021a).

universitários: muitos entendem o comunismo ou o socialismo como ultrapassado, ou diretamente negativo (TORRES S., 2021b). No entanto, o movimento não pode ser visto como de simples e imediata oposição ao socialismo para um aceno ao capitalismo: o nacionalismo cubano é muito forte entre esses setores da sociedade, sendo a soberania anti-imperialista a principal base da construção do consenso entre a sociedade. Portanto, os significados destas insatisfações populares que atendam aos interesses do capital internacional não possuem lastro na sociedade cubana, havendo um consistente rechaço à ideia de intervenção militar dos Estados Unidos em Cuba; isso só se verifica entre os setores contrarrevolucionários financiados pelo império (TORRES S., 2021b).

Nesse sentido, uma parte da população não vê com bons olhos as movimentações do 11J, não pela ilegitimidade de suas motivações populares, mas por potencialmente servirem como um passo à restauração capitalista no país, além de agudizar a crise que vive Cuba. Já outra parcela da sociedade compartilha da opinião que os protestos podem servir de pressão ao governo burocrata, para que de uma vez por todas abra os canais de comunicação com a população e realize as mudanças que economistas, jovens, intelectuais e trabalhadores há décadas vêm apontando. A avaliação de qual das duas leituras se faz mais adequada para um horizonte de emancipação popular só vai poder ser conferida no desdobramento concreto dos acontecimentos, nas alterações na conjuntura internacional e latino-americana em especial, em mudanças na política de Joe Biden, nas formas de organização social e de inventividade que brotam no seio da sociedade cubana e, mais que qualquer fator, as mudanças que o governo da Ilha irá adotar ou não.

Com essa discussão sobre os protestos do 11J a partir da sociedade cubana, esperamos que a esta altura já se tenha a compreensão de que estes protestos possuem expressivo caráter popular, dialogando de alguma maneira com as necessidades concretas e subjetivas da classe trabalhadora da Ilha. Portanto, por mais que seja essencial que sejam apontados os mecanismos de golpe brando por parte dos EUA que estruturaram e deram corpo a estas manifestações, é no mínimo perigoso que se faça a rápida e taxativa acusação de se tratarem de protestos protoburgueses, totalmente conectados com os Estados Unidos. A desestabilização e cooptação de movimentos sociais é uma tática muito antiga, milenar quase: mas hoje, como o resultado se sobressai ao processo, esse tipo de ação se confunde com a legítima luta anticolonial dos povos.

Essa postura, além de equivocada, retira o protagonismo e a legitimidade da classe trabalhadora cubana, dando a conotação de que sua dor não existe, de que suas demandas não são válidas, de que não podem ser sujeitos de sua própria história. Ao atribuir os protestos



inteiramente ao inimigo imperialista, se renova o movimento essencialmente colonizador de não avaliar como possível que as pessoas possam se mobilizar pelo que sentem, acreditam e necessitam, relegando toda ação a um inimigo externo e, de alguma maneira, o fortalecendo. Limia (2021) escreve, com uma dose de bravura e orgulho, que aqueles que pensam que seria viável a aplicação de uma revolução colorida em Cuba não conhecem seu país, alegando se tratar de um “estado de deseo propio de nuestros ilustres vecinos, de la mafia de Miami y de esta agenda contrarrevolucionaria” (LIMIA, 2021).

Assim, ao associar qualquer expressão de mal estar social como uma manobra de seu inimigo, a única resposta possível é repressiva e militar, pois é como deve se responder a um inimigo (GUANCHE, 2021c). Daí é criado o cenário em que se aceita que o Estado incida violentamente contra a sua população, o que acreditamos ser consensualmente entendido por aqueles que compartilham e defendem os ideais revolucionários como o caminho oposto para alcançar a emancipação popular.

Isso se intensifica quando nos deparamos com as análises que diversos campos das esquerdas na América Latina produzem sobre a atual conjuntura da Ilha, que inevitavelmente fazem o debate sobre Cuba de forma fervorosamente apaixonada e afetada. Não há por que ou como condenar esse tipo de postura: a violência e a truculência com que o imperialismo historicamente asfixia os povos latino-americanos em toda sua extensão territorial, psíquica e subjetiva, se prolonga até os dias de hoje. Defender Cuba, o histórico farol da Revolução na América Latina, é defender seus projetos revolucionários nacionais, é defender a sua soberania nacional, sua autodeterminação e seu direito de existir.

Os redatores do blog Los Comunistas sinalizam que os comentários dos distintos setores da esquerda socialista sobre os protestos do 11J geralmente se dividem em: um apoio acrítico ao regime cubano - o comportamento mais comum -, alegando que os protestos se tratam de estratégias de guerra híbrida aplicadas pela CIA; ou uma euforia também acrítica, ao estabelecer um caráter unicamente progressista aos protestos e criar grandes expectativas sobre os rumos que vão tomar. Neste contexto, são travadas verdadeiras e polêmicas discussões sobre a situação atual em Cuba, em que vão se revelando as contradições no seio do debate popular. Afinal, o que se deve fazer frente a uma ostensiva campanha de guerra não-convencional em seu território, que expõe as vulnerabilidades de sua sociedade e mexe com os sentimentos e crenças da população? Como diferenciar uma revolução colorida de legítimas manifestações sociais?

O debate travado entre a professora Joana Salém Vasconcelos (2021a; 2021b), e a estudante Alice Rossi e o professor Lincoln Secco (2021a; 2021b), na sequência de três edições do

boletim Maria Antonia, produzido pelo grupo de estudos GMarx, ilustram didaticamente os principais gargalos teórico-ideológicos dos movimentos sociais e intelectuais latino-americanos, sobretudo no contexto brasileiro. Enquanto Joana foca sua análise nos aspectos críticos e concretos da conjuntura cubana atual, não se alongando em aspectos externos e estruturais por considerar de entendimento consensual naquele espaço, Alice e Lincoln respondem em defesa à imprescindibilidade tática de pautar o bloqueio econômico e a intervenção estadunidense como centrais em qualquer análise sobre Cuba. Como bem colocou a professora Marisa de Oliveira (2021) em seu ensaio comentando o debate acadêmico, ambos “abordam (...) quase as mesmas questões, mudando apenas a ordem dos fatores em relação à conjunção ‘mas’; no primeiro caso, existem as pressões externas, mas há também as fissuras internas; no segundo, há fissuras internas, mas há poderosas pressões externas”; essa ordem dos fatores, no entanto, não é irrelevante e dá a linha de ação da análise. Assim, “se Joana, como ela mesma declara, procura entender antes de rotular, Alice e Lincoln procuram submeter o entendimento ao ‘rótulo’” (OLIVEIRA, 2021, s/p).

A partir disso, entendemos a necessidade de buscar sempre a defesa da Revolução, como uma tática de sobrevivência nossa, e como uma tentativa de fazer justiça frente ao nefasto bloqueio econômico. No entanto, há espaços em que se pode e deve aproveitar a possibilidade de não ter que pontuar o óbvio para as esquerdas - que é a defesa de um sistema que preza pela garantia das necessidades básicas de sua população e pela ênfase na soberania nacional - para discutir e ampliar o debate quanto ao aperfeiçoamento desse sistema, indo além do debate contra ou pró-Revolução. Afirmamos que os argumentos a levantar em uma discussão sobre Cuba não podem ser os mesmos em todos os espaços, e que trazer à tona a complexidade da sociedade cubana em relação ao aparato estatal dá espaço à humanização deste povo e à expansão de nossas ferramentas para criarmos nossos próprios projetos revolucionários nacionais.

Nós, esquerdas latino-americanas, normalmente temos uma urgência, uma pressa na análise, um desespero binário e instintivo em defender a Revolução e o socialismo do PCC; nesse afã, acabamos fazendo vista grossa para muitos equívocos que o processo revolucionário em Cuba produz, simplesmente porque de fora é o que podemos fazer, é o que conseguimos enxergar: o sistêmico, e não o cotidiano. Por isso, se faz extremamente necessário que leiamos e bebamos de fontes cubanas, que falemos diretamente da Ilha, dos mais variados contextos, organizações sociais e gerações. É importante que em nossas análises possamos enxergar Cuba para além do viés político, mas investigar a vida material, econômica, geográfica, religiosa e

espiritual. Como pontua Torres S. (2021), “Cuba no es solo una referencia política y moral, una retaguardia estratégica o un motivo de orgullo. Es también un país real y concreto, más prosaico que el ideal, con sus sufrimientos, sus desigualdades y sus malestares”. Ainda, pontua que “lo cierto es que a menudo Cuba es más mentada, idealizada o vilipendiada que conocida” (TORRES S., 2021b).

Do outro lado, existe uma exigência de Cuba para que haja uma perene solidariedade política para com seu processo revolucionário, reiterando a equivalência de Revolução e Estado. Nesta linha, muitos militantes de esquerda na América Latina e no mundo se veem compelidos a alinhar-se diretamente com a burocracia cubana, pois não o fazer poderia dar espaço à contrarrevolução e aos projetos imperialistas dos Estados Unidos. Por sentimo-nos implicados e afetados pela história revolucionária cubana, ao mesmo tempo que vivemos em outro contexto nacional, social e material, nesse ímpeto de defesa acabamos muitas vezes por transpor alguns juízos de valor sobre alguns conceitos que fazem sentido em nosso lugar, mas não na realidade cubana. Ao ouvirmos, por exemplo, cubanos pedirem por liberdade e condenarem a corrupção, para nossos ouvidos brasileiros soa como um cântico neoliberal e lavajatista; no entanto, quando nos debruçamos a compreender as contradições sociais da atual conjuntura na Ilha, somos capazes de ver que há outra historiografia por trás destes termos, outros pedidos perfeitamente legítimos e populares, porém que desafortunadamente compartilham a mesma grafia do imperialismo em nossas bandas. Como indica Torres S., em entrevista ao canal Viento Sur (2021), “antes de dizer que estamos do lado da Revolução, devemos nos perguntar o que é a Revolução” (VIENTO SUR, 2021).

Nesse sentido, é absolutamente necessário que façamos a diferença entre, por um lado, incondicionalmente defender a não intervenção do império, as conquistas da Revolução e a proteção de uma temerosa e tenebrosa restauração capitalista, e por outro, posicionar-se fervorosamente em defesa e a favor do governo burocrático cubano (LOS COMUNISTAS, 2021b). A isso, o célebre ensaísta e poeta cubano Roberto Retamar, ao discorrer sobre a invenção do Caribe em seu ensaio “Calibán”, alerta sobre as possíveis raízes coloniais que fundamentam essa relação à distância, em que se conciliavam no mesmo espectro a tendência a explorar, escravizar, bestializar e exterminar o americano, e a visão romantizada, utópica e que em certa medida vê com exotismo os povos caribenhos, prescindindo dos homens de carne e osso (RETAMAR, 1971).

En general, la visión utópica echa sobre estas tierras los proyectos de reformas políticas no realizados en los países de origen, y en este sentido no podría decirse que es una línea extinguida; por el contrario, encuentra peculiares continuadores (...) en los numerosos consejeros que proponen incansablemente a los países que emergen del colonialismo mágicas fórmulas metropolitanas para resolver los graves problemas que el colonialismo nos ha dejado, y que, por supuesto, ellos no han resuelto en sus propios países. De más está decir la irritación que produce en estos sostenedores de «no hay tal lugar» la insolencia de que el lugar exista, y, como es natural, con las virtudes y defectos no de un proyecto, sino de una genuina realidad (REMATAR, 1971, p. 24).

Conforme Zibechi (2021) bem sinaliza, essa postura de defesa acrítica da burocracia cubana se dá pois as esquerdas latino-americanas e mundiais seguem prisioneiras de um caminho estadocêntrico para pensar o socialismo, o comunismo e a emancipação dos povos. Muitas vezes a esquerda organizada comete o gravíssimo erro de não escutar e incorporar as alternativas trazidas pelos movimentos anti-opressão - feministas, negros, de povos originários, anticapacitistas, de juventudes e LGBTQIA+ -, inclusive alegando tratarem-se de temas “identitaristas”, que “dividem” a classe e “desvirtuam” o foco da tomada dos meios de produção. Essa é uma visão reificadora e alienada do processo revolucionário, anti-dialética *per se*. No processo de transição socialista, devemos identificar e acolher as contradições que invariavelmente irão borbotar, pois só assim a Revolução pode avançar.

Na transição socialista, ao extinguir as relações de produção capitalistas do Estado cubano, elementos como o fetichismo da mercadoria, a alienação pelo trabalho, a subsistência e as condições básicas de produção e reprodução da vida sob ameaça constante e reificação das relações são abolidos. No entanto, a estrutura do Estado-nação moderno se mantém e, por definição, junto dela é reverberada em alguma medida uma carga de violência, colonialidade e segregação. Conforme o estudo do peruano Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder na América Latina:

Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. Porém, toda sociedade é uma estrutura de poder. É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, frequentemente certo grupo, sobre os demais. Consequentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo como foram configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 130).

Sem dúvidas o Estado-nação capitalista é diferente do Estado-nação socialista, e isso pode se verificar pelas estruturas e valores históricos do Estado revolucionário. No entanto, no momento em que se brada a Revolução socialista, por mais que politicamente se possa alterar

um regime da noite para o dia, um tecido social não o pode. As estruturas de opressão e a colonialidade do poder às quais o povo cubano estava submetido em 1959 não poderiam desvanecer com a mera transição do poder do Estado de uma classe a outra. A estrutura do Estado seguiu sendo reivindicada e fortalecida, e junto dela as instrumentalizações das opressões e formas de colonialidade, por mais que por outra motivação e por outros interesses.

O fundamento de um Estado-nação é, conforme elucidado na citação, a construção de um corpo social coeso e unificado. Para tal, é necessário estabelecer algum bastião central, a ser sempre enfatizado pelas estruturas de poder estatais e produzir um consenso entre a população de modo que, assim, esta se veja como sociedade, como pertencente àquele país, àquela nação. Nesse processo, a que Quijano nomeia homogeneização, na medida em que se tenha que criar uma unidade, deve-se combater os elementos que criam divergências e impedem a consolidação deste consenso. Portanto, um dos mecanismos desta construção de identidade nacional é o esquecimento, pois em alguma medida se impõe o esquecimento de suas raízes pessoais, coletivas ou étnicas para assumir e defender uma identidade abstrata, descorporificada, geralmente mais próxima à fração de classe mais próxima do poder central: nesse sentido é montada a colonialidade do poder. Se por um lado é conferido o poder à classe trabalhadora historicamente necessário para sua autodeterminação e soberania, por outro é perpetuada a colonialidade desta estrutura: eis a contradição do processo de transição socialista.

Desta forma, se uma população circunscrita a um território possui origens étnicas distintas, crenças religiosas diversas e inclusive demandas específicas, em algum grau elas tiveram que ser deixadas de lado para atender às necessidades dessa entidade que possui um projeto próprio de organização e governança desta população. Um Estado-nação, portanto, terá mais sucesso e necessitará de menor grau de violência do poder central para se estabelecer se estiver contemplando e atendendo a maioria das demandas e especificidades deste tecido social.

Por mais que esse Estado esteja sob controle da classe trabalhadora, atendendo as demandas desta classe, temos que elucidar que a categoria de poder que chamamos de classe trabalhadora é da maior importância quando estamos lidando com a classe burguesa, com o imperialismo; mas quando uma sociedade é, ao menos em teoria, toda formada pela até então classe trabalhadora, e mantém uma estrutura de poder tal qual o Estado, qual fração de classe está sendo a chamariz da unidade nacional? Quanto pode-se dizer que se trata de uma fração de classe, ou de uma outra classe, com outros interesses que colidem com os de sua classe de origem?

A contradição se aprofunda ainda mais quando esse Estado-nação socialista, isolado em sua condição sistêmica, está inserido em um Sistema Internacional capitalista, financeiro e monopolista, organizado pela divisão internacional do trabalho. De fato, é um desafio imenso traçar os caminhos mais adequados para sustentar o processo de transição, produzir esse consenso social que só pode ser construído de acordo com a realidade local, e ao mesmo tempo sobreviver em meio a um contexto mundial completamente adverso às suas pretensões. Um desafio ainda maior ao se tratar de uma pequena ilha em meio ao mar do Caribe, que estabelece poucas e efêmeras relações de alinhamento político-ideológico com seus vizinhos e possui poucas referências de outros Estados-nação que passam pela mesma transição que a sua e, se possui, são em contextos regionais completamente distintos, que praticamente inviabilizam a referenciação.

Tendo isso em vista, para o atravessamento desse momento de profunda e ambivalente dinâmica que é a transição socialista em Cuba, surgem alguns questionamentos: como estabelecer uma unidade sem a dependência na centralização? Como se produz consenso sem a marginalização de determinados setores deste tecido social? Como construir um poder popular que abarque as sutilezas dos sujeitos, e não os transforme na categoria neoliberal de indivíduos? Como se transforma o poder que emana do Estado em poder incontestavelmente popular e coletivo, sem que nesse processo as garras do imperialismo venham a subverter e cooptar esse tecido social com seu tão massivo quanto cínico aparato midiático, munido de estratégias fetichizantes, alienantes, reificadoras e individualizantes?

O Estado cubano revolucionário buscou construir essa unidade nacional a partir de três pilares centrais: o anti-imperialismo, o internacionalismo ou solidariedade de classe, e a soberania nacional. Esses três alicerces sociais, que foram muito bem consolidados na sociedade cubana por meio de um profundo, amplo e total sistema de educação popular, fazem com que o povo cubano se reconheça enquanto tal e reivindique a Revolução e o Estado de Cuba, por maior que seja a sua contradição. O reconhecimento destes três elementos garante a legitimidade do governo revolucionário e, enquanto o Partido Comunista de Cuba seguir reivindicando-os e colocando-os em prática, seguirá acumulando respaldo popular.

No entanto, este pacto social constituído principalmente por estes três pilares foi erigido à época da conquista da Revolução, em meados do século XX; atualmente estamos na segunda década do século XXI, já tendo se passado mais de 60 anos desde que as bases deste consenso popular foram acordadas. Por mais que a maioria dos problemas que o Estado cubano enfrenta persistam, uma vez que o sistema capitalista segue assombrando o planeta inteiro e que o Estado

cubano segue disputando sua população e sua estrutura de produção com as forças imperialistas, a sociedade não é mais a mesma dos anos 1960. Uma nova geração que não experienciou no corpo os benefícios da fase pujante da Revolução, que só sentiu as dores das crises pós-1990, torna esta continuidade um desafio de reinvenção para o Estado de Cuba.

La ruptura de los 90 implicó una Cuba “nueva”. Las generaciones que se socializaron durante y después de esa década percibieron sus demandas más en función de carencias y fracasos de la revolución, que en comparación con un pasado que para la enorme mayoría quedaba tan lejos como 1959. Para los jóvenes de hoy, el pasado son los años 90, no 1958 (GUANCHE, 2021c, s/p).

Apesar de reconhecer todos os benefícios que a Revolução propicia em suas vidas, pela garantia de direitos básicos e pela proteção social da lei do valor, na medida do possível, a sociedade cubana hoje tenciona com o governo para que se atualize o pacto social, que dialogue mais com a realidade atual, tanto da Ilha quanto do mundo. Como vimos pelo resultado do plebiscito sobre a nova Constituição em 2019, que contou com cerca de 87% dos votos em aprovação, a essência desse novo pacto social não é tão distante do que já está estabelecido nas bases da estrutura político-social de Cuba. As bases da unidade nacional, contida no slogan do governo atual que sugere a continuidade do processo revolucionário, devem ser renovadas de forma profundamente dialética sob risco de cair não apenas em anacronismo, como de causar um grave baque em toda esperança revolucionária latino-americana. A atualização desse consenso social passa por uma atualização do conceito de socialismo na sociedade cubana.

Desde o início da Revolução, tem-se que socialismo é sinônimo do máximo possível de economia estatal. No entanto, com as mudanças advindas a partir da crise do Período Especial, o Estado perdeu em alguma medida seu status de onipotência, de provedor; Guanche (2021a) traz o dito, em relação a este período, de que “entramos todos pero salimos de uno en uno”. Assim, de acordo com Vasconcelos em entrevista ao Podcast Pulso Latino 48 (2021),

Com as transformações, a partir dos anos 90, especificamente as de 2011 pra cá, cria-se um socialismo em que é mais tolerável a propriedade privada. Essa transformação da concepção de socialismo é central pra entender os protestos: antes, com a concepção de economia mais estatista, o bem-estar estava mais vinculado ao coletivo, e a lógica de solidariedade estava mais vinculada ao Estado; com o aumento do setor privado e do *cuentapropismo*, que saltou de 60 mil pra 600 mil nos últimos 10 anos, cria-se lógica de individualização da busca do bem-estar. A forma dos cubanos encontrarem as conquistas da Revolução é relativizada, antes elas eram organizadoras da vida social pelo Estado; agora parcialmente devem ser buscadas por lógicas privadas, gera uma contradição no modelo (PULSO LATINO 48, 2021).

O imaginário socialista em Cuba é hegemonizado pelas diretrizes do Partido Comunista e do governo cubano, que usa indiscriminadamente as imagens de Fidel ou Martí como forma de dar continuidade à sua legitimidade (LOS COMUNISTAS, 2021a; FERNÁNDEZ-BRITTO, 2021). Com isso, acabam por revestir a noção de socialismo e da própria Revolução com um caráter militarizado, este que cada vez menos é representativo da sociedade cubana; isso se evidencia no relatório central do VIII Congresso do PCC, em que se afirma serem as Forças Armadas Revolucionárias a “alma da Revolução”, e não a mobilização do campo popular (TORRES S.; GUANCHE, 2021).

Essa determinação do que é ser socialista, o que é ser revolucionário em Cuba, foi enquadrado em uma série de princípios, os quais Aybar (2021) pontua serem: 1) El Estado es la Revolución y, por tanto, oponerse al Estado es ser contrarrevolucionario; 2) Impugnar a personas, políticas y prácticas del Estado, afecta la unidad; 3) La crítica hay que hacerla en el lugar correcto, en el momento oportuno y de forma adecuada; 4) Ser revolucionario implica un apoyo incondicional a los líderes de la Revolución, 5) Hay que practicar la disciplina revolucionaria — entendida como esperar siempre orientaciones y ceñirse a ellas. Esses princípios, é importante pontuar, não foram meramente impostos sem que houvesse conexão com as demandas do povo cubano. No momento em que foram construídas enquanto base da cultura política de Cuba no início da Revolução, foram a expressão das demandas concretas daquele momento histórico, daquela conjuntura sócio-histórica; selava a identidade política e correspondia aos desejos e necessidades de uma geração, de uma nação, mobilizando com muita concisão sentimentos e laços afetivos que vão sendo passados de geração em geração, estando muito vivos até hoje.

No entanto, a conjuntura é outra, a sociedade já é completamente diferente, as subjetividades coletivas já estão bastante transformadas. Fazer com que o ideal socialista e revolucionário seja imposto desde cima fomenta a noção essencialmente anti-dialética de que o marxismo se é, não se faz; é como se alegar-se socialista ou marxista fosse sinônimo - ou até mesmo mais importante - que fazer política de base, planejar uma economia nacional popular e colocar as necessidades do povo na ordem de urgência. Ao impedir que o marxismo e o socialismo sejam disponibilizados enquanto ferramentas a serem tomadas e usadas criativamente pelo povo, em função da supressão das necessidades materiais e subjetivas dos cidadãos em Cuba, o conceito de socialismo fica congelado à face dos anos 1960 e se torna obsoleto enquanto função social para a classe trabalhadora da Ilha. Para repolitizar e ressignificar constantemente as identidades políticas (TORRES S., 2021b), Fernandes (2019)



coloca que “a esquerda deve evitar a tendência à autopreservação em sua forma de organização política, substituindo-a pela responsabilidade moral de reconhecer (e agir) contra a alienação e a opressão” (FERNANDES, 2019, p. 52)

Portanto, com o desdobramento dessa transformação que o conceito de socialismo sofreu pela materialidade concreta que se impôs e se construiu nas últimas três décadas, o consenso se faz mais heterogêneo e contraditório em Cuba, levando a uma crise de normas e valores que marca a tônica dos debates na sociedade (HERNÁNDEZ, 2021). A literatura e expressões artísticas, que devem ser sempre acompanhadas com atenção e sensibilidade já que prenunciam os fatores que constroem uma nova conjuntura (TV BOITEMPO, 2022), já demonstravam a emergência de um misto de sentimentos nascentes no seio da sociedade cubana, um misto de desencanto, melancolia, criticismo e desamparo, que foi se acentuando até chegar em 2021: além de uma estrutural crise econômica e uma conjuntural crise sanitária, diversos cubanos, tais quais o memorável escritor Leonardo Padura apontam para uma crise de confiança nos espaços políticos e institucionais, que se estende para uma crise de horizontes (PADURA, 2021; GUANCHE, 2021a).

Essa crise que aplaca a subjetividade coletiva de Cuba reside numa falta de vislumbre de novos horizontes, de uma utopia mofada que não consegue ser repensada por quem hoje vive, respira, ama e dói em Cuba e quer ver triunfar os próximos passos da Revolução socialista da maior ilha do Caribe. Como bem aponta o autor, sem esperança não há sentido para criar um projeto social humanista, não há inspiração e potência para produzir e transformar a vida. Isso se expressa nas largas ondas emigratórias e a permanente ânsia de ir embora que está estampada neste tecido social (PADURA, 2021; GUANCHE, 2021a).

A aposta em manter como único horizonte utópico disponível aquele postulado em 1959 acaba por despolitizar a sociedade; relegar a utopia apenas a uma elaboração do passado impossibilita que as novas gerações a acessem, uma vez que não tenham vivido 1959, e sim os anos 1990: a juventude cubana hoje não compartilha desta memória coletiva. O discurso de continuidade, apesar de ser importante por retomar o passado e alargar o presente, pode cair num anacronismo ou antidialetismo se focar menos no movimento que decorre e mais no ponto de partida. Assim, a geração revolucionária precisa confiar na sociedade que construiu, na educação e politização que só foi e é possível pelo caminho trilhado pela Revolução, e confiar que outros horizontes que não recaiam em uma restauração capitalista possam ser imaginados pela sociedade. A utopia deve ser reformulada, reelaborando assim a noção do que é ser

revolucionário nessa sociedade, nesse continente e nessa conjuntura mundial (TORRES S.; GUANCHE, 2021).

Os protestos do 11J podem, em seu viés popular, representar uma faísca de esperança na construção da sociedade que se vive. Apesar de haver profundas insatisfações em relação à burocracia estatal, esta segue legitimada pelas políticas públicas de sucesso, como a resposta à pandemia de produção e distribuição de vacinas (GUANCHE, 2021a). O governo deve entender que aí se trata de uma oportunidade, aproveitá-la com sabedoria e dar uma resposta democrática, alimentando essa mobilização social com soluções e ampliação do diálogo para com a sociedade, pois “a esperança não se recupera com a força” (PADURA, 2021). Impedir que a crítica ao governo venha da esquerda, em um movimento de impor que outras esquerdas cubanas abandonem suas próprias utopias, cria um vácuo que é facilmente preenchido pela ideologia neoliberal e pela ordem capitalista para dar espaço a imaginários distópicos e fatalistas; assim, dar espaço para que a direita tome todo espaço de oposição faz com que a correlação de forças penda a seu favor (AYBAR, 2021; FERNANDES, 2019).

A utopia é a fogueira central a ser sempre alimentada em uma sociedade que tem como horizonte o comunismo, pois é o que possibilita uma visão histórica da própria existência e uma cognição sobre sua própria humanidade (FERNANDES, 2016). Dar agência à criatividade e à subjetividade é uma das formas de combater o imperialismo e a ideologia neoliberal, sendo este um campo de disputa com os capitalistas que os revolucionários cubanos não podem se eximir nesse momento, sob risco de enterrarem o dinamismo e o caráter humanista que o marxismo e o comunismo essencialmente possuem, assim os enterrando por inteiro.

O amordaçamento da rebeldia revela a faceta colonial que ainda reside na burocracia cubana: Cuba deve enxergar a conjuntura com os olhos de quem está na encruzilhada e voltar seus esforços para descolonizar<sup>74</sup> a Revolução. A Pedagogia da Encruzilhada nos aponta a sustentação da con(tradição do Ser, pois ela é primordial à manifestação do Saber, das “sabedorias de fresta, encarnadas e enunciadas pelos corpos transgressores e resilientes, [que] sempre estiveram a favor daqueles que as souberam reivindicar” (RUFINO, 2019, p. 9). Assim se faz necessária a “a invenção de um projeto poético/político/ético que opere no despacho do carregamento colonial (obra e herança colonial) (...) como uma tática de guerrilha do conhecimento” (RUFINO, 2019, p. 10)

---

<sup>74</sup> Entendemos descolonização como “ação que encarna força utópica, política e pedagógica para a transgressão da obra/efeitos/heranças coloniais (colonialidade) e a remontagem dos seres/saberes em prol de outro projeto de mundo” (RUFINO, 2019, p. 11).

Seguindo nesta linha, defendemos que a dupla articulação entre marxismo e decolonialidade são, na atual conjuntura, a chave para a transição de uma sociedade terrivelmente aniquilada nas mãos do capitalismo internacional para uma sociedade emancipada, autodeterminada e livre dos sistemas de opressão. Assim, entendemos que estas duas ferramentas de emancipação, apesar de se fazer necessário que andem sempre juntas e se retroalimentando, possuem diferentes funções ao longo do período de transição. Arriscamos, com muita humildade, propor que, se o marxismo possui um papel central na luta anti-imperialista, portanto no período de transição capitalismo-socialismo, a decolonialidade consiste na principal ferramenta para combater a colonialidade, necessitando estar na linha de frente no período de transição socialismo-comunismo, ou socialismo-sociedade pós-estatal. No entanto, em ambos períodos, tanto marxismo como decolonialidade devem estar presentes e em articulação, sob risco de, por um lado, incorrer no enrijecimento dos valores socialistas, na burocratização e na manutenção das estruturas de poder e opressão, e por outro, na priorização da construção de narrativa e possível despolitização e desorganização dos movimentos sociais.

Desta forma, propomos que o marxismo humanista pode ser a ponte que evita que o marxismo caia no anacronismo e mantenha-se renovado ao estar profundamente arraigado nos pressupostos da dialética, e ao mesmo tempo verifique à decolonialidade a práxis revolucionária que poderá conferir o poder à classe trabalhadora em toda sua diversidade e, posteriormente, o ressignifique na construção de uma forma de sociabilização e de produção da vida que verdadeiramente contemple os povos que nesta terra se relacionam, a nível material, psíquico, mental e espiritual. Sustentamos o marxismo humanista, portanto, como ferramenta de produção de novos modelos decoloniais e de encantamento, não consistindo na luta em si, mas sim em uma ferramenta destas lutas forjadas nos próprios tecidos sociais locais.

Perante a atual conjuntura de Cuba e no ponto em que o processo revolucionário e de transição que a Ilha se encontra, entendemos ser imprescindível que o marxismo que estrutura o consenso na população tenha uma guinada significativa em direção à decolonialidade, retomando os valores humanistas de Che Guevara que deram vida à Revolução em seu princípio e buscando dar centralidade às expressões étnicas, religiosas, espirituais, sexuais, relacionais, produtivas e laborais que emanam da sociedade cubana hoje. O movimento LGBTQIA+, a afrocubanidade, a Santeria, a relação íntima com a terra e com o campo são apenas alguns dos elementos que são pulsantes no tecido social cubano e que pedem licença para assumirem as rédeas do processo revolucionário em Cuba hoje, pois “não há enfrentamento e transgressão ao colonialismo que não assuma posições contundentes e comprometidas com o combate ao

cárcere racial (enclausuramento e desvio do ser) e às suas produções de injustiça cognitiva” (RUFINO, 2019, p. 11).

El análisis de la posibilidad o la imposibilidad de democratización amplia en Cuba, de cara a la sociedad, a los grupos empobrecidos, a los feminismos, los antirracismos y todos aquellos que repiensen y actúen contra la desigualdad. Y me interesa especialmente sus/nuestras posibilidades o imposibilidades de interlocución no solo con el gobierno, sino con otros actores y sectores de la sociedad civil con los que sea posible converger en imaginación política. La tramitación política de estas protestas sociales puede ayudar a comprender las opciones que están sobre la mesa colectiva (TORRES S., 2021b, s/p).

Tendo desenvolvido tal análise da atual conjuntura de Cuba e do estágio do processo revolucionário na Ilha, opinamos, à luz das categorias estabelecidas pela cartilha do Instituto FRONT que deu as linhas desta análise, que o projeto socioeconômico no poder está em fase de reconfiguração<sup>75</sup>. Assim, não nos parece que haja um projeto alternativo de cunho popular que seja coeso e de fato com potencial de suplantar o atual projeto orgânico, uma vez que este goze de grande respaldo popular. A ala dos protestos que não se identifica com a contrarrevolução imperialista, que consiste na força majoritária, não clamou no 11J que o projeto fosse descartado, mas sim que este seja atualizado; ou melhor, que ele possa seguir vigorando, ao que esta parcela da população entende que isso apenas será possível se suas reivindicações forem ouvidas e acatadas. Como bem questiona o professor Heribaldo Maia, em sua fala do podcast Revolushow, “O que é uma revolução se não um grupo de pessoas que cansaram de esperar que as coisas melhorassem e simplesmente fizeram as coisas melhorar? (...) O que é o protesto se não as pessoas se juntarem pra se fazerem ouvidas coletivamente? A esquerda hoje precisa ser uma esquerda da escuta” (REVOLUSHOW 144, 2022). É justamente na capacidade de escuta da alteridade radical que dá o caráter revolucionário a este projeto.

---

<sup>75</sup> “A situação de reconfiguração do projeto orgânico apresenta-se sempre como um desafio cujo desfecho está em andamento. É uma situação onde as contradições internas se intensificam e aparecem questionamentos sobre o funcionamento do projeto. Há movimentação interna e há consciência do bloco no poder de que mudanças são necessárias ou estão em andamento. (...) A conjuntura de reconfiguração do projeto orgânico pode ser entendida como um período de modificações sem que o bloco no poder perca a direção do processo. Ainda assim, é uma situação ambígua e perigosa, pois sempre há o risco de que o bloco no poder perca o controle da situação e abra-se um período de crise orgânica” (FRONT, 2019, p. 36).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUAIS OS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA ATRAVESSAR AS CONTRADIÇÕES?

Ao longo do presente trabalho, discorreremos sobre as contradições e dilemas que montam a atual conjuntura em Cuba e o processo revolucionário da Ilha, à vista dos protestos do 11J. No campo econômico, temos que o bloqueio econômico deixa um espaço muito estreito para o governo cubano agir, especialmente com as novas medidas impostas pelo governo Trump. No entanto, apesar de estreito, esse espaço de decisão econômica existe, e avaliou-se que muitas dessas decisões são tomadas desatreladas às necessidades reais da população: 1) a infeliz decisão de realizar a unificação monetária no período em que a pior crise da história da Ilha se instaura, a despeito das indicações de economistas; 2) a priorização de investimentos públicos no turismo, em detrimento da produção agrária e do investimento em pontos emergenciais, como assistência social.

Outra contradição é o fato de Cuba se tratar de uma economia “Socialista Dependente Periférica”, fazendo com que tenha forte dependência nas importações por conta da sua baixa produtividade interna e dependência tecnológica, levando à escassez de produtos básicos: esse gargalo leva ao questionamento do grau de dolarização da economia cubana. Somando a isso, as novas relações laborais e sociais a partir da crise, com destaque para a generalização do *cuentapropismo*, acaba por instaurar relações de produção individualizadas, o que sucessivamente vem produzindo intensos dilemas no fazer político do povo cubano. A individualização das relações também é ampliada pelo aumento do acesso à internet na ilha, que acaba alterando o consumo de entretenimento e informações: ao mesmo tempo que informações do exterior penetram na Ilha, heterogenizando o debate público, a Ilha pode se mostrar mais plural ao exterior, complexificando a opinião mundial quanto à oposição.

Em sequência, temos como resultado do presente trabalho a importante diferenciação entre o consenso popular quanto ao sistema socialista, e quanto ao modelo burocrático: enquanto o primeiro consiste em unanimidade, o segundo encontra forte oposição atualmente. Isso se dá pois a burocracia, ancorada no discurso dos anos 1960, acaba por desmobilizar a participação popular e inviabilizar outras formas de organização política em nome da unidade, levando ao enrijecimento de espaços importantes da luta popular, como sindicatos e associações. As reverberações materiais dessa discrepância levam ao importante questionamento de que se estariam estabelecendo distinções de classe em Cuba, o que poderia ser a maior contradição do processo revolucionário da Ilha. Nesse sentido, estabelecem-se três principais grupos em desacordo ao modelo político vigente: 1) emigrantes; 2) juventude; 3)

artistas. Estes grupos mostraram-se, no 11J, como potenciais desestabilizadores do governo cubano, apesar de dificilmente haver uma mudança de fato, dado o respaldo da Revolução na população.

Os protestos do 11J foram marcados por diversas contradições, que podemos sintetizar em: 1) violência policial e situação dos presos políticos; 2) liberação do acesso à internet como força coercitiva; 3) caráter socioclasista das manifestações; 4) dificuldade na distinção entre guerra híbrida e luta popular; 5) disputa pela narrativa dos protestos entre as esquerdas latino-americanas; 6) crise de esperança e necessidade de reformulação da utopia.

A partir da compreensão dos dilemas e contradições que fundamentam a sociedade cubana atual, em movimento dialético, propomos novas perguntas para dar sequência à permanente análise de conjuntura da Ilha. Quais seriam, então, as possíveis conjunturas sucessivas a esta que é marcada pelo 11J? Que caminhos surgem na sociedade cubana para ultrapassar algumas das contradições que mais dão base ao grito popular? Para encerrar esta análise de conjuntura, tentaremos retomar os principais gargalos e impasses nos pontos mais fragilizados do projeto revolucionário atual por meio das diversas sugestões e propostas que surgiram nas diferentes análises e relatos que embasaram este trabalho.

Ressaltamos a importância do embasamento desta análise de conjuntura no marco teórico-analítico do Marxismo Humanista, uma vez que nos instrumentalize para observar e analisar a atual situação de Cuba com radicalidade, buscando as contradições da luta de classes na Ilha e fora dela enquanto a afetam, bem como recupera o caráter libertário, humanista e criativo da teoria marxista. Além disso, são preciosas as contribuições da Pedagogia da Encruzilhada para produzir os resultados deste estudo, dotando-o de sensibilidade, anticolonialismo e encantamento afro-latino-americanos.

Primeiramente, como sempre há de ser, devemos condenar substancialmente a imposição do maior e mais longo bloqueio econômico de nosso tempo. É ele que deixa as possibilidades de Cuba extremamente estreitadas, fazendo com que as autoridades tenham que trabalhar com um espaço muito pequeno de possibilidades para manter uma economia socialista dependente periférica, e que invariavelmente afetam a população da Ilha com brutalidade e muitas vezes inviabiliza a promoção dos direitos humanos para este povo. Assim, devem ser revogadas as medidas que impedem alimentos, medicamentos e outras assistências humanitárias à população cubana; remover todas as restrições de remessas familiares e não-familiares; retomada dos serviços consulares e da Embaixada dos EUA em Cuba; revogar as medidas que Trump impôs para restringir as viagens dos EUA à Cuba, uma vez que isso impeça

que famílias se reúnam; remoção de Cuba da Lista de Países Patrocinadores do Terrorismo; que o governo Biden entenda o 60º aniversário do bloqueio como um momento de urgência na inflexão do histórico das relações Cuba-Estados Unidos (OLIVER; VENANCIO, 2022a).

Em relação à porosidade do comércio exterior em Cuba, o blog Los Comunistas reivindica a abertura da Aduana para que toda ajuda que for oferecida, por qualquer região do mundo, seja recebida e aceita, com a facilitação de sua entrada pela mínima taxa de estes produtos que ajudarão a economia cubana a prosperar. Indicam, portanto, que a Aduana deveria impedir e confiscar apenas a entrada de armas e drogas; além disso, “los gastos sociales que cubren los impuestos aduanales vendrían entonces de otros resultados que de seguro tendremos con nuestro desarrollo social y económico” (LOS COMUNISTAS, 2021c). Em relação à emigração cubana, Guanche (2021b) sugere que revise e aceite as demandas sobre os direitos deste setor da população que, por mais que não seja residente na Ilha, influencia enormemente os rumos econômicos e políticos do país.

Quanto a questões diretamente ligadas às reformas econômicas que vêm tomando corpo nas últimas décadas, Guanche (2021b) coloca a urgente suspensão temporal de investimentos a longo prazo para que sejam recolocados em planos sociais de emergência, renovando as medidas de proteção social e priorizando os setores mais desfavorecidos da população, como idosos, famílias de baixa renda, mães solteiras e bairros mais empobrecidos. Em relação ao investimento estrangeiro, para que possa ser uma forma de financiamento dos serviços sociais hoje deteriorados, Mesa-Lago (2020a) pontua a necessidade de autorizar as companhias estrangeiras a contratar e pagar diretamente seus trabalhadores; aprovar o investimento de capital estrangeiro em todos os setores econômicos, como nas microempresas e cooperativas de produção não agrícolas e de serviços; publicação de documentos estatísticos atualizados em áreas que há vazio de referências e dados, bem como cifras mais detalhadas das finanças públicas. Por fim, López-Levy (2021) sugere a construção de novas instituições financeiras, tributárias e de fiscalização, como o Banco Central, a Administração Fiscal e a Controladoria Geral, por meio da renovação das lideranças, com novos mecanismos de seleção de gestores mais ajustados às realidades do mercado.

Pérez V. (2019) e Mesa-Lago (2020a) afirmam corretamente que não se pode realizar reformas financeiras que não sejam acompanhadas de reformas produtivas, que sejam reconhecidos os fracassos do atual esquema de produção e distribuição e que seja incentivada a produção do país em todas as esferas produtivas, seja estatal, privada ou cooperativa. Portanto, no que tange às formas de produção e sua gestão, quanto ao dilema entre gestão democrática

ou centralizada, Vasconcelos (2011) retoma a proposta de Ernest Mandel e Oskar Lange de um “sistema de autogestão democraticamente centralizado”, ou um “SOF democrático”: a propriedade socialista dos meios de produção deveria ser tanto no sentido do uso dos meios de produção subjugado aos interesses populares, quanto no sentido da participação democrática e efetiva dos trabalhadores e produtores na sua administração. Desta forma, é sugerido que haja eleições dos conselhos de gestão local, em que se decidiria a autoridade central a se responsabilizar pelo planejamento orçamentário.

Nesse sentido, se faz imperioso que a estruturação dos investimentos pelo plano estatal priorize a produção agrária acima do fomento ao setor turístico, e esta é uma reivindicação que está presente em praticamente todas as análises. Assim, Santovenia M. (2022) indica que se faça uma nova reforma agrária, que haja uma distribuição total da terra e que quem deseja produzir possa de fato produzir: conforme pontuado por Mesa-Lago (2020), deve-se autorizar a todos produtores agrícolas que determinem autonomamente o que plantar, a quem vender e o preço dos seus produtos. Por fim, Guevara; Leyva R. (2019) indicam uma transição definitiva em direção a um modelo de agricultura sustentável, baseado na agroecologia e na combinação de tecnologias que preservem o meio ambiente, e que se concretizem programas de desenvolvimento rural territorial com caráter participativo e de equidade de gênero.

Quanto ao setor não-estatal, Santovenia M. (2022) defende que os militares do governo deveriam ter controle apenas das principais e mais estratégicas indústrias: minas, energia e petróleo. Os demais setores, de acordo com o economista, deveriam ter maior penetração da iniciativa privada, como comércio exterior, transportes e internet, para que se possa acabar com os preços proibitivos. Em relação ao *cuentapropismo*, Mesa-Lago (2020a) sinaliza uma série de medidas, como a eliminação das barreiras no setor não-estatal, eliminar impostos mais graves e aplicação de impostos aos rendimentos fiscais ao invés dos rendimentos brutos, a criação de uma via para denunciar funcionários estatais corruptos que cobram subornos a trabalhadores do setor não-estatal.

Sobre as cooperativas e associações, também amplamente abordadas e defendidas nas análises, a desburocratização na criação destas e seu fomento poderiam ser um caminho para recriá-las a partir da imaginação popular sobre a coletividade, como a elaboração e aprovação de uma nova Lei de Associações (TORRES S., 2021b). Assim, Mesa-Lago coloca que deveria-se terminar a etapa experimental das cooperativas de produção não-agrícolas e de serviços e aprovar mais delas. A renovação deste setor seria a valorização do espírito do trabalho voluntário e da solidariedade comunitária, histórico no processo revolucionário e que



combatem a individualização da sobrevivência (PULSO LATINO 48, 2021). Nessa linha, Torres S. (2021) aponta a urgência de repensar o papel dos sindicatos e torna-los novamente um espaço de organização das massas.

No que tange ao acesso à internet e à informação, Guanche (2021b) afirma que o serviço de internet deve ser assegurado e não pode ser uma forma de repressão estatal. Ademais, deveria haver facilitação dos serviços de checagem de *fake news*. Torres S. (2021 ND) indica que a mídia estatal deveria ser transformada, e que seja possível uma mídia independente regulada pelos princípios de soberania e apoio à lei. D'Alesandro (2021) entra em consonância, reivindicando uma imprensa livre e socialista que expresse a diversidade ideológica, e que seja superado o dogmatismo fracassado do sistema neostalinista.

Evidentemente, uma das maiores mudanças que deve ocorrer é quanto ao sistema político e à burocracia estatal. Neste tema, há uma diversidade de alternativas possíveis, e essa mesma diversidade deve ser usada como imaginação coletiva e política. Primeiramente, D'Alesandro (2021) e Santovenia M. (2022) indicam uma mudança nos sistemas político e judicial cubano, especialmente pela descentralização dos poderes do Estado, uma vez que “assuntos tão díspares como a economia e a administração penitenciária estão em mãos de aparelhos militarizados” (D'ALESANDRO, 2021). Além disso, López H. (2022) aponta que os que dirigem o país sejam responsáveis por seus erros, e que se abra um canal de transparência em que seja possível verificar as finanças públicas, que se informem decisões do governo tais quais o pagamento da dívida externa. Ademais, alega que as transformações previstas nos *Lineamientos* e no modelo deveriam ser políticas, não apenas socioeconômicas: exige que todos os altos cargos de poder sejam decididos pela cidadania, mediante eleições gerais e secretas.

Ao sugerirem que as instituições políticas, laborais e de coordenação social estejam abertas a uma profunda crítica política e social (TORRES S., 2021), muitos analistas sugerem a viabilidade de uma oposição que possa se constituir enquanto partido. Uma possibilidade seria algo no sentido da “oposição leal” que existia na Inglaterra do século XVIII (SANTOVENIA M., 2022). Outra seria a formação de quadros socialistas organizados independentemente da burocracia, que possam organizar uma oposição pró-socialismo e antiburocracia e que estejam aptos a disputar tanto a oposição com os contrarrevolucionários, quanto o sistema político com os burocratas (LOS COMUNISTAS, 2021b).

É bastante mencionado que a participação social nos processos decisórios em Cuba está muito aquém do que deveria ser, e que seus canais deveriam ser renovados e ampliados. Assim, é postulado que haja de fato um regime de democracia proletária, que seja controlado pelo

Estado por meio de órgãos de autogestão organizados desde as bases do lugar de trabalho. Nesse sentido, o regime deveria envolver toda classe trabalhadora na gestão da propriedade social e na busca de soluções aos problemas econômicos; deve-se dar liberdade à organização e manifestação àqueles que estejam comprometidos com a defesa das conquistas sociais da Revolução, e que sejam retirados todos privilégios materiais da burocracia, restabelecendo os ideais e mecanismos de igualitarismo social (LOS COMUNISTAS, 2021b; LÓPEZ H., 2018).

Aybar (2021) indica a necessidade de ampliação das formas de democracia direta, em que devem ser empregados os mecanismos existentes de controle popular e desenvolver novos, para possibilitar que a participação popular não seja determinada de acordo com o contexto de classe. Assim, pontua como medidas necessárias a capacidade de vetar decisões, revogar cargos, plebiscitar propostas em todos os níveis, mas sobretudo no campo administrativo. Torres S. (2021b) também coloca que as estruturas institucionais sejam mais porosas às demandas e iniciativas surgidas em outros espaços políticos, em outras organizações e movimentos sociais.

Nessa linha, é da maior importância a constatação de Torres S. (2021b) de que deve se trabalhar mais alianças dentro da sociedade civil, não relegando toda política ao intermédio do poder institucional. Dessa forma, deve-se colocar a diversidade na sociedade cubana enquanto base na formulação da economia política nacional, uma vez que as opressões determinam em alguma medida a garantia de direitos. Ao ser criado o imaginário de unidade nacional, o ideário de revolucionário, se tirou o foco e protagonismo nas particularidades destes revolucionários. Portanto, deve-se aprofundar os direitos reprodutivos às mulheres, e se empreender um sério combate à LGBTQIA+fobia, em que se amplie este debate especialmente dentro das fileiras do Partido. O debate racial, elemento central quando se fala sobre a formação socioeconômica não só de Cuba, mas do Caribe e da América Latina, foi substancialmente diminuído e relativizado ao longo do processo revolucionário. Assim, uma nova etapa do processo revolucionário deve primar pela visibilidade social, cultural, religiosa e espiritual ao povo. Para tal, Almeida J. (2014) indica que as variáveis de raça, gênero e sexualidade devem constar nas estatísticas, devem estar contempladas por medidas afirmativas; que os marcos jurídicos legais aprofundem o entendimento de discriminação racial, desenvolvendo suas diferentes formas de aplicação para facilitar a identificação destas situações e reduzir sua incidência nas diversas esferas da sociedade.

Quanto ao 11J mais diretamente, a primeira ponderação que Torres S. (2021b) coloca é que não se criminalize ou simplifique os protestos. Em seguida, o que é de amplo respaldo é

que se faça uma profunda revisão do que se passou, no que diz respeito aos abusos policiais denunciados e testemunhados. Assim, o editorial do site La Joven Cuba (2021) tem como reivindicação central o estabelecimento de uma Comisión de Verdad y Reconciliación, que de forma transparente investigue os acontecimentos do 11J e outros que podem ter ocorrido posteriormente; que a partir daí, sejam liberadas as pessoas inocentes e que haja mais informações sobre os detentos. Dentro do tema, Guanche (2021b) reforça que deve ser imediatamente proibida toda repressão policial sobre a população desarmada que se expresse pacificamente; que nenhum militar esteja vestido à paisana nas ruas; que não haja convocatórias em centros de trabalho ou unidades de serviço militar para que participem de respostas violentas contra protestos da oposição; revisão da atuação policial com sanção firme para casos de excessos.

Cabe então a nós, esquerdas latino-americanas, que haja uma real e efetiva campanha de solidariedade que de fato pressione o governo dos EUA para por fim ao bloqueio contra Cuba, com entregas de suprimentos que estejam carecidos na Ilha, não dependendo de inertes votações na ONU. Ademais, temos o compromisso de aumentar os laços de nossa região e de conhecer com mais profundidade a realidade da sociedade cubana, adentrar mais os debates que correm internamente e buscar tecer interpretações cautelosas e responsáveis quanto à situação atual no país. É crucial que tenhamos a sensibilidade e o discernimento de entender Cuba como um país complexo, vivo, contraditório e real, conseguir distinguir o necessário imaginário que temos de Cuba enquanto farol da Revolução das necessidades concretas que aqueles que de fato vivem ou viveram na Ilha possuem.

Tendo em vista que a produção de horizontes de desfecho das crises são sempre projetos, tratamos aqui de projetos de devires revolucionários. A tentativa de reunir as contribuições dos diversos analistas que fizemos conversar nesta análise, ao selecionar apenas aqueles comprometidos com a continuidade da Revolução, buscamos sistematizar sugestões de caminhos para a América Latina a partir das reflexões do atual estágio revolucionário na Ilha. Portanto, como não poderia deixar de ser, diagnosticamos como tarefa para romper o isolamento de Cuba a partir de nossos próprios contextos nacionais, pois sem articulação autônoma e soberana de Cuba com outros Estados internacionais, especialmente a nível econômico, o país corre risco de, se porventura o socialismo cair e a Ilha voltar ao sistema capitalista, estar total e perigosamente nas mãos do mercado mundial capitalista. Uma das partes da preparação de Cuba para seguir soberana é ter boas e sólidas alianças internacionais, que estejam alinhadas ideológica e politicamente na medida do possível, e sejam fruto de

decisões coletivas e populares. Trata-se de recuperar o encanto que os povos de nosso continente emanam, em oposição à máquina de pasteurização imposta pelo sistema capitalista/colonial/eurocêntrico, entender que “os efeitos de desencantamento desencadeados pela colonialidade produzem bloqueios na comunicação entre os povos latino-americanos” (RUFINO, 2019, p. 13) e revertê-los.

Assim, sugerimos como estratégias que nos empenhemos na emancipação dos povos na América Latina; que apostemos no internacionalismo e elejamos governos de esquerda, que os pressionemos a garantir os direitos básicos das classes trabalhadoras do continente e que nunca nos contentemos, tampouco componhamos governos de conciliação de classe. Propomos que construamos programas econômicos populares, que propiciem que formulemos formas de produzir nossa vida de forma coletiva, em comunhão com a terra que habitamos e convivemos, que respeite e incorpore fatores materiais, culturais, psíquicos e espirituais. Que sigamos mobilizando nossas organizações políticas e movimentos sociais na direção do aumento da consciência de classe e ampliação de nossa maioria social e política, em direção ao livramento do cargo da colonialidade e na abertura para o encantamento de nosso mundo, este que está a nosso alcance se nos apoiarmos para transpassar as formas de alienação.

É imprescindível que, apesar da difícil, complexa e dilacerante conjuntura atual, mantenhamos firme nossa tarefa de expandir a Revolução, de expropriar a burguesia e o imperialismo e de acabar com todas as opressões que instrumentalizam o sistema mais perverso e total que o mundo já viu, que tem a destruição da natureza como base essencial de seu triunfo. Munidos dos valiosos saberes da Pedagogia da Encruzilhada, somos convidados a encarar nossa realidade com olhos de quem está nessa encruzilhada, seja como quem está perante um grande dilema contraditório e complexo, seja como quem se atravessa pela multiplicidade de saberes e expressões de existência e coletividade que florescem nas esquinas de nossas vidas políticas e poéticas.

Assim, é incontornável observarmos, com presença e sensibilidade, as pedras que encontramos no meio do caminho, pois elas revelam nossas mais íntimas, pessoais e coletivas contradições, fazem parte de nós e nos singularizam. Transpassá-las é essencial para que continuemos a jornada.

## REFERÊNCIAS

AFROCUBAWEB. **El decreto No. 349.** 2018. Disponível em: <http://www.afrocubaweb.com/decreto349.html>. Acesso em: 18 mar. 2022.

AGUIAR, Jórisa Danilla N. **Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?** 2017. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/1324/1/J%C3%93RISSA%20DANILLA%20NASCIMENTO%20AGUIAR%20-%20TESE%20%28PPGCS%29%202017.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ALLARD OLMOS, Briseida. IMPLICACIONES DEL BLOQUEO DE EEUU CONTRA CUBA y el proceso de normalización de relaciones. **Tareas**, Ciudad de Panamá, v. 00, n. 152, p. 63-71, abr. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=535055491005>. Acesso em: 04 abr. 2022.

ALMEIDA JUNCO, Yulexis. Educação superior, raça e política social. Uma breve reflexão a partir de Cuba. **Juventude, Participação e Desenvolvimento Social na América Latina e Caribe**, Brasília, p. 122-135, 2014. UNESCO. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20150407021322/JuventudPT.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ALTHUSSER, Louis. Marxism and Humanism. **Cahiers de L'Isea**, Paris, jun. 1964. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/althusser/1964/marxism-humanism.htm>. Acesso em: 21 mar. 2022.

ANDERSON, Kevin. **Sources of Marxism-Humanism: Fanon, Kosik and Dunayevskaya.** Quarterly Journal Of Ideology, S.L., v. 4, n. 10, p. 15-29, 01 jan. 1986. Disponível em: <https://kevin-anderson.com/article/sources-of-marxist-humanism-fanon-kosik-dunayevskaya/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

ARIAS RIVERA, Magda Luisa. **El bloqueo estadounidense contra Cuba. Una actualización.** 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www.clacso.org/el-bloqueo-estadounidense-contra-cuba-una-actualizacion/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

AYBAR, Luis Emilio. El día después no podrá ser el mismo. **Sin Permiso.** 25 jul. 2021. Disponível em: <https://sinpermiso.info/textos/cuba-nuevo-dossier>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BARROS, Joy Nunes da Silva. **Herbert Marcuse: Utopia e Dialética da Libertação.** 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/11826/1/Joy%20Nunes%20da%20Silva%20Barros.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BITTENCOURT, Carlos. **6 erros evitáveis em análises de conjuntura.** 2020. Publicado no site do coletivo Subverta. Disponível em: <https://subverta.org/2020/02/28/6-erros-evitaveis-em-analises-de-conjuntura/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CAMBAÚVA, Daniella; ALTMAN, Breno. **Colapso da União Soviética reduziu economia cubana em 34%**. 2012. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/19718/colapso-da-uniao-sovietica-reduziu-economia-cubana-em-34>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CEPAL. **Comércio exterior da América Latina e do Caribe apresenta o seu pior desempenho desde a crise financeira mundial, devido à pandemia**. Comunicado de Imprensa. 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/comercio-exterior-america-latina-caribe-apresenta-o-seu-pior-desempenho-crise-financeira>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CUBA. MINREX - MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. **Cuba vs Bloqueo**: Informe de Cuba sobre la Resolución 73/8 de la Asamblea General de las Naciones Unidas. “Necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por los Estados Unidos de América contra Cuba”, Habana, jul. 2019. Disponível em: <https://cubaminrex.cu/sites/default/files/2019-09/Cuba%20vs%20Bloqueo.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

CUBA. MINREX - MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. **Informe de Cuba sobre os prejuízos causados pelo bloqueio do governo dos Estados Unidos**, Habana, jul. 2020. Disponível em: <https://misiones.cubaminrex.cu/pt/articulo/informe-de-cuba-sobre-os-prejuizos-causados-pelo-bloqueio-do-governo-dos-estados-unidos>. Acesso em: 05 abr. 2022.

CUBADEBATE. **Resolución sobre los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución**. 2011. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2011/04/18/resolucion-sobre-los-lineamientos-de-la-politica-economica-y-social-del-partido-y-la-revolucion/#.XvyKoygzaUk>. Acesso em: 16 abr. 2022.

CUBADEBATE. **Pagos de la NED para “cambio de régimen” en Cuba**. 2019. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2019/03/18/pagos-de-la-ned-para-cambio-de-regimen-en-cuba/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

CUBADEBATE. **Investigación confirma la perversa operación de redes sociales contra Cuba lanzada desde el exterior**. 12 jul. 2021a. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2021/07/12/investigacion-confirma-la-perversa-operacion-de-redes-sociales-contra-cuba-lanzada-desde-el-exterior/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CUBADEBATE. **Ministerio del Interior informa sobre hechos vandálicos en La Güinera**. 13 jul. 2021b. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2021/07/13/ministerio-del-interior-informa-sobre-hechos-vandalicos-en-municipio-habanero/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

CUBADEBATE. **En detalles, entrega de módulos gratuitos y otras novedades del comercio interior en Cuba**. 30 jul. 2021c. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2021/07/30/en-detalles-entrega-de-modulos-gratuitos-y-otras-novedades-del-comercio-interior-en-cuba/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

CUBADEBATE. **Alejandro Gil: “Sin las tiendas en MLC la situación económica de Cuba sería más compleja aún”**. 08 fev. 2022. Disponível em:

<http://www.cubadebate.cu/noticias/2022/02/08/alejandro-gil-sin-las-tiendas-en-mlc-la-situacion-economica-de-cuba-seria-mas-compleja-aun/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

D'ALESSANDRO, Fernando López. La crisis del sistema cubano. **Sin Permiso**, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://sinpermiso.info/textos/cuba-nuevo-dossier>. Acesso em: 09 abr. 2022.

DÍAZ VÁZQUEZ, Julio A. Apuntes sobre las relaciones China-Cuba. **Observatorio de La Política China**, S.L., 06 maio 2008. Disponível em: <https://politica-china.org/areas/politica-exterior/apuntes-sobre-las-relaciones-china-cuba>. Acesso em: 10 abr. 2022.

DELGADO, Jessica Dominguez. ¿Por qué estallaron las protestas en Cuba? **Sin Permiso**. 18 jul. 2021. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/cuba-11-de-julio-dossier>. Acesso em: 12 mar. 2022.

DOMÍNGUEZ, María Isabel. Juventud cubana y participacion social: desafios de una nueva epoca. **La Sociedad Cubana. Retos y Transformaciones**: Compilación Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas - Universidad de La Habana, Habana, p. 1-38, jan. 2003. Disponível em: <http://jovenesenmovimiento.celaju.net/wp-content/uploads/2012/09/CUBA-01.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

DUNAYEVSKAYA, Raya. Marx's Humanism Today. In: FROMM, Erich (ed.). **Socialist Humanism**: an international symposium. New York: Anchor Books, 1965. p. 68-84. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/dunayevskaya/works/1965/marx-humanism.htm>. Acesso em: 22 mar. 2022.

EFE. **Cuba registró pérdidas millonarias en la agricultura en 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/america/economia/cuba-registro-perdidas-millonarias-en-la-agricultura-2020/20000011-4536026>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **“Por que Fanon, por que agora?”**: frantz fanon e os fanonismos no brasil. 2015. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/Tese%20Deivison%20Faustino%20-%20Fanon%20e%20os%20fanonismos%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

FAZIO, Carlos. **EU intentará golpe blando en Cuba**. 15 nov. 2021. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/notas/2021/11/15/politica/eu-intentara-golpe-blando-en-cuba/>. Acesso em: 03 abr. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro. [S. l.]: Zahar, 1973.

FERNANDES, Marcelo; MARTINS, Pâmela. **Sistema monetário cubano: a saga das moedas**. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 12ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2015, Vitória. Vitória: Ufes, 2015. p. 1-22. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_marcelo\\_fernandes\\_pamela\\_martins\\_sistema-monetario-cubano-a-saga-das-moedas.pdf](https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_marcelo_fernandes_pamela_martins_sistema-monetario-cubano-a-saga-das-moedas.pdf). Acesso em: 06 abr. 2022.

FERNANDES, Sabrina. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 37, n. 135, p. 481-496, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302016140795>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/4vSnkJhLd4wMzJjNFDdfxLK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERNÁNDEZ-BRITTO, Gustavo Arcos. **Palabras que devoran las palabras**. 09 dez. 2021. Disponível em: <https://jovencuba.com/palabras-devoran-palabras/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FERRER, Miguel Angel. **El fallido golpe blando del 11 de julio**. 30 jul. 2021. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/bloggers/El-fallido-golpe-blando-del-11-de-julio-20210730-0002.html>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FOURNIER, Niober García. **Tiendas cubanas: la gran desigualdad entre MLC y CUC**. 2020. Disponível em: <https://cubalog.eu/2020/12/tiendas-cubanas-la-gran-desigualdad-entre-mlc-y-cuc/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FRANCE24. **Tres mujeres y edad promedio de 61,6 años entre miembros de cúpula política cubana**. 2021. Disponível em: <https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20210419-tres-mujeres-y-edad-promedio-de-61-6-a%C3%B1os-entre-miembros-de-c%C3%BApula-pol%C3%ADtica-cubana>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FRONT. **Cartilha: Um método crítico de análise da conjuntura política**. Porto Alegre: FRONT e IJF, 2019. Disponível em: <https://www.front.org.br/cartilhas/>. Acesso em: 10 dez. 2021

GARCÍA, Marcelo. Alca: Avanza la recolonización de América Latina. **Marxismo Vivo**: Revista del Koorkom, São Paulo, v. 0, n. 3, p. 7-14, maio 2001. Disponível em: <https://marxismovivo.org/wp-content/uploads/2018/12/Primera-Epoca/ESP/MV3/mv03esp/mv03esp.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

GARCÍA GONZÁLEZ, Ivette García. **Ellos y nosotros, sus hijos y los nuestros....** 14 out. 2021. Disponível em: <https://jovencuba.com/ellos-nosotros/amp/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

GBADEGESIN, Olusegun. Negritude and Its Contribution to the Civilization of the Universal: leopold senghor and the question of ultimate reality and meaning. **Ultimate Reality And Meaning**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 30-45, mar. 1991. University of Toronto Press Inc. (UTPress). <http://dx.doi.org/10.3138/uram.14.1.30>. Disponível em: <https://utpjournals.press/doi/abs/10.3138/uram.14.1.30>. Acesso em: 27 mar. 2022.

GRANMA. **El desarrollo de la economía nacional, junto a la lucha por la paz, constituyen las misiones del Partido**. 2016. Disponível em: <https://www.granma.cu/septimo-congreso-del-pcc/2016-04-20/discurso-del-general-de-ejercito-raul-castro-ruz-en-la-clausura-del-7mo-congreso-del-partido-20-04-2016-00-04-19>. Acesso em: 15 mar. 2022.



GROGG, Patricia. **Cineastas cubanos luchan por más participación y autonomía**. 2015. Disponível em: <https://ipsnoticias.net/2015/04/cineastas-cubanos-luchan-por-mas-participacion-y-autonomia/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

GUANCHE, Julio César. **Julio César Guanche, intelectual cubano: “Este país no es un país de mercenarios”**. 2020. Entrevistado por Faride Zerán. Disponível em: <https://palabrapublica.uchile.cl/2020/12/22/julio-cesar-guanche-intelectual-cubano-este-pais-no-es-un-pais-de-mercenarios/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GUANCHE, Julio César. **Cuba: dois textos sobre uma crise incômoda**. 2021a. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/cuba-dois-textos-sobre-umacrise-incomoda/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

GUANCHE, Julio César. Cuba hoy: Patria, pueblo y soberanía. Algunas claves de la actual crisis y algunas propuestas. **Sin Permiso** 18 jul. 2021b. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/cuba-11-de-julio-dossier>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GUANCHE, Julio César. Está en juego la vida buena y justa en Cuba. **Sin Permiso**. 25 jul. 2021c. Entrevista com A. Torres Santana y J. C. Guanche. Disponível em: <https://sinpermiso.info/textos/cuba-nuevo-dossier>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GUEVARA, María de Los Ángeles Arias; LEYVA REMÓN, Arisbel. **Cuba: transformación agraria, cooperación agrícola y dinámicas sociales**. Ciências Sociais Unisinos, [S.L.], v. 55, n. 1, p. 86-96, 19 ago. 2019. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2019.55.1.09>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/938/93863726009/html/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GUTIÉRREZ GUERRA, Ivis. Las generaciones migratorias de cubanos en el Sur de la Florida. Encuentros y desencuentros. **Mundi Migratios: Anuario digital CEMI - Centro de Estudios de Migraciones Internacionales - Universidad de La Habana, Habana**, v. 1, n. 1, p. 41-94, dez. 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Cuba/cemi-uh/20131017010741/2Ivis.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HERNÁNDEZ, Rafael. **Conflicto, consenso, crisis. Tres notas mínimas sobre las protestas**. 21 jul. 2021. Disponível em: <https://oncubanews.com/opinion/columnas/con-todas-sus-letras/conflicto-consenso-crisis-tres-notas-minimas-sobre-las-protestas/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

IELA - INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS. **Cuba vive dias de protestos**. 2021. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/cuba-vive-dias-de-protestos>. Acesso em: 22 out. 2021.

KIRK, John M.; MCKENNA, Peter. Deciphering canada’s cuba policy since 1959. **International Journal of Cuban Studies**, vol. 2, no. 1/2, 2010, p. 62–73, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41945882>. Acesso em: 10 abr. 2022.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. Expressão Popular, 2018. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/produto/guerras-hibridas-livro-digital/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

LA JOVEN CUBA. **Abusos a manifestantes en Cuba: necesidad de una Comisión de Verdad y Reconciliación**. 19 jul. 2021. Consejo Editorial. Disponível em: [https://jovencuba.com/abusos-manifestantes/?fbclid=IwAR3or\\_Y6Kh06wbGikbuqvv88nFUfIslhipJRyPq4B1cqQn4pTufbaVKh7KM](https://jovencuba.com/abusos-manifestantes/?fbclid=IwAR3or_Y6Kh06wbGikbuqvv88nFUfIslhipJRyPq4B1cqQn4pTufbaVKh7KM). Acesso em: 18 mar. 2022.

LIMIA, Ernesto. **Quien crea que en Cuba es viable un golpe suave no conoce a nuestro pueblo**. 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.laiguana.tv/articulos/941558-cuba-viable-golpe-suave-ernesto-limia/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

LÓPEZ HERNÁNDEZ, Alina Bárbara. **Jugada crítica**. 28 dez. 2019. Disponível em: <https://jovencuba.com/jugada-critica-cuba/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

LÓPEZ HERNÁNDEZ, Alina Bárbara. **Cuba: los árboles y el bosque**. 30 nov. 2020. Disponível em: <https://jovencuba.com/cuba-arboles-bosque/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

LÓPEZ HERNÁNDEZ, Alina Bárbara. **Estallido social en Cuba: las señales ignoradas**. 15 jul. 2021a. Disponível em: <https://jovencuba.com/estallido-social/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

LÓPEZ HERNÁNDEZ, Alina Bárbara. **Entre Escila y Caribdis, el accidentado viaje de la ciudadanía cubana**. 15 nov. 2021b. Disponível em: <https://jovencuba.com/escila-caribdis-ciudadania/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

LÓPEZ HERNÁNDEZ, Alina Bárbara. **Cuba, razones de una crisis**. 06 jan. 2022. Disponível em: <https://jovencuba.com/razones-tesis/amp/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LÓPEZ-LEVY, Arturo. Cuba 2021: reto sanitario, reforma económica y relaciones con estados unidos. **Análisis Carolina**, [S.L.], p. 1-17, 24 mar. 2021. Fundación Carolina. [http://dx.doi.org/10.33960/ac\\_10.2021](http://dx.doi.org/10.33960/ac_10.2021). Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/cuba-2021-reto-sanitario-reforma-economica-y-relaciones-con-estados-unidos/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

LOS COMUNISTAS. **Acerca de las protestas en Cuba del 11 de julio**. 17 jul. 2021a. Disponível em: <https://www.comunistascuba.org/2021/07/acerca-de-las-protestas-en-cuba-del-11.html?m=1>. Acesso em: 15 mar. 2022.

LOS COMUNISTAS. **Manifestaciones en Cuba y los diversos riesgos de una restauración capitalista**. 28 jul. 2021b. Disponível em: <https://www.comunistascuba.org/2021/07/manifestaciones-en-cuba-y-los-diversos.html>. Acesso em: 13 mar. 2022.

LOS COMUNISTAS. **Jóvenes con nuestro partido y la Revolución**. 18 jul. 2021c. Disponível em: <https://www.comunistascuba.org/2021/07/jovenes-con-nuestro-partido-y-la.html>. Acesso em: 23 mar. 2022.

LÖWY, Michael. **O Pensamento de Che Guevara**. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LÖWY, Michael. Entrevista a Michael Löwy. *Analéctica*. Revista Eletrónica de pensamento crítico. Ano I, N° 9 Agosto 2015. Disponível em: <http://www.analectica.org/articulos/mtzandrade-lowy/>. Acesso em 10 de out. de 2015.

MARCUSE, Herbert. Humanismo Socialista? In: FROMM, Erich (ed.). **Socialist Humanism: an international symposium**. New York: Anchor Books, 1965. p. 107-117. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marcuse/1965/mes/humanismo.htm>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **O Estado de Contrainsurgência**. Cuadernos Políticos, 1978. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1978/07/20.htm>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MARTÍN, Isaac. **Cambio de moneda en Cuba: el CUP y el MLC - 2022**: todo lo que debes saber para tu viaje. Todo lo que debes saber para tu viaje. 2022. Disponível em: <https://viajes.chavetas.es/guia/cuba/cambio-de-moneda-en-cuba/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O Capital**: livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas**. 1850. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>. Acesso em: 16 mai. 2022.

MARX21.NET. **Liberar a Frank García Hernández y a sus compañeros**. 13 jul. 2021. Disponível em: <https://marx21.net/2021/07/13/liberar-a-frank/?fbclid=IwAR3YV4rzB73GLeV4DSwQnLSQZmErZ8oEH8jaUqrmS79xqZ7OP28YXxkIlzU>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MELIÁN MORENO, Carlos. **Por qué le creo a Leonardo Romero, por qué creer en él**. 30 jul. 2021. Disponível em: <https://periodismodebarrio.org/2021/07/por-que-le-creo-a-leonardo-romero-por-que-creer-en-el/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MENÉNDEZ GARCÍA, Yery; RIVERO CABRERA, Mónica. El derecho a la protesta y la ‘excepcionalidad’ cubana. **Sin Permiso**. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/cuba-11-de-julio-dossier>. Acesso em: 12 mar. 2022.

MESA-LAGO, Carmelo. Balance económico-social de 50 años de revolución en Cuba. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 52, p. 41-61, 2009. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/5675/5710>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MESA-LAGO, Carmelo. **Cuba: crisis económica, sus causas, el COVID-19 y las políticas de rescate**. 2020a. Real Instituto Elcano. Disponível em: <https://www.realinstitutoelcano.org/analisis/cuba-crisis-economica-sus-causas-el-covid-19-y-las-politicas-de-rescate/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MESA-LAGO, Carmelo. **The Cuban Economic Crisis: its causes and possible policies for a transition.** its causes and possible policies for a transition. 2020b. Disponível em: [https://issuu.com/fiupublications/docs/20370\\_havel\\_cuba\\_report-issuu?fr=sMTMxMzEyMjEwNA](https://issuu.com/fiupublications/docs/20370_havel_cuba_report-issuu?fr=sMTMxMzEyMjEwNA). Acesso em: 15 abr. 2022.

MESA-LAGO, Carmelo. La unificación monetaria y cambiaria en Cuba: normas, efectos, obstáculos y perspectivas. **Real Instituto Elcano**, [S.l.], 05 fev. 2021a. Disponível em: <https://media.realinstitutoelcano.org/wp-content/uploads/2021/02/dt2-2021-mesa-unificacion-monetaria-y-cambiaria-en-cuba-normas-efectos-obstaculos-y-perspectivas.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MESA-LAGO, Carmelo. **O setor privado em Cuba se expande.** 22 fev. 2021b. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/a-nova-expansao-do-setor-privado-em-cuba/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MESA DA VIDA 6: **Originalidade e repetição.** Locutores: Rita Von Hunty, Henrique Vicentini e Gustavo Gaiofato. [S. l.]: 07 fev. 2022. Podcast. Disponível em: [https://open.spotify.com/episode/3ayTZ9PdhOBPHYiWMdD7YZ?si=DsSo7\\_7kSDasz8B0LnES8A](https://open.spotify.com/episode/3ayTZ9PdhOBPHYiWMdD7YZ?si=DsSo7_7kSDasz8B0LnES8A). Acesso em: 14 fev. 2022.

MONZÓN, Pedro. **A dimensão real dos incidentes em Cuba.** 18 jul. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/a-dimensao-real-dos-incidentes-em-cuba/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MORALES DOMÍNGUEZ, Esteban. **Corrupción: ¿ La verdadera contrarrevolución ?** 2010. Disponível em: <http://estebanmoralesdominguez.blogspot.com/2010/07/corrupcion-la-verdadera.html>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MUNEVAR, Daniel. **O que está por trás do acordo de Cuba com o Clube de Paris?** 2016. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/o-que-esta-por-tras-do-acordo-de-cuba-com-o-clube-de-paris/40572>. Acesso em: 15 abr. 2022.

NECKEL MIGUEL, S. GRUPO PRAXIS: O IMPACTO POLÍTICO DA CRÍTICA HUMANISTA MARXISTA NA IUGOSLÁVIA. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 571–603, 2019. DOI: 10.36449/rth.v22i2.19026. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/19026>. Acesso em: 22 mar. 2022.

OEA. **La CIDH y su REDESCA expresan su preocupación por la persistente escasez de alimentos en Cuba:** n 136. N 136. 2021. Comunicado de Imprensa. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/136.asp>. Acesso em: 19 mar. 2022.

OLIVEIRA, A. L. A. DE; RIBEIRO, J. C. TRANSPASSANDO O LABIRINTO DE ESPELHOS PÓS-MODERNO: NAS MÃOS, A LANTERNA DA RAZÃO E O FORMÃO DA PRÁXIS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas - (ISSN 1808-2653)**, v. 1, n. 21, p. 8-33, 31 mai. 2015.

OLIVEIRA, Marisa de. Sobre o debate entre Joana Salém Vasconcelos, de um lado, e Alice Rossi e Lincoln Secco, de outro, sobre manifestações de rua em Cuba no mês de julho de 2021.

**Maria Antonia: Boletim do GMarx USP**, ano 2, n 24, 2021. Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim-ano-2-24-dossie-cuba>. Acesso em: 16 nov. 2021.

OLIVEIRA, Vanessa. **Cuba: reinvenção ou arranjo burocrático?** 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/cuba-reinvencao-ou-arranjo-burocratico/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

OLIVEIRA, Vanessa. O Panorama da Internet em Cuba e uma Análise da Chegada do Google na Ilha. **Revista de Estudos & Pesquisas Sobre As Américas: UnB**, [S. l], v. 13, n. 3, p. 135-175, nov. 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/44127631/Dossi%C3%AA\\_60\\_anos\\_da\\_Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Cubana\\_e\\_a\\_Am%C3%A9rica\\_Latina\\_REPAM\\_UNB\\_](https://www.academia.edu/44127631/Dossi%C3%AA_60_anos_da_Revolu%C3%A7%C3%A3o_Cubana_e_a_Am%C3%A9rica_Latina_REPAM_UNB_). Acesso em: 10 abr. 2022.

OLIVER, Isabella; VENANCIO, Mariakarla Nodarse. **Understanding the Failure of the U.S. Embargo on Cuba**. 2022a. Disponível em: <https://www.wola.org/analysis/understanding-failure-of-us-cuba-embargo/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

OLIVER, Isabella; VENANCIO, Mariakarla Nodarse. **Cuban Migration is Changing, the U.S. Must Take Note**. 2022b. Disponível em: <https://www.wola.org/analysis/cuban-migration-is-changing-us-must-note/#:~:text=The%20Biden%20Administration's%20decision%20to,is%20a%20welcomed%20step%20forward>. Acesso em: 05 abr. 2022.

ONWUANIBE, Richard C. **A critique of revolutionary humanism: Frantz Fanon**. St. Louis: W.H. Green, 1983

PADURA, Leonardo. **Um grito | Padura escreve sobre as manifestações em Cuba**. 16 jul. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/07/16/um-grito-padura-escreve-sobre-as-manifestacoes-em-cuba/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

PARDO MARTÍNEZ, O.; VALDÉS LOBÁN, E. Fundamentos del Bloqueo a Cuba: Análisis Crítico. **Reflexión Política**, v. 1, n. 2, 11, 1999. Disponível em: <https://revistas.unab.edu.co/index.php/reflexion/article/view/880>. Acesso em: 03 abr. 2022

PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém Regula a América - Guerras Híbridas e Intervenções Estadunidenses na América Latina**. Fundação Rosa Luxemburgo e Expressão Popular, 2020. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/04/ninguem-regula-a-america-com-capa.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PÉREZ VILLANUEVA, Omar Everleny. **Las tiendas recaudadoras de divisas en cuba y sus aspiraciones**. 2019. Disponível em: <https://eltoque.com/las-tiendas-recaudadoras-de-divisas-en-cuba-y-sus-aspiraciones>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PÉREZ VILLANUEVA, Omar Everleny. **Apuntes para un propósito de la agricultura cubana**. 31 mar. 2021. Disponível em: <https://oncubanews.com/cuba/apuntes-para-un-proposito-de-la-agricultura-cubana/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PULSO LATINO 48: **Cuba: última fronteira socialista**. Entrevistada: Joana Salém Vasconcelos. Entrevistadora: Elaine Amorim. [S. l.]: 20 ago. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3OnyBpxOLxG6OpjKOcWvgQ?si=o2Bd7TVxSFuYaeTU9n3Etw>. Acesso em: 12 jan. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, Clacso, 2005. p. 107-130. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 25 jul. 2021.

RETAMAR, Roberto Fernandez. Caliban. **Casa de Las Américas**, [s. l.], n. 68, p. 19-81, 1971. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/caliban/caliban1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

REVOLUSHOW 144: **Saúde Mental e Camaradagem**. Entrevistados: Júlia Rocha, Heribaldo Maia e Alexandre Coimbra Amaral. Entrevistador: Zamiliano Frossard de Andrade. [S. l.]: 18 mar. 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5iF9vT0zNioxrYWERKUuWk?si=cXEWWhCSPQCidPy4GsmysIg>. Acesso em: 20 mar. 2022.

RIBEIRO, Ana Sylvia Maris. Sobre os protestos de 11 de julho em Cuba: Primeiras reflexões sobre a crise a partir do trabalho de campo. São Paulo, 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/60882193/Sobre\\_os\\_protestos\\_de\\_11\\_de\\_julho\\_em\\_Cuba\\_Primeiras\\_reflex%C3%B5es\\_sobre\\_a\\_crise\\_a\\_partir\\_do\\_trabalho\\_de\\_campo](https://www.academia.edu/60882193/Sobre_os_protestos_de_11_de_julho_em_Cuba_Primeiras_reflex%C3%B5es_sobre_a_crise_a_partir_do_trabalho_de_campo). Acesso em: 20 abr. 2022.

RODRÍGUEZ MILANÉS, Giordan. **A propósito de una tiza que dibuja un caballo desbocado**. 17 jul. 2021. Disponível em: <https://jovencuba.com/tiza-dibuja-caballo-desbocado/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ROSENTHAL, Ruben. **Tio Sam financia rappers na guerra híbrida contra Cuba, por Ruben Rosenthal**. 2021. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/destaque-secundario/tio-sam-financia-rappers-na-guerra-hibrida-contra-cuba-por-ruben-roenthal/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

ROSSI, Alice; SECCO, Lincoln. O bloqueio a Cuba – elemento estrutural da crise. **Maria Antonia: Boletim do GMarx USP**, ano 2, n 25, 2021a. Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim-ano-2-23-dossie-cuba>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ROSSI, Alice; SECCO, Lincoln. Ainda o bloqueio contra Cuba. **Maria Antonia: Boletim do GMarx USP**, ano 2, n 25, 2021b. Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim-ano-2-25-dossie-cuba>. Acesso em: 16 nov. 2021.

RUBBO, Deni Alfaro. Por uma esquerda marxista decolonial: Mariátegui e a crítica da modernidade ocidental. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 51, p. 131-145, 2020. Disponível em: [https://www3.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id\\_revista=72&numero\\_revista=51](https://www3.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=72&numero_revista=51). Acesso em: 23 mar. 2022.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SÁNCHEZ, Javier Gómez. **La NED sí tiene quien le escriba**. 2021. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2021/01/12/la-ned-si-tiene-quien-le-escriba/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; VASCONCELOS, Joana Salém; DESSOTTI, Fabiana. **Cuba no século XXI: dilemas da revolução**. [S.l.]: Editora Elefante, 2017.

SANTOS, Judite Elaine dos; KOLLING, Edgar Jorge (org.). **Fidel e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SENGHOR, Léopold Sédar. Socialism Is a Humanism. In: FROMM, Erich (ed.). **Socialist Humanism: an international symposium**. New York: Anchor Books, 1965. p. 53-68. Disponível em: <https://files.libcom.org/files/Socialist%20Humanism.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SILVA, Marcos Antonio da; JOHNSON, Guillermo Alfredo. Che Guevara e o Marxismo Latino-Americano: a crítica da economia política. **REBELA: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 149-158, set. 2012. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2799>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SOROLLA FERNÁNDEZ, Ileana. Reconfiguración del patrón migratorio externo cubano en el período 2000-2010. **Mundi Migratios: Anuario digital CEMI - Centro de Estudios de Migraciones Internacionales - Universidad de La Habana, Habana**, v. 01, n. 01, p. 1-34, nov. 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/cu/cu-007/index/assoc/D8948/1Ileana.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

TORRES SANTANA, Ailynn. 11-J en Cuba: sobre lo bueno y lo justo. **Sin Permiso**. 18 jul. 2021a. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/cuba-11-de-julio-dossier>. Acesso em: 02 mar. 2022.

TORRES SANTANA, Ailynn. Está en juego la vida buena y justa en Cuba: Entrevista com A. Torres Santana y J. C. Guanche. **Sin Permiso**. 25 jul. 2021b. Disponível em: <https://sinpermiso.info/textos/cuba-nuevo-dossier>. Acesso em: 12 mar. 2022.

TORRES SANTANA, Ailynn; GUANCHE, Julio César. Cuba: la utopía y sus problemas. **Jacobin**, [s. l.], 16 maio 2021. <https://jacobinlat.com/2021/05/16/cuba-la-utopia-y-sus-problemas/>.

TV BOITEMPO. Cultura e Revolução em Cuba. Entrevistadas: Vanessa Oliveira e Juliane Furno. Entrevistador: Vinícius Barbosa. [S.l.]: 10 jan. 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=AuTZDVF9FYI&ab\\_channel=TVBoitempo](https://www.youtube.com/watch?v=AuTZDVF9FYI&ab_channel=TVBoitempo). Acesso em: 15 mar. 2022

VALDÉS NAVIA, Mario. **La burocracia conquistadora**. 01 set. 2021. Disponível em: <https://jovencuba.com/burocracia-conquistadora/amp/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

VASCONCELOS, Joana Salém. Acumulação socialista originária e o debate econômico da transição em Cuba. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 19, p. 21-49, dez. 2011. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3190/04%20Artigo%202.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

VASCONCELOS, Joana Salém. Cuba e a dependência externa: passado e presente. **REBELA: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, S.L., v. 06, n. 01, p. 107-143, abr. 2016. Disponível em: <https://nexos.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2619/0>. Acesso em: 07 abr. 2022.

VASCONCELOS, Joana Salém. **História Agrária da Revolução Cubana: dilemas do socialismo na periferia**. São Paulo: Alameda, 2017.

VASCONCELOS, Joana Salém. Ainda sobre Cuba e a dialética da revolução. **Maria Antonia: Boletim do GMarx USP**, ano 2, n 24, 2021a. Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim-ano-2-24-dossie-cuba>. Acesso em: 16 nov. 2021.

VASCONCELOS, Joana Salém. Raiva popular em Cuba. **Maria Antonia: Boletim do GMarx USP**, ano 2, n 23, 2021b. Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim-ano-2-23-dossie-cuba>. Acesso em: 15 nov. 2021.

VASCONCELOS, Joana Salém. Cuba, protestos e caminhos da revolução. **Journal Of Latin American Geography**, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 175-185, 2021c. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/lag.2021.0054>. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/839951>. Acesso em: 27 mar. 2022.

VIDAL ALEJANDRO, Pavel. **Por que Cuba não consegue traduzir seus índices sociais em produtividade**. 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/562876-por-que-cuba-nao-consegue-traduzir-seus-indices-sociais-em-produtividade>. Acesso em: 14 abr. 2022.

VIENTO SUR, **Protestas en Cuba: presente y futuro de la Revolución**. Entrevistados: Ailynn Torres Santana, Claudio Katz, Julio César Guancho e Valerio Arcary. Entrevistadora: Karina Nohales. [S.l.]: Viento Sur, 20 jul. 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Kt3ZboBko\\_8&ab\\_channel=VientoSur](https://www.youtube.com/watch?v=Kt3ZboBko_8&ab_channel=VientoSur). Acesso em: 01 abr. 2022.

ZIBECHI, Raúl. **La revolución como problema. Los problemas de la revolución**. 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www.pelotadetrapo.org.ar/2013-09-05-12-30-19/2021/5991-la-revoluci%C3%B3n-como-problema-los-problemas-de-la-revoluci%C3%B3n.html>. Acesso em: 16 mar. 2022.